

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

LÍBIA MAFRA BENVINDO DE MIRANDA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

TERESINA – PI

2018

LÍBIA MAFRA BENVINDO DE MIRANDA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí UFPI.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Masilene Rocha Viana.

TERESINA – PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

M672p Miranda, Líbia Mafra Benvindo de.
Política de assistência social e programa bolsa família:
uma análise a partir da perspectiva de gênero / Líbia Mafra
Benvindo de Miranda – 2017.
140f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –
Universidade Federal do Piauí, 2017.
Orientação: Prof^a. Dra. Masilene Rocha Viana.

1. Assistência Social. 2. Programa Bolsa Família. 3.
Família - Gênero - Pobreza. I. Título.

CDD 362.51

LÍBIA MAFRA BENVINDO DE MIRANDA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

APROVADA em 03 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Masilene Rocha Viana - UFPI
Presidente – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Solange Maria Teixeira - UFPI
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Cilene Sebastiana da Conceição Braga - UFPA
Membro Externo

*Dedico esta dissertação a todos que de
forma direta ou indireta contribuíram para o êxito desta empreitada
pessoal, profissional e acadêmica, em especial ao meu querido esposo
Inácio Soares e o amado filho Gabriel Mafra. Amo vocês.*

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, pela vida, capacidades e proteção.

Ao meu marido *Inácio Soares* e meu filho *Gabriel Mafra*, por serem parte da minha vida, pelo incentivo, apoio e compreensão.

Aos meus pais *Rosa Benvindo* e *Oswaldo Miranda*, por todo esforço ao longo da vida em me conduzirem por caminhos que me levaram ao gosto pelos estudos e por educarem através do exemplo.

A minha mãe *Alice*, por tudo que já fez e faz por mim.

Aos meus/minhas irmãos/irmãs e sobrinhos/as pelo apoio e valorização.

À minha querida *Neta*, que nas minhas inúmeras ausências cuidou do meu filho com tanto carinho, para que eu pudesse me dedicar ao mestrado.

Aos meus chefes *Lauro Viana* e *Maria José Nascimento*, pelo apoio, compreensão e incentivo.

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, em especial *Talila Arraes* e *Elizabete Gomes*, pelo carinho, apoio e contribuições nessa trajetória acadêmica.

À minha orientadora *Masilene Rocha Viana*, pelas reflexões e contribuições acadêmicas e pessoais.

À professora *Solange Teixeira* por ser a primeira a acreditar e colaborar com esse projeto acadêmico.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pelas reflexões despertadas, apoio e compreensão.

Às professoras *Mary Alves* e *Rita Sobral*, pelo carinho, atenção e contribuições.

À Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI); às gerências dos CRAS, coordenadores do Programa de Renda Mínima e suas equipes pela colaboração e atenção prestadas.

Aos beneficiários do Programa Bolsa Família que colaboraram enquanto sujeitos desta pesquisa.

*Quem lhes deu a verdade absoluta?
Nada é absoluto. Tudo se transforma,
tudo se move, tudo gira, tudo voa e vai.*

Frida Kahlo

RESUMO

A centralidade na família se constitui a matriz norteadora do sistema de proteção social, e mais especificamente, da Política de Assistência Social e dos programas de combate à pobreza como o Programa Bolsa Família (PBF), por reconhecer a família como lugar prioritário para o cuidado, proteção e promoção do bem-estar. No presente estudo, problematiza-se como o PBF incide sobre as relações de gênero no contexto familiar dos beneficiários, com o objetivo de analisar os efeitos do PBF decorrentes da focalização na mulher sobre o padrão das relações de gênero no interior das famílias beneficiárias no município de Teresina. Dialoga-se com categorias analíticas e conceituais como: família, pobreza, gênero, familismo, poder e patriarcado. A pesquisa foi realizada no âmbito dos CRAS de Teresina-PI, envolvendo seis unidades das regiões norte, sul, leste e sudeste da cidade. Trata-se de um estudo de bases explicativas fundamentado em fontes primárias e secundárias, sendo predominantemente de caráter qualitativo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram, observação não participante, questionários, entrevista semiestruturada, análise documental. Dentre os resultados alcançados destaca-se que embora a pesquisa já sinalize para mudanças nas relações de gênero, estas se relacionam com as tensões geradas pelas lutas das mulheres contra as desigualdades e as mudanças pelas quais vem passando a família, não tendo nenhuma relação com PBF, ou seja, o Programa não produz efeitos na alteração dos padrões tradicionais de gênero, incidindo apenas sobre o poder de compra e consumo. Predomina ainda, a tradicional divisão sexual do trabalho e a percepção do homem como provedor.

Palavras-chave: Assistência Social. Programa Bolsa Família. Família. Gênero. Pobreza. Familismo.

ABSTRACT

The centrality in the family constitutes the leading matrix of the social protection system, and more specifically, the Social Assistance Policy and the programs that combat poverty such as the Family Allowance Program (PBF), recognizing the family as the priority place for care, protection and welfare. In the present study one problematizes how the Family Allowance Program focuses on the gender relations in the family context of the beneficiaries, with the purpose of analyzing the effect of the Family Allowance Program focusing on women among the beneficiary families in the municipality of Teresina. Dialogues with analytical and conceptual categories such as, family, poverty, gender, familism, power and patriarchy. A research has been conducted on the ambit of CRAS of Teresina-Pi, involving six units of the northern, southern, eastern and southeastern regions of the city. It is an explanatory study based on primary and secondary bases, being predominantly of qualitative character. The methodological procedures were done through non-participant observation, questionnaires, a semi-structured interview, and documentary analysis. Among the results achieved, it is noted that although the research already signals to changes in the gender relations, they relate to the tension generated by women's struggles against inequality and the changes the family has gone through, which are not related with PBF, and therefore, the Family Allowance Program does not alter the traditional gender patterns, but rather, influences the purchasing power and consumption. The traditional sexual division of labor and the perception of man as provider still predominates.

Key words: Social Assistance. Family Allowance Program. Family. Gender. Poverty. Familism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BVG	Benefício Variável à Gestante
BVJ	Benefício Variável Jovem
BVN	Benefício Variável à Nutriz
CADUNICO	Cadastro Único
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFB	Constituição Federal Brasileira
CIT	Comissão Intergestora Tripartite
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PENAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e ao Emprego
PTRC	Programa de Transferência de Renda Condicionada
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
RMI	Renda Mínima de Inserção
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMCASPI	Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - FAIXA ETÁRIA DAS BENEFICIÁRIAS DO PBF ABORDADAS PELA PESQUISA.....	93
Gráfico 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS BENEFICIÁRIAS POR RAÇA/COR ABORDADAS PELA PESQUISA.....	95
Gráfico 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS BENEFICIÁRIAS DO PBF ABORDADAS PELA PESQUISA.....	96
Gráfico 4 - VALOR DO BENEFÍCIO DO PBF DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	GÊNERO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL	24
2.1	Gênero: o debate teórico e a luta das mulheres.....	24
2.2	Os Processos de Produção e Reprodução Social: o trabalho enquanto categoria fundante da sociabilidade humana.....	53
2.2.1	<i>As esferas públicas e privadas e o trabalho relativo ao cuidado: uma análise a partir da divisão sexual do trabalho</i>	57
3	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL E O MODELO FAMILISTA DE PROTEÇÃO SOCIAL	71
3.1	Institucionalização e configurações contemporâneas do Sistema de Proteção Social..	71
3.2	Sistema de proteção social brasileiro: a reafirmação do familismo.....	75
3.2.1	<i>A centralidade da Política de Assistência Social na Seguridade Social: uma análise sobre a focalização na família e a relação com as estratégias de combate à pobreza</i>	79
3.2.2	<i>Programa Bolsa família e o reforço à maternagem</i>	83
4	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: ALTERAÇÃO E REFORÇO DOS PADRÕES TRADICIONAIS DE GÊNERO	90
4.1	Os Centros de Referência de Assistência Social: uma porta entreaberta.....	90
4.2	Perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família em Teresina-PI.....	92
4.3	Os efeitos do PBF nos padrões de gênero: alteração ou reforço?.....	99
4.3.1	<i>Responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades do PBF: a quem cabe esse papel?</i>	103
4.3.2	<i>Distribuição de tarefas domésticas e de cuidado por gênero: a sobrecarga de um trabalho não pago</i>	105
4.3.3	<i>O poder de agir e decidir</i>	107
4.3.4	<i>Concepção de família e relações de gênero: reproduzindo visões tradicionais</i>	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116

REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICES.....	135

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família (PBF), como integrantes do Sistema de Proteção Social brasileiro, têm centralidade na família, por reconhecê-la como *locus* prioritário para o cuidado, a proteção e a promoção do bem-estar dos seus membros, tendo como foco a mulher. Fundamentam-se em um modelo de sistema de proteção social, que, por um lado, visa ao combate à pobreza gerada pela ordem capitalista, e por outro, reduzir gastos sociais, sendo dessa forma transferidas as responsabilidades do Estado para a família. Enquanto programa de transferência de renda condicionada, o PBF está focalizado na mulher, como estratégia para o sucesso do programa.

O presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) decorrentes da focalização na mulher sobre o padrão das relações de gênero no interior das famílias beneficiárias, no contexto da política de assistência social, que tem suas ações, serviços, projetos e programas centralizados na família, bem como se orienta pela perspectiva de ações de combate à pobreza através dos programas de transferências de rendas condicionadas que priorizam o repasse de renda às mulheres. De forma mais específica, buscamos atingir os seguintes objetivos: verificar como se dá a distribuição das atividades concernentes à reprodução no interior das famílias; caracterizar as famílias atendidas pelo PBF; averiguar como se dá a participação dos membros da família quanto à renda, cumprimento das condicionalidades do PBF e tomada de decisões; analisar se o acesso ao benefício monetário e a outros previstos no programa implicaram em algum tipo de autonomia na vida das mulheres; e identificar as concepções da mulher beneficiária do PBF quanto à família e ao gênero.

O PBF é um programa assistencial que, embora os recursos que o mantém não sejam do Fundo Nacional de Assistência Social, e que não estejam previstos e nominados na Política Nacional de Assistência Social, são administrados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e secretarias municipais, efetivando-se em um dos pilares da proteção social da assistência social, que é a garantia de sobrevivência, articulado à garantia do direito à convivência familiar e comunitária e ao acolhimento institucional¹.

¹ Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e Decreto nº 7.013, de 19 de novembro de 2009, que respectivamente criam e regulamentam o Programa Bolsa Família.

O protocolo de ações integradas na assistência social² prevê a articulação entre os benefícios, incluindo o benefício do PBF, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais, serviços, programas e projetos, de tal modo que os beneficiários possam ter suas demandas atendidas na rede socioassistencial, recomendando o acompanhamento das famílias nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), prioritariamente aquelas em descumprimento de condicionalidades. Assim, analisar o Bolsa Família remete necessariamente à Política de Assistência Social, e, em particular, à proteção social básica da assistência social e à ação dos CRAS.

A preocupação com essa questão surgiu a partir da experiência como assistente social, tanto na Secretaria Estadual da Assistência Social do Piauí como no CRAS do Município de Jerumenha, atuando junto às famílias, a maioria representada por mulheres, que eram foco das ações dessa política. Somando-se a isso, a leitura de estudos relacionados ao assunto contribuíram para gerar indagações e questionamentos sobre os efeitos dessa política e, especialmente, do PBF nas relações de gênero, reforçando, portanto, o interesse pela temática.

Para Goldani (1997, p. 9), “muito pouco temos em termos de tópicos tais como a divisão do trabalho doméstico e usos do tempo por sexo, o processo de decisão na família e a divisão de poder e praticamente nada sobre conciliação entre trabalho e família, recursos, serviços e ajudas utilizadas pelas famílias”. Partindo desse entendimento, a proposição da pesquisa se ancorou no interesse em pesquisar, com base em indicadores de (des)igualdade de gênero que vão além do acesso a uma renda e sua relação com o poder de compra, mas que contemplem as práticas e entendimento das beneficiárias.

Dessa forma, acredita-se que este estudo possa favorecer a ampliação do debate acerca da temática, para o acúmulo do conhecimento e sua socialização, bem como com o próprio PBF e a política de assistência social, ao apresentar um estudo a partir da realidade de Teresina, que venha contribuir com mudanças de rota e condução do referido programa e do trabalho com essas famílias, que tem as mulheres como principal foco de atenção.

A Política de Assistência Social compõe, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, o Sistema de Seguridade Social do Brasil, conforme a CFB/1988, sendo regulamentada posteriormente pela Lei Orgânica da Assistência Social (1993)³. Através dessa

² Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado através da Resolução CIT nº 07, de 10 de setembro de 2009.

³ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, posteriormente alterada pela Lei nº 12.435/2011.

legislação e da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2005), estabelecem a centralidade na família, no que concerne à concepção e à implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos da assistência social a serem operacionalizados através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS possui um caráter público não contributivo, descentralizado e participativo, com o objetivo de promover a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos. Enquanto sistema único, compõe um conjunto articulado e integrado de serviços, projetos, programas e benefícios, de forma unificada e com a mesma organização em todo o território nacional, a partir da sua diretriz estruturante que é a *matricialidade sociofamiliar*. Normativa e operacionalmente, a Assistência Social está hierarquizada em Proteção Social Básica e Especial, conforme níveis de complexidade. A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir as situações de vulnerabilidade e risco social, através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS),

uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios, e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009a, p. 9).

Portanto, essa unidade tem como função a gestão territorial⁴ da rede socioassistencial de proteção básica e a oferta dos serviços oferecidos pelo Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que conforme tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, consiste no trabalho com as famílias, de forma integrada a outros serviços e políticas. De acordo com o protocolo de gestão integrada do SUAS, essa modalidade de gestão se refere à articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda. Prioriza-se, na gestão integrada, o acompanhamento das famílias em situação de risco social e em descumprimento das condicionalidades do PBF⁵.

⁴ Conforme as orientações técnicas (BRASIL, 2009a; p.13), o território não é apenas uma delimitação espacial, envolve relações sociais de indivíduos que compartilham uma vida em determinada localidade, ou seja, “a territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território”.

Operacionalizado pela Política de Assistência Social, o PBF se constitui o maior programa de transferência de renda no Brasil, de caráter não contributivo, ocupando centralidade no sistema de proteção social e tendo como objetivo a redução imediata da pobreza, o combate à fome e a redução das desigualdades sociais, tendo como público-alvo famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Os benefícios monetários⁶ e os não monetários configuram o programa e dizem respeito, respectivamente, à transferência direta de renda mensalmente e o incentivo ao acesso de direitos sociais básicos, através das condicionalidades nos campos da educação, saúde e assistência social, e a integração com programas complementares que objetivam suplementar e qualificar as famílias, de modo que os beneficiários possam ultrapassar a situação de vulnerabilidade e pobreza (SILVA, 2016).

Atualmente, em Teresina o programa é operacionalizado através de 19 (dezenove) CRAS localizados nas regiões norte, sul, leste, sudeste, incluindo as áreas rurais, e distribuídos por territórios, de acordo com os graus de vulnerabilidade social, conforme diagnosticado no Plano Municipal de Assistência Social, que se baseia em dados do Cadastro Único dos programas sociais, dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e estudos sobre a realidade socioeconômica do município. Dessa forma, seguindo as orientações normativas, os CRAS em Teresina estão situados nas áreas de maior incidência de vulnerabilidade e risco social⁷.

De acordo com dados do MDSA⁸, referentes a 2016, das 14 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, 92% dos titulares são mulheres, o que corresponde à lógica do Programa, que prioriza o repasse às mulheres. Nesse sentido, o PBF toma as mulheres

⁶ Os benefícios monetários se classificam em cinco tipos: Benefício Básico; Benefício Variável Gestante; Benefício Variável Nutriz; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ); Benefício de Superação de Extrema Pobreza na Primeira Infância.

⁷ Segundo dados do MDSA referentes a Teresina, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em maio de 2017 era de 105.385 (cento e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco), dentre as quais, 55.297 (cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e sete) com renda *per capita* familiar de até R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais); 18.379 (dezoito mil, trezentos e setenta e nove) com renda *per capita* familiar entre R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e R\$ 170,00 (cento e setenta reais); 22.400 (vinte e dois mil e quatrocentos) com renda *per capita* familiar entre R\$ 170,01 (cento e setenta reais e um centavo) e meio salário mínimo; 9.309 (nove mil trezentos e nove) com renda *per capita* acima de meio salário mínimo. Ainda informa que o “PBF beneficiou, no mês de maio de 2017, 57.593 famílias, representando uma cobertura de 89,6% da estimativa de famílias pobres no município”⁷. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 171,22 (cento e setenta e um reais e vinte e dois centavos) e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 9.860.845,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais) no mês de maio de 2017. Disponível em: <www.aplicacoes.mds.br/sagi/h/relatorios/mds/index.php#> Acesso em: 27 mai. 2017.

⁸ Disponível em: <www.mds.gov.br/area-de-imprensa> Acesso em: 29 mai. 2017.

como representantes da família e as situa como referência, à medida que lhes é delegada a gestão dos recursos em nome da família e o cumprimento das condicionalidades do programa. Dessa forma, é possibilitado o poder de compra, mas, também, transferida para elas a responsabilidade pelo bem-estar dos membros da família.

No diálogo com diversas fontes e no confronto com o desafio de conhecer com acuidade a realidade das mulheres de Teresina atendidas pelo PBF, no que tange aos efeitos desse Programa em suas vidas, buscou-se abordá-las a partir de técnicas distintas, visando a verificar como a focalização na mulher, no que se refere ao recebimento e à gestão dos recursos, e no cumprimento das condicionalidades incide sobre as relações de gênero.

Assim, os questionamentos centrais da pesquisa foram: quais os efeitos do PBF sobre as relações de gênero no contexto familiar, considerando que as mulheres são as titulares do benefício? A centralidade na família e o acesso à renda têm incidido na reprodução das desigualdades de gênero ou na alteração das desigualdades no interior das famílias?

Tomamos como pressuposto neste percurso investigativo a leitura de que embora o PBF não seja uma política governamental pensada e dirigida exclusivamente às mulheres, visa a promover a autonomia das mesmas, contudo, não altera significativamente as relações de gênero nas famílias, e, paradoxalmente, imprime atribuições adicionais que sobrecarregam as mulheres, ancorando-se no velho modelo de situá-las exclusivamente no campo da reprodução social, do cuidado e da administração da esfera privada da casa, ou seja, o PBF produz efeitos, previstos ou não, uma vez que os titulares do cartão são preferencialmente as mulheres, cabendo a elas a responsabilização sobre os gastos e sobre o cumprimento das condicionalidades, porém, isso não impede ao programa revelar ambíguas diretrizes e práticas, reconduzindo-se pelos padrões tradicionais de gênero. Nesse sentido, entendemos que as políticas e os programas sociais do Estado, em específico aquelas dirigidas às famílias e focalizadas na mulher, têm efeitos nas relações familiares e/ou pessoais e de gênero, seja para reforçar e reproduzir as desigualdades, seja para alterar, promovendo a autonomia das mulheres.

Preocupada com a complexidade da realidade que cerca o objeto de estudo, a metodologia adotada na pesquisa articulou várias técnicas e instrumentos metodológicos, considerando as especificidades da pesquisa nas ciências humanas e sociais.

No campo das ciências sociais, a prática investigativa guarda suas singularidades, de forma que para ter validade científica, o método de pesquisa não pode se reduzir aos

parâmetros metodológicos das ciências naturais. Embora se reconheça, como bem explica Martinelli (1994, p.17), “que a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação”, entende-se que é necessário adotar uma metodologia que mais do que números, descrições e coleta de informações, busque significados, interpretações, sujeitos e suas vivências. Nesse sentido, devido à complexidade do foco desta pesquisa, que envolve inclusive a subjetividade dos participantes, e considerando os objetivos deste estudo, que estão voltados para os efeitos do PBF nas relações de gênero no interior das famílias beneficiárias, a pesquisa teve caráter analítico e baseou-se em fontes primárias e secundárias, tendo sido desenvolvida predominantemente a partir de metodologia qualitativa, que de acordo com Minayo:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A pesquisa de campo, aqui entendida na mesma perspectiva que Minayo (1994) e Neto (1994)⁹, foi desenvolvida, num primeiro momento, na sede dos CRAS Leste I “Pedra Mole” (Pedra Mole), CRAS Leste V “Mata dos Cocais” (Povoado Santa Teresa), CRAS Sul IV “Espaço Família Cidadã” (Monte Castelo), CRAS Sudeste II “Dirceu Arcoverde” (Dirceu I) CRAS Norte I “Maria Avani Sousa da Silva” (Parque Wall Ferraz) e CRAS Norte V “Vieira Toranga” (Parque Stael). A amostra dos CRAS foi definida de forma aleatória simples. Do universo de 19 (dezenove) CRAS, foram sorteados 6 (seis), que por aproximação representam cerca de 30% (trinta por cento) desses. No segundo momento, foram realizadas as entrevistas nas sedes dos CRAS.

Apesar de compartilhar de uma visão ampliada de gênero, que rompe com o binarismo e determinismo biológico, e o percebe com uma construção social que recusa a hegemonia de padrões heteronormativos, este trabalho se voltou fundamentalmente para a mulher, posto que o PBF prioriza o repasse e a gestão dos recursos à mesma, bem como delega a essa o cumprimento das condicionalidades do programa; porém, sem se fechar para a possibilidade de envolver homens na pesquisa. Nesse sentido, tivemos como critério de escolha dos sujeitos

⁹ Para Neto (1994, p. 53) de acordo com Minayo (1994), a pesquisa de campo é um “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções que fundamentam o objeto de investigação”.

da pesquisa, mulheres titulares do benefício; com pelo menos 01 (um) ano no programa; pertencentes a formas variadas de família.

A pesquisa de campo foi dividida em dois momentos. No primeiro, lançou-se mão da técnica da observação não participante nos CRAS selecionados, posto que essa técnica permite ao pesquisador uma aproximação da realidade, portando-se como expectador do cotidiano dos sujeitos (LIMA, 2008), porém, guiado por um aporte teórico. A observação foi feita de forma sistemática e estruturada, pois ocorreu em dias e horários definidos conforme a rotina institucional e se guiou por um plano de observação que teve como objetivo verificar a dinâmica do atendimento das famílias beneficiárias do PBF, bem como aplicar questionários junto às titulares em atendimento, de forma a averiguar o perfil das famílias no que tange às questões de gênero, tipos de família¹⁰, demandas apresentadas aos CRAS, composição familiar, caracterização do benefício e tempo que recebe o benefício. Foram aplicados 05 (cinco) questionários em cada CRAS, totalizando 30 (trinta) questionários. A partir dos dados obtidos nesta fase, e feita a caracterização das famílias, foram realizadas 10 (dez) entrevistas.

No que se refere à quantidade de participantes, a pesquisa qualitativa em si não trabalha com um número grande de sujeitos, pois o que interessa é aprofundar o conhecimento em relação aos sujeitos com o quais se está dialogando (MARTINELLI, 1994). Dessa forma, considerando a natureza qualitativa da pesquisa e o objetivo de analisar os efeitos do PBF nas relações de gênero, a entrevista semiestruturada foi uma das abordagens técnicas na coleta de informações diretamente com as participantes do estudo, a qual se caracteriza por uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente, mas na qual a entrevistadora pode acrescentar perguntas de esclarecimento (LAVILLE; DIONNE, 1994, p. 188). Após o consentimento das participantes, o conteúdo das entrevistas foi gravado e transcrito na íntegra para análise e interpretação.

A pesquisa também se valeu de revisão bibliográfica, na qual se estabeleceu um diálogo com diferentes conceitos e autores, e da análise de documentos e leis sobre a Política de Assistência Social, PBF e suas normativas.

¹⁰ Goldani (1997, p. 11) assevera a necessidade de “atentar para o fato de que ao pensar indicadores de desigualdade de gênero, deve-se ter presente a diversidade de arranjos familiares, posto que essa não é privilégio de um tipo de família nem de um de seus estágios de desenvolvimento, mas que de fato ocorre, sobretudo pelas obrigações de cuidar, tratar, limpar e proteger [...]. Assim, pensar indicadores de desigualdade de gênero na família, nesses termos, implicaria compreender as obrigações existentes para com os dependentes no contexto das redes de apoios familiares”.

Para análise dos dados se recorreu à hermenêutica-dialética, por ser uma abordagem metodológica que, na concepção de Minayo (1996, p. 231), “é a mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade”, bem como porque “coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida”. Favorece, portanto, analisar o objeto de estudo a partir das determinações de caráter histórico, sociocultural, político e econômico, possibilitando alcançar o conhecimento mais próximo possível da realidade das bases materiais.

Dessa forma, o processo de interpretação e análise dos dados constituiu parte de todo o processo da pesquisa e contemplou: ordenação e sistematização dos dados, classificação dos dados e análise final. Para a ordenação e sistematização dos dados foi feita tabulação dos questionários, transcrição das entrevistas, sistematização das leituras de documentos, anotações das observações realizadas na pesquisa de campo e síntese das entrevistas. A classificação dos dados obtidos deu-se por meio de categorias analíticas e conceituais como família, gênero, poder, patriarcado, pobreza, familismo, dentre outras. Na análise final, que diz respeito à interpretação, estabeleceu-se uma articulação entre os dados e os referenciais teóricos, situando a fala dos participantes em seu contexto para se chegar a uma realidade o mais próximo possível.

No que concerne aos aspectos éticos foram tomadas todas as medidas necessárias, com base na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As participantes foram convidadas a participar do estudo após atendimento no CRAS, esclarecidas sobre os objetivos e a importância do trabalho. Foram informadas, ainda, da garantia do sigilo e anonimato, bem como sobre o direito de desistirem de participar a qualquer momento. Na sequência, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sobre o conteúdo do estudo e para aplicação dos questionários, realização das entrevistas, com gravação das mesmas e divulgação dos resultados obtidos.

Considerando que mesmo se estabelecendo critérios rigorosos para realização de uma pesquisa, pode haver riscos, ainda que mínimo, os participantes foram informados a respeito dos possíveis riscos que eram de natureza social.

Tendo a pesquisa qualitativa um sentido social, devendo retornar aos participantes, a devolutiva do estudo dar-se-á junto aos CRAS e ao órgão gestor do PBF em Teresina, da

entrega da presente dissertação em CD-ROM, bem como junto às famílias do território dos CRAS selecionados para a pesquisa, por meio de palestra.

O estudo poderá contribuir com o PBF e com as equipes profissionais que com ele trabalham, de forma a tornar a transversalidade do tema gênero um fio condutor de práticas que contribuam para a melhoria das relações de gênero no âmbito das famílias beneficiadas com o programa.

A dissertação está dividida em cinco partes, incluindo introdução e conclusão. Na introdução apresentamos, em largos traços, aspectos relativos ao desenho teórico metodológico da pesquisa, situando o objeto de estudo, os pressupostos, as indagações-problema, os objetivos que motivaram a pesquisa e os caminhos metodológicos percorridos, além de apresentarmos as seções as quais estruturamos a presente dissertação.

No segundo capítulo, abordamos a trajetória do conceito de gênero no contexto do movimento feminista e do processo de produção e reprodução social, relacionado com a questão de gênero e a divisão sexual do trabalho. Busca-se resgatar a influência do pensamento feminista em suas várias fases, contextualizando o momento histórico e social da conjuntura nacional e internacional, sem perder de vista os paradigmas teóricos que influenciaram e influenciam as concepções de gênero.

Tendo como ponto de partida a categoria trabalho enquanto elemento central e fundante do ser social, discutimos o processo de produção e reprodução social, com vistas a compreender as relações de gênero na ocupação dessas esferas, posto que entendemos que cada modo de produção cria um padrão civilizatório, cuja ordem representa o pensamento da classe e gênero dominante. Portanto, no contexto do modo de produção capitalista não se produz apenas mercadorias, mas um conjunto de normas e valores, que visam manter a ordem vigente, que não é somente econômica ou de ordem material ou objetiva, mas envolve a “produção de homens e mulheres”, incluindo-se, obviamente a dimensão subjetiva da vida.

E é na esfera da reprodução social que se reproduz não só as forças produtivas, mas também a ideologia dominante, que no caso do capitalismo resulta em várias desigualdades, dentre elas as de classe, raça/etnia e de gênero. Tratamos, ainda, da relação da divisão sexual do trabalho com as esferas pública e privada com o objetivo desconstruir a percepção naturalizada de que o trabalho relativo ao cuidado se destina à mulher, assim como de contextualizar as mudanças que vêm ocorrendo no trabalho e na família, para evidenciar seus impactos na tradicional divisão sexual do trabalho. Ainda nesse capítulo, considerando que a

questão social tem suas origens ligadas ao trabalho assalariado, portanto inserida no contexto do modo de produção capitalista, analisamos as assimetrias de gênero enquanto expressão da questão social para melhor compreender a condição social da mulher nas esferas da produção/reprodução social e das esferas pública/privada.

No terceiro capítulo, resgatamos o processo de institucionalização do sistema de proteção social, situando as configurações contemporâneas no contexto de reestruturação produtiva e ajuste fiscal, sob influência da ideologia neoliberal. Problematisa-se como a família se torna agente responsável pelo bem-estar social, num contexto de redução do papel do Estado como resposta às políticas de ajuste neoliberal e da institucionalização de políticas de combate à pobreza como o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto proteção social. Trilhamos ainda por uma discussão a partir de uma perspectiva de gênero, sobre a centralidade na família enquanto diretriz estruturante da política de Assistência Social, posto que o PBF é operacionalizado através dessa.

No quarto capítulo, com base no referencial teórico adotado e de categorias de análise como família, poder, patriarcado, pobreza, gênero, familismo, dentre outras, fazemos uma análise dos dados da pesquisa, sobre a dinâmica dos CRAS enquanto unidade operacional da proteção social básica da assistência social, perfil das famílias beneficiárias, sobre os efeitos do PBF nas relações de gênero, a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, divisão de tarefas domésticas e do cuidado, poder de agir e decidir no âmbito da família, dentre outras questões. No decorrer da análise inferimos sobre as permanências e mudanças nos padrões tradicionais de gênero e estrutura das famílias, tanto no que concerne às concepções quanto às práticas.

Na última seção, como “considerações finais”, buscamos reunir de forma sintética os principais “resultados” ou momentos aproximativos às determinações da realidade analisada, tomando como referência o universo das contribuições teóricas que orientaram o processo de construção da pesquisa e, assumindo como desafio, pensar “caminhos” que possam contribuir para a construção de uma ordem igualitária de gênero.

Nesse sentido, o estudo fundamentou-se numa perspectiva de gênero, portando reflexões sobre o desenho das políticas com centralidade na família e focalização na mulher, especificamente a assistência social e o PBF, trazendo para o debate a relação Estado, família, mercado e políticas públicas.

2 GÊNERO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Como categoria analítica da compreensão das relações sociais entre os sexos, gênero surge nos estudos feministas em substituição aos estudos da mulher. A proposta era tratar as relações de gênero como relações sociais e ampliar os sujeitos de análise, incorporando os homens a esses estudos e, posteriormente, o público de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI). Soma-se a tais pretensões a intenção de se afastar da dimensão puramente ativista dos movimentos feministas, para se legitimar junto à academia e conseguir financiamento junto aos órgãos internacionais para pesquisas na área.

A partir desse enfoque, este capítulo trata da trajetória do conceito de gênero e da relação das desigualdades de gênero com o processo de produção e reprodução social, com as esferas pública e privada, não de forma dicotomizada, mas compreendendo-as como inter-relacionadas no contexto de construção do ser social. O objetivo é evidenciar como se processa a institucionalização de ordens de gênero que geram expectativas e modos de ser para homens e mulheres. Isso se impõe pela proposta deste estudo que teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) decorrentes da focalização na mulher, sobre o padrão das relações de gênero no interior das famílias beneficiárias, no contexto da política de assistência social. Nessa perspectiva, o uso das categorias analíticas gênero e patriarcado se justifica por sua importância no processo de desconstrução de estruturas e pressupostos de gênero ancorados na ideologia do patriarcado, no essencialismo biológico e no discurso dicotômico. Mas, também, para compreender as relações assimétricas de gênero reproduzidas no mercado de trabalho, na família, nos espaços de poder, dentre outras instituições sociais, inclusive o Estado.

2.1 Gênero: o debate teórico e a luta das mulheres

Nesta seção, no esforço de fazer uma aproximação da trajetória histórica do conceito de gênero, busca-se resgatar a influência do pensamento feminista em suas várias fases, contextualizando o momento histórico e social da conjuntura nacional e internacional, sem perder de vista os paradigmas teóricos que influenciaram e influenciam as concepções de gênero, de maneira a contribuir com a compreensão sobre como se processam as relações familiares e de gênero no contexto de mulheres beneficiadas pelo PBF. Esse resgate se faz

necessário na conjuntura atual, considerando as transformações que vêm se processando nas famílias, a ampliação da ocupação de espaços públicos pela mulher, as mudanças de valores quanto às relações de gênero, servindo para refletir sobre as mudanças e a permanência no que concerne aos padrões tradicionais de gênero.

A constituição do conceito de gênero enquanto categoria de análise, de certa forma, relaciona-se com a luta por igualdade entre os sexos encampada pelo movimento feminista, um movimento de caráter sociocultural que emerge com o objetivo de lutar contra as desigualdades entre homens e mulheres. Ao longo do processo de luta pela igualdade de direitos, esse conceito foi se constituindo e adquirindo configurações diferentes, conforme o contexto social, histórico e político no qual estava situado. Conforme Bezerra e Veloso (2015, p. 7), “*as relações de gênero se constituem enquanto uma categoria em disputa, pelas diversas vertentes teóricas existentes*”, o que procuramos evidenciar aqui ao descrever os rumos dados para o debate sobre gênero.

Sem a intenção de explorar as distintas abordagens teóricas em tensão quanto ao tema relações sociais de gênero, mas, tendo também consciência de que um esforço analítico para apanhar a trajetória dos debates de gêneros não pode desconsiderá-las, já que os rumos tomados pelo debate são atravessados pelas disputas teóricas e ideológicas, sobressaindo-se, nos últimos anos, enfoques a partir de teorias pós-modernas ou pós-estruturalistas, com ampla repercussão no movimento feminista.

Contudo, optamos por uma abordagem de base crítica visando a compreender as relações de gênero enquanto fenômeno social e histórico. A escolha do materialismo dialético como fio condutor deste estudo se justifica pelo fato de que, do ponto de vista teórico e metodológico, desnaturaliza os fenômenos sociais e busca desvendar a sua essência.

De acordo com Kosik (1976, p. 15-17), “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”. O autor ainda esclarece:

do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *práxis* social da humanidade.

Pelo exposto acima, entendemos ser o método mais adequado para analisar o que está por trás e a quem serve o padrão tradicional de gênero que inferioriza a mulher, em

detrimento da supremacia masculina, e rejeita aqueles que não se encaixam na heteronorma. Sob o viés marxista, escolhemos trabalhar com a perspectiva gramsciana, posto que valoriza a prática política no processo de transformação da sociedade, fazendo uso de categorias como Estado ampliado, hegemonia e classes subalternas. Sua teoria contribui para refletirmos sobre a hegemonia de um padrão de gênero baseado no patriarcado e nas estratégias de mudanças dessa visão de mundo fundadas nas relações assimétricas de gênero, para pensar numa perspectiva relacional, na organização política de homens e mulheres, na direção da construção de uma cultura igualitária de gênero. O ponto de partida é o resgate histórico desse conceito, campo de tensões e disputas.

Conforme Farah (2004, p. 48), a categoria gênero foi incorporada pelo feminismo e produções acadêmicas sobre a mulher, por volta dos anos 1970, contudo, adquirindo interpretações diferentes dentro do próprio feminismo, dada a variedade de correntes; porém, predominando nesse período a concepção do feminismo da diferença em oposição ao da igualdade. A esse respeito, Hita (2002, p. 320), ao tratar das fases do feminismo com base nos estudos de Pierucci (PIERUCCI, 1999 *apud* HITA, 2002, p. 320), apresenta três fases do movimento, resumidas através da frase “*da igualdade à diferença e desta às diferenças*”.

Conforme a autora, do século XIX até a década de 1960, a luta pela igualdade era central. Sob influência do ideal revolucionário burguês e do iluminismo ocidental, a vertente da igualdade buscou a afirmação de um sujeito universal, do qual fazia parte não só o homem, mas também a mulher, posto que essa última, assim como crianças e escravos, ainda era privada dos direitos humanos universais. Para Hita (2002, p. 320), “procurou-se demonstrar que homens e mulheres são humanos e, portanto, indistintos na sua categoria de ser humano, sendo iguais perante a lei, com mesmo tipo de direitos”. Confundindo igualdade com identidade, e devido ao pressuposto da universalidade, que negava as diferenças, para a corrente da igualdade, ser igual significava ser idêntico, e ser diferente representava a desigualdade.

Assim, “as diferenças observáveis entre os sexos eram atribuídas pela corrente da Igualdade a diferenças apreendidas artificialmente (culturalmente), e não a uma diferença advinda da natureza própria” (HITA, 2002, p. 325). Mesmo admitindo as diferenças anatômicas, negava o determinismo biológico, posto que concebia homens e mulheres como seres iguais. Portanto, a corrente da igualdade rejeitava as diferenças biológicas por temer que levasse à crença da existência de formas diversas de ser, o que traria problemas para o

enfrentamento da questão das desigualdades e subordinação feminina, posto que o entendimento era de que se a mulher não fosse tratada como diferente do homem, mas como igual a esse, as relações de opressão poderiam ceder lugar às relações livres e iguais. Desta feita, identificava as diferenças de gênero e as diferenças sociais dos sexos como produto cultural, social e histórico, tornando-as passíveis de modificações.

Ainda de acordo com Hita (2002, p. 320-340), posteriormente, o pensamento feminista, num contexto de efervescência dos movimentos sociais, desloca sua preocupação com a igualdade para a questão da identidade, passando a reivindicar o direito à “diferença” e às peculiaridades da mulher. A preocupação já não se limitava aos direitos universais, mas àqueles específicos da mulher. Negar a diferença não resolveria o problema da opressão feminina; na verdade, seria necessário admiti-la. Esse entendimento colocava a “diferença” no centro das reivindicações do feminismo. Há uma busca, então, pela afirmação de uma identidade feminina oposta à masculina, contrapondo-se à visão anterior de sujeito humano universal. Com esta visão essencialista de mulher, o feminismo continuava a se basear numa perspectiva de sujeito universal, fixo e predefinido, “ainda estava operando no modelo da teoria tradicional feminista de sujeito como algo universal: agora não o humano, mas o feminino”.

A emergência de novos estudos, nos anos 1990, marca uma nova fase do feminismo, na qual a análise de gênero já não se dá de forma dissociada de outros marcadores de desigualdade como classe e raça, ocorre de forma a transcender as polaridades presentes nas reflexões feministas, posto que a concepção de “diferença” adotada não é de dicotomia, mas de pluralidade. Para Hita (2002, p. 340), essas ideias “explodem o modelo de perspectivas de identidade tradicional e permitem o surgimento de novos tipos de arranjos”. Cabe esclarecer que cada fase não anulou por completo a anterior, de forma processual e a partir de novas reflexões, outras concepções foram surgindo e ganhando corpo e expressividade.

A compreensão do processo evolutivo do conceito de gênero é importante para os fins deste estudo, porque possibilita uma análise sobre quais pressupostos de gênero fundamentam as políticas focalizadas na mulher, como o PBF, além contribuir com o questionamento sobre como, ao longo dessa trajetória, o Estado incorporou às políticas públicas demandas oriundas do movimento feministas. É imperioso, nesse percurso, também resgatar as contribuições tanto do movimento feminista como dos estudos sobre gênero na desnaturalização das

assimetrias de gênero, assim como o processo de reconstrução de categorias e conceitos, a exemplo do próprio termo gênero e patriarcado.

Para Saffioti (2015), entre os anos 1960 e 1970, as denominadas feministas radicais deram uma grande contribuição aos estudos sobre mulheres, com o uso do conceito de patriarcado numa perspectiva histórica, visando a desvendar a dominação masculina e as relações dela resultantes. Contudo, o conceito de gênero ainda passaria por reformulações, adquirindo configurações diferentes, conforme a dinâmica da sociedade. A influência do pós-estruturalismo traria para o debate contemporâneo o caráter histórico das diferenças de gênero e a diferença sexual como constructo social, bem como o aspecto relacional do gênero e a questão do poder como elemento central da organização social de gênero. Ou seja, gênero passa a ser definido como uma:

organização social da diferença sexual. O que não significa que o gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais (SCOTT, 1994, p.13).

Segundo Saffioti (2015, p. 117), o conceito de gênero se dissemina, no Brasil, com o trabalho de Joan Scott (SCOTT, 1983; 1988 *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 117), que colocava gênero como uma categoria central de análise, constituindo-se seu uso, “sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’”.

O viés pós-estruturalista iria influenciar fortemente a fase mais contemporânea do feminismo, que teve como questionamento central a exclusão dentro do próprio movimento, fundamentado na teoria *queer*¹¹, que faz uma crítica aos efeitos normalizantes e disciplinadores das identidades de gênero, põe em debate o caráter reducionista da categoria mulher trabalhada pelo feminismo, posto que deixa de fora outras identidades de gênero, como lésbicas, transexuais, transgêneros, dentre outras. Nesse sentido, o movimento feminista e o conceito de gênero, enquanto elementos históricos, passam por transformações que se relacionam com as dinâmicas da sociedade.

Isso posto, cabe questionar sob quais processos e contextos as (re) formulações de gênero se constituíram. Qual a relação dos paradigmas científicos gestados no campo das ciências sociais e humanas com a questão de gênero? Quais as contribuições do movimento

¹¹ Segundo Miskolci (2005, p. 32), a teoria *queer* é uma corrente de estudos que se volta para a desconstrução das identidades sociais que são vistas como naturais.

feminista na construção do conceito de gênero e quais as suas configurações atuais, enquanto categoria analítica das relações sociais?

Conforme Connell e Pearse (2015, p. 122), “ideias são criadas em circunstâncias de mudanças, por pessoas vindas de diferentes trajetórias e com treinamentos diversos”, dessa forma, compartilhando também dessa concepção, entende-se que o debate sobre a constituição do conceito de gênero se ancora em bases históricas, sociais e políticas, sendo importante para a compreensão sobre as teorias de gênero identificar quem as produziu e em qual contexto estavam inseridos.

Connell e Pearse (2015, p. 121), ao analisarem as teorias de gênero, destacam a necessidade de uma abordagem “genuinamente global sobre o conhecimento”, não por uma questão geográfica, mas porque se trata de um “conhecimento mais adequado e democrático”. Isso se impõe porque, historicamente, as discussões sobre as teorias de gênero e as teorias feministas sempre se concentraram em teóricos e teóricas do Norte Global, sendo necessário combinar tais narrativas com as do Sul Global.

As teorias de gênero da metrópole¹² europeia são produtos de uma cultura cristalizada ao longo de vários séculos, constituindo-se de forma racionalista e cética, tendo como marco a segunda metade do século XIX, período em que se desencadeava uma mudança gradual dos discursos morais e religiosos, e de aproximação da Europa com o mundo colonizado.

Connell e Pearse (2015, p. 122-123), ao falarem sobre os primeiros escritos que faziam referência à condição da mulher, cujas ideias se contrapunham à misoginia do cristianismo e dos inscitos de intelectuais cristãos “repletos de dogmas sobre a inferioridade das mulheres na mente e no corpo”, cita trabalhos como o de Christine de Pizan (PIZAN, 1405 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 123), na França do século XV, denominado “O livro da cidade de senhoras”, no qual a autora idealizava uma cidade segura para as mulheres; o de Sor Juana, no México do século XVII, que reivindicava respeito igual pelo trabalho das mulheres. Outras iniciativas vêm de um grupo de protestantes chamados Quaker, que na Europa defendia o exercício da autoridade religiosa pelas mulheres, bem como da Revolução Francesa, em que Mary Wollstonecraft (WOLLSTONECRAFT, 1792 *apud* CONNELL;

¹² Conforme Connell e Pearse (2015, p. 122), metrópole é “um termo que designa o centro econômico, cultural e político de que outras regiões são direta ou indiretamente dependentes”.

PEARSE, 2015, p. 123) escreveu um texto denominado “Reivindicações dos direitos da mulher”, como resposta à “Declaração dos Direitos dos Homens”.

Nos Estados Unidos, a influência moralizante e religiosa se fez presente de forma marcante até mesmo dentro do movimento sufragista. A própria convenção de Seneca Fall, em 1848, por muitos considerada o momento de aparição do feminismo moderno, fazia uso de uma linguagem moralizante (CONNELL; PEARSE, 2015).

Com o desenvolvimento da ciência no século XIX, a crença nas explicações com base nas religiões foi cedendo espaço para as explicações científicas. A grande inovação foi a teoria evolucionista de Charles Darwin (DARWIN, 1859 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 123), que iria influenciar não só as ciências naturais como as ciências sociais. O “darwinismo” contribuiu para que as ideias de uma base ideológica para todas as formas de diferença social se popularizassem, “incluindo a divisão de gênero na metrópole e as hierarquias raciais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 124).

De acordo com Miskolci (2005, p. 16), antes do advento da ciência de Darwin, as espécies eram concebidas como criações divinas fixas, mas a teoria evolucionista demonstrou que “as espécies eram eternas mutantes através de um processo natural de variação, luta e seleção dos traços favoráveis à sobrevivência”, originando novas espécies a partir das antigas, em um processo que transmitia as características aos descendentes. A partir da segunda metade do século XIX se desenvolvem teorias baseadas no evolucionismo darwiniano, cuja pretensão era entender suas consequências para a esfera social.

Francis Galton (GALTON, 1869 *apud* MISKOLCI, 2005, p. 18), sobrinho de Darwin, foi um dos responsáveis pela popularização dos pressupostos evolucionistas e sua aplicação nas ciências humanas, dando origem à eugenia, uma teoria que busca produzir uma seleção humana, envolvendo:

estudos e práticas voltadas para o controle da hereditariedade humana visando a preservação de grupos “raciais” considerados superiores e a contenção da reprodução dos grupos e indivíduos que representassem uma ameaça, sobretudo as “raças inferiores”, os portadores de deficiência física, doentes mentais e desviantes em geral (MISKOLCI, 2005, p. 18).

A teoria de Charles Darwin impactou tanto na medicina social quanto na sociologia. Essa influência se espalhou para a filosofia e a literatura, contribuindo para que o naturalismo se expandisse no final do século XIX, cujas ideias se baseavam numa “compreensão determinista e hereditária dos problemas sociais”, havendo, portanto, uma naturalização das questões sociais. Conforme Miskolci (2005, p. 17), os darwinistas sociais foram os “principais

responsáveis pela naturalização do que foi social e historicamente criado” e, ainda, por classificar numa única categoria todos os tipos de desvios, igualmente denominados de degenerados. Essa categoria possuía uma conotação patológica que associava os desvios tipificados pela eugenia a uma condição congênita, então, impossíveis de serem revertidos, tratados ou curados. Dentre os alvos principais dessa ciência estavam as mulheres. Comportamentos sexuais também foram analisados, sob a perspectiva do determinismo biológico, o desejo sexual era percebido como doença. Nos termos de Miskolci (2005, p. 20), a moralidade era vigente ao associarem “estupro e bestialidade como sendo fenômenos do mesmo tipo do lesbianismo e do homossexualismo”. Após a Segunda Guerra Mundial, devido ao Holocausto, a influência do darwinismo social diminuiu, embora ainda tenha adeptos nos dias atuais.

A questão de gênero estava presente também na formulação de uma ciência da sociedade, por meio do filósofo francês Auguste Comte, fundador do positivismo (COMTE, 1851 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 124). Sua teoria tratava da função da mulher, defendendo sua importância, desde que limitada à esfera dos cuidados. Outros filósofos também contribuíram com discussões acerca do tema, como John Stuart Mill, Lester Ward, August Bebel e Friedrich Engels, com os respectivos trabalhos “A sujeição das mulheres” (MILL, 1869 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 125), “Sociologia dinâmica ou social aplicada” (WARD, 1883 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p.125), “A mulher sob o socialismo” e “A origem da família, da propriedade privada e do estado” (ENGELS, 1884 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 125).

Esses trabalhos se inserem num contexto em que a questão da mulher havia sido colocada em cena pelo nascente movimento de mulheres, como também pela emergência do império, que tinha como objetivo principal a exploração e dominação de outras sociedades e culturas. Questões essas que se relacionavam não só com o domínio dos homens em espaços de poder, como também com os impérios coloniais que se consolidavam.

As produções predominantemente masculinas evidenciavam a dificuldade de as mulheres dessa época formularem elaborações teóricas. Conforme Connell e Pearse (2015), inicialmente os escritos de mulheres se concentraram em questões econômicas, como a obra de Olive Schreiner, da África do Sul, intitulada “Mulher e Trabalho” (SCHREINER, 1911 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 125), e a da russa Alexandra Kollontai, intitulada “As

bases sociais da questão da Mulher” (KOLLONTAI, 1909 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 126).

Países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos viviam o epicentro da colonização, favorecendo a reunião de um conjunto de informações sobre arranjos de gêneros existentes nas colônias, colhidas através das expedições formadas por diversos segmentos, entre eles, estudiosos. Porém, no final do século XIX e início do século XX, enquanto nas metrópoles a emergência do feminismo passa a desestabilizar a crença em uma ordem de gênero fixa, nas colônias, as ordens de gênero sofriam o impacto destrutivo do processo colonizador. O Brasil, enquanto país colonizado, insere-se nesse contexto (CONNELL; PEARSE, 2015).

O debate de gênero já avançava para questões como poder, sexualidade e divisão do trabalho, muito embora as categorias “homem” e “mulher” se mantivessem absolutas tanto na colônia quanto na metrópole, não havendo, portanto, ainda uma teoria de gênero. O marco para esse salto foi a psicanálise, através de Sigmund Freud (FREUD, 1900; 1905a; 1905b; 1918 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 128). Embora não fosse feminista, influenciou as feministas, a partir da segunda década do século XX, ao evidenciar que muitos dos problemas dos seus e suas pacientes tinham origem psicológica, e não física. Posteriormente, seu seguidor, Alfred Adler (ADLER, 1927 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, 128), que apoiava o feminismo, “fez uma crítica para a masculinidade orientada ao poder, o centro de sua revisão da psicanálise”. A psicanálise, então, “mostrou que as divisões de gêneros na vida adulta não eram fixadas no início da vida”, mas ao longo dela. Ou seja, essas divisões eram resultado de construções sociais. Tal concepção impactou nos pensamentos sobre gênero, pois até então, o feminismo aceitava as características de homem e mulher como dadas (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 127-128).

Conforme Connell e Pearse (2015, p. 129), o passo seguinte foi dado a partir da obra “O sexo dominante”, de Mathilde Vaerting (VAERTING, 1921 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 129), no qual criticava a noção de caráter fixo do masculino e do feminino, e entendia que masculinidade e feminilidade refletiam relações de poder, criando a “primeira teoria social estendida do gênero”.

Nas primeiras décadas do século XX, simultâneo à efervescência das produções intelectuais na Europa Central, ocorriam movimentos que teriam consequências intelectuais e que se espalhavam pelo mundo colonizado e semicolonizado, contra o domínio imperialista

européu e americano, a exemplo da Índia, da Turquia, da China e do Egito, muitos deles envolvendo a participação de mulheres. Nesse contexto emerge a antropologia social, tendo como um dos seus expoentes Malinowisk (MALINOWISK, 1927 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p.130), cuja obra faz uma crítica à psicanálise e questiona o caráter universal do Complexo de Édipo, provocando o surgimento de teorias sobre os papéis sexuais.

Ao escrever sobre a história do conceito de gênero, Piscitelli (2009) destaca a influência da antropologia na denominada “primeira onda” do feminismo, por volta do final do século XIX e início do século XX, sendo caracterizada pela mobilização em torno da ideia de direitos iguais à cidadania”, o que exigia a igualdade entre os sexos. Segundo Louro (1997, p. 15), o movimento feminista adquire maior visibilidade com o “sufragismo”, um “movimento voltado para estender o direito de voto às mulheres”, embora tivesse outros objetivos ligados aos interesses das mulheres brancas. Nessa fase do movimento feminista, além da luta pelo voto, eram também bandeiras de luta o acesso à educação e o direito à posses e bens. Durante as décadas de 1920 e 1930, em vários países as mulheres tiveram conquistas legais e formais, rompendo com algumas das expressões de desigualdades, porém, sem provocar mudanças na posição social das mulheres (LOURO, 1997; PISCITELLI, 2009).

No campo das ciências sociais a ideia de diferença entre feminino e masculino como princípio universal de diferenciação e classificação que predominava até então, devido à influência do darwinismo social, passa a ser questionada. Com base em tal ideia, definiam-se comportamentos apropriados para homens e mulheres, e as tarefas que cada um deveria desempenhar. Novos autores(as) contestam tais pressupostos, destacando o “caráter cultural, flexível e variável dessa distinção”, posto que em outras culturas e sociedades, embora houvesse divisões de tarefas, as mesmas variavam conforme a cultura, ou seja, o que é definido como uma tarefa masculina numa determinada sociedade, pode ser considerada feminina numa outra (PISCITELLI, 2009, p.127).

As produções sobre essa diferença se deram num contexto em que o conceito de *papel social* era difundido a partir da década de 1930. Tal teoria buscava compreender quais fatores influenciam o comportamento humano, defendendo que indivíduos ocupam posições na sociedade, desempenhando determinados papéis que são definidos por regras e normas sociais, bem como baseados em atributos como sexo e idade. Homens e mulheres desempenham papéis culturalmente construídos: os papéis sexuais. Dessa forma, a

antropologia teve importância central nas formulações sobre a diferença sexual baseada na teoria dos papéis sexuais.

Os estudos da antropóloga americana Margaret Mead (MEAD, 1935 *apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p. 130), dentre eles “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”, colocaram-na como pioneira, ao defender que as características masculinas e femininas refletiam as influências culturais e sociais, não se limitando às diferenças biológicas. Seu trabalho recusa a “ideia de uma relação fixa entre sexo biológico e as características de gênero” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 130). Segundo Piscitelli (2009, p. 128), Margaret Mead documentou como diversas culturas e sociedades lidam com a diferença sexual e “problematizou a ideia de que noções de feminilidade e masculinidade eram fixas, mostrando como variam de uma cultura para a outra”. A partir do estudo das três sociedades que observou, afirmou que a crença da sociedade americana em um temperamento inato dos sexos, atribuindo aos sexos determinadas características e tarefas específicas, não era universal. Para Connel e Pearse (2015, p. 130), a antropologia mostrou que em sociedades não ocidentais “arranjos de gênero funcionavam perfeitamente bem, apesar de sua maneira distinta da vida burguesa na metrópole”.

As teorias baseadas nessas ideias contribuíram para a popularização do conceito de “papéis sexuais”, entre os anos 1940 e 1950, partindo-se do entendimento “de que as pessoas normalmente se conformam às normas culturais para as posições sociais que ocupam e aplicam tal ideia ao gênero” (CONNEL; PEARSE, 2015, p.131). Para Piscitelli (2009, p. 130), a teoria dos “papéis sexuais” influenciou autores e autoras nas formulações teóricas que apontavam para a construção cultural da diferença sexual. Mas se mostrou também atraente para os estudiosos da diferença sexual, que relacionavam a estrutura social à formação da personalidade por meio da “socialização” ou da “incorporação” das normas sociais conforme o papel feminino e masculino. Nessa concepção, as pessoas tidas como “desviantes” teriam passado por algum erro no processo de socialização.

A teoria dos papéis sexuais permitiu questionar os pressupostos biológicos em torno dos comportamentos de homens e mulheres, ao evidenciar que os mesmos diferem dependendo da cultura e expectativas sociais. Porém, a abordagem da teoria dos papéis não tocava nos fundamentos da posição subordinada da mulher, não questionava as relações desiguais entre homens e mulheres, muito menos as relações de poder diferenciadas (PISCITELLI, 2009).

Entre as décadas de 1950 e 1960, o movimento feminista centrava sua luta na reivindicação pela igualdade de direitos, embora na França a teoria de gênero tivesse inovado com o lançamento, em 1949, do livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir. O pensamento feminista é questionado pela autora ao problematizar até que ponto as feministas haviam contribuído para erradicar a dominação masculina. Para Simone de Beauvoir as reformas na legislação, que garantiam o direito ao voto, não eram suficientes, era preciso enfrentar um conjunto de elementos que colocavam a mulher numa condição de subordinação, privando-as de autonomia. Questionou a educação que desde cedo preparava as mulheres para o casamento e a maternidade, para serem subordinadas e agradar aos homens; o caráter opressivo do casamento; a inexistência de oportunidade de trabalho e profissões bem remuneradas para as mulheres; a falta de domínio da mulher sobre o próprio corpo tanto na maternidade quanto na liberdade sexual. Portanto “sua abordagem partia de uma crítica política à subordinação da mulher”, constituindo-se uma exceção na metrópole global (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 132).

Simone de Beauvoir parte de uma leitura crítica da história, da psicanálise e da literatura. Ao mesmo tempo que critica o feminismo, analisa a maternidade e inova ao questionar a conformação das identidades sexuais, trazendo para o debate a situação da iniciação sexual feminina, a condição da mulher casada, a lésbica e a prostituta. Embora não use o termo “papéis sexuais”, segundo Piscitelli (2009), assimila a ideia dessa teoria ao defender que a posição da mulher decorre de uma construção social que se articula com a dominação masculina, o que só se explica pela compreensão da história e da cultura. Esse pensamento deu origem a sua conhecida frase: “*Ninguém nasce mulher; torna-se mulher*”.

Apesar de a inovação de Beauvoir ter despertado admiração por parte de alguns, dentro do movimento feminista gerou reações contrárias. Porém, criou bases para a “segunda onda” do movimento feminista, que se instalava num contexto de luta dos países colonizados pela libertação nacional na década de 1960. A segunda fase do movimento feminista remonta ao final da década de 1960, tendo como preocupações, além das questões políticas e sociais, as construções teóricas a partir da problematização do conceito de gênero, num contexto de mudanças de paradigmas e de manifestações coletivas, principalmente na Europa, onde diferentes segmentos e grupos entram em cena para questionar tradicionais arranjos sociais e políticos, segregações, discriminação e teorias universais. Esse contexto impulsionou a

formulação de novos paradigmas para a compreensão da diversidade social como as questões étnico-raciais, culturais e sexualidade (LOURO, 1997; MISKOLCI, 2005).

Nos países menos desenvolvidos, a luta pela libertação nacional impactou no norte global, nos países imperialistas, bem como nos movimentos da juventude dos anos 1960, que forneceram um modelo político e argumentos, no final da década, para a nova onda feminista (CONNELL; PEARSE, 2015). Dentre os grandes avanços teóricos dessa nova fase do feminismo, destaca-se o trabalho de Heleieth Saffioti, intitulado “A mulher na sociedade de classe”, publicado no Brasil em 1969, num contexto de ditadura militar. Uma teorização fundamentada no marxismo, que trata da divisão sexual do trabalho, da economia política da família e da economia sexual da sociedade colonial, da educação das mulheres, da subordinação e emancipação das mulheres, dentre outras questões.

Sarti (2004) considera que no início dos anos 1970, o feminismo brasileiro entra em cena com algumas peculiaridades. As reivindicações das mulheres, enquanto sujeitos políticos, inicialmente estiveram ligadas à luta pela redemocratização do país e a questões que atingiam os trabalhadores urbanos de um modo geral. Posteriormente, convergem para questões relacionadas à condição da mulher, no que se refere à desigualdade de salários, violência, proteção social, etc (SARTI, 2004; FARAH, 2004).

A “segunda onda” feminista retoma várias questões do pensamento de Beauvoir, principalmente a subordinação feminina. Nesse sentido, parte do entendimento de que as mulheres ocupam posição de subordinação nos espaços sociais em relação aos homens, a qual varia em termos históricos e espaciais, sendo vista como uma categoria universal, pois ocorre em todas as sociedades e períodos históricos. Essa linha de pensamento questiona o processo de naturalização da subordinação da mulher, pois o concebe como uma construção social, e sendo social, é passível de ser modificado, tanto a subordinação como os espaços sociais.

Para Piscitelli (2009, p. 133), a “segunda onda” do movimento feminista se caracteriza por reivindicar “igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades”. O movimento criou um sujeito político coletivo, as mulheres, buscando estratégias de combate à subordinação e se apropriando de teorias para explicar a subordinação, fazendo uso de vários conceitos e categorias, dentre eles o de mulher, opressão e patriarcado.

A concepção de mulher passou a ser trabalhada com base no entendimento de que a opressão atinge mulheres de todas as classes e raças, o que foi importante em termos políticos,

pois permitiu diferenciar as discussões norte-americanas e inglesas do pensamento de esquerda. A afirmação de que todas as mulheres sofrem opressão possibilitou a formação de uma identidade coletiva e política, baseada não só em traços biológicos, mas também em aspectos sociais que resultam da dominação masculina.

O político foi definido de maneira que envolvesse a concepção de opressão, assim, toda “atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política” (PISCITELLI, 2009, p. 134). A política deixa de estar relacionada apenas com a esfera pública, ou seja, passa a envolver toda e qualquer relação de poder, por isso a frase “o pessoal é político”. A partir dessa concepção o movimento se voltou para revelar as diferentes relações de poder no campo das relações sociais, tanto na esfera pública quanto privada. As feministas fizeram uso da categoria patriarcado como central, global e unitária de poder, percebendo as relações entre homens e mulheres como uma relação política. Nessa perspectiva, argumentaram que a dominação masculina historicamente promovera a exclusão das mulheres da história, da política e da ciência.

Para Miskolci (2005, p. 130), o feminismo desvendou processos sociais e históricos que possibilitaram a “construção da mulher como um *outro* do ser hegemônico, o homem”. Através desse movimento e de suas produções sobre gênero, juntamente com outros fatores, contribuiu para a mudança da abordagem do *desvio* para estudos sobre *diferença*, “devido ao seu próprio objeto de crítica e por adotar a perspectiva da metade (feminina) da humanidade que é objeto de processos de subordinação e controle”. Progressivamente, tornou-se claro que as mulheres não são desviantes, mas que sua condição de inferioridade social evidenciava que as mesmas viviam processos similares aos de outros tidos como “diferentes”.

Com o crescente acúmulo de dados e conhecimentos sobre as mulheres, decorrentes da nova fase do feminismo, possibilitaram a ampliação das produções teóricas e questionamentos sobre as próprias categorias analíticas do feminismo, dentre elas o patriarcado. Apesar da importância do termo para a mobilização política e para mostrar que a subordinação feminina não é natural, sendo, portanto, passível de enfrentamento, acreditou-se estar nele a origem da opressão das mulheres e a ilusão de que o mesmo também poderia ter um fim. Dessa forma, o pensamento feminista perdia de vista o caráter mutável do patriarcado (PISCITELLI, 2009).

De acordo com Pateman (1993), o patriarcado é um termo controverso e de significado problemático, que expressa poder político, mas foi ignorado pelos teóricos-políticos do século XX. O movimento feminista chegou a desenvolver campanhas contra o patriarcado, mas

persuadiu a poucos; contudo, com o renascimento de tal movimento organizado, na década de 1960 o termo foi trazido de volta, tanto ao uso popular quanto acadêmico. No processo de revisão do pensamento feminista, o uso do termo passa a ser questionado e o seu abandono, no entendimento da autora, representaria “a perda pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher”, e a perda de uma história política que ainda está por ser compreendida (PATEMAN, 1993, p. 39-40).

A tentativa de abandonar o termo se relaciona com o fato de o próprio movimento feminista ainda vincular patriarcado às “interpretações patriarcais de seu significado” (PATEMAN, 1993, p. 39-40). De acordo com Pateman (1993), para se entender o significado político do *status* da mulher atribuído pelo patriarcado moderno, é necessário que o termo esteja desvinculado de alguns pressupostos, como o de patriarcado como governo do pai ou do direito paterno; de que as relações patriarcais são apenas familiares; e a do patriarcado como universal na sociedade humana.

Saffioti (2015, p. 104), ao tratar do uso do termo patriarcado, faz uma incursão à teoria weberiana e alerta para o fato de o mesmo ser tomado por essa corrente como um tipo ideal¹³, numa perspectiva limitada às suas origens, argumentando que “o tipo ideal é construído de maneira a atá-lo à especificidade do contexto social no qual teve sua gênese. Trata-se de conceitos genéticos”. Segundo a autora, as feministas jamais teriam feito o uso do termo patriarcado nesse sentido, posto que sabiam que patriarcado, na perspectiva weberiana, situa-se num contexto que já não existe, ou seja, “já não se tratava de comunidades nas quais o poder político estivesse organizado independente do Estado”. O que Saffioti procura deixar claro, assim como Pateman (1993), é que o patriarcado das sociedades urbano-industriais difere daquele da Atenas clássica ou Roma antiga, e que a expressão do patriarcado enquanto domínio sobre as mulheres varia em graus, mantendo de forma igual apenas a natureza desse fenômeno, que lhe legitima como algo natural.

Ainda com base em Saffioti (2015, p. 107-108), entendimento por nós compartilhado, devido à presença dominante do pensamento dicotômico e da lógica dualista, o senso comum e até mesmo feministas, “buscam provar a universalidade do patriarcado por meio da inexistência de provas de eventuais sociedades matriarcais”, quando na verdade o

¹³ De acordo com Weber (1999, p. 106), “obtem-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número, ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento”.

questionamento deveria ser a respeito da existência de sociedades com relações de igualdade entre homens e mulheres. O uso do termo patriarcado tem ampla importância para descrever e explicar a condição social hierarquicamente inferior das mulheres, pois possibilita analisar como esse adentra nas demais instituições, como o Estado, o corpo e a psique humana, bem como nas variadas áreas do saber e do conhecimento, sendo inclusive legitimado através dessas. Tal compreensão é essencial para os fins deste estudo que busca analisar tanto os efeitos de um programa que tem centralidade na família e foco na mulher, sobre os padrões de gênero no âmbito das famílias beneficiárias do PBF. Adotamos o uso do patriarcado enquanto categoria conceitual, porque se constitui o fundamento de ideologias sexistas que se traduzem em estruturas de poder que hierarquizam homens e mulheres, essas últimas em detrimento dos primeiros, porém, enquanto ideologia, afeta homens e mulheres.

A dominação masculina sobre as mulheres pode ocorrer independentemente de haver um sujeito investido de poder, levando, muitas vezes, às mulheres serem agentes dos pressupostos do patriarcado, “ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo” (SAFFIOTI, 2015, p. 108). Enquanto ideologia, o patriarcado pode atingir a qualquer indivíduo, inclusive categorias profissionais, ele invade vários campos e áreas, como a religião, a economia, a educação, etc. Assim, cabe analisar, a partir dessa categoria, como o Estado, através da política de assistência social e do PBF, trabalha a questão de gênero junto às famílias beneficiárias, verificando os contornos dados à questão, como também se a ideologia do patriarcado permeia as práticas e entendimentos das próprias famílias beneficiárias, ou até mesmo se estão sendo gestadas, no interior dessas famílias, resistências a esses padrões de gênero, posto que estudos apontam que mudanças já vêm ocorrendo na cultura e valores relativos ao papel social da mulher e às relações de gênero (SORJ, 2005; BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008).

A busca pelo conhecimento da história das mulheres deve continuar para que se possa compreender e apreender o caráter histórico do patriarcado. Na visão de Saffioti (2015), há evidências, do ponto de vista antropológico, da existência de outra ordem de gênero que não seja baseada na dominação, exploração e opressão das mulheres pelos homens, mas a compreensão disso requer a conceituação de patriarcado e gênero.

Apesar das interpelações sobre a importância do uso do termo patriarcado, efetivamente, o mesmo passa a ser questionado, e novas teorias de gênero emergem a partir da década de 1970. Segundo Connell e Pearse (2015), 1975 foi declarado como o ano

internacional da mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas foi também o momento em que as chamadas “femocratas” da Austrália, Escandinávia e Alemanha, na luta pela igualdade de gênero, reivindicam reformas legais e burocráticas, financiamento governamental para políticas de proteção social que possibilitassem transferir para o Estado a tarefa dos cuidados com idosos, deficientes e crianças. Isso gerou um debate, posto que o feminismo via o Estado como patriarcal, fazendo com que novas teorias surgissem e que o Estado fosse pensado enquanto instituição generificada com possibilidade de mudança.

O ensaio da antropóloga Gayle Rubin, intitulado “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo” (1975), inova no campo das formulações em torno da temática gênero. Segundo Miskolci (2005, p. 30), tal estudo teve como objetivo evidenciar os aspectos locais e históricos da subalternização e controle, introduzindo gênero como categoria de análise¹⁴, através do qual se inseria na discussão sobre as causas da subordinação da mulher, bem como inovava com um conceito que denominou “*sistema sexo/gênero*”, enquanto “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, 1975 *apud* PISCITELLI, 2009, p. 137). Para a antropóloga, “o gênero seria um imperativo da cultura que opunha homens e mulheres por meio do parentesco”, através de um sistema que dava significado à diferença sexual biológica, acentuando de maneira a justificar a dominação masculina (MISKOLCI, 2005, p. 30).

Rubin faz sua análise a partir da teoria de Lévi-Strauss (LÉVI-STRAUSS, 1949 *apud* PISCITELLI, 2009). Acredita que a formulação do estudioso sobre a divisão sexual do trabalho cria o gênero, porque para garantir o casamento, instaura a diferença e a oposição entre os sexos. Em termos naturais, o sexo não seria tão diferente, mas a divisão sexual do trabalho constrói a necessidade de tarefas femininas serem distintas das masculinas, uma divisão que agrava, no plano cultural, as diferenças biológicas entre os sexos.

A teoria de Gayle Rubin se disseminou nos anos 1980, mas também se tornou objeto de críticas que resultaram em novas formulações sobre gênero. A ideia de criar um sujeito político contribuiu para que o pensamento feminista se voltasse para a criação de uma categoria mulher como universal, sem que percebesse as diferenças entre as mulheres. Essa visão passou a ser questionada, a partir dos anos 1980, por mulheres negras dos Estados

¹⁴ É importante ressaltar que o termo gênero foi introduzido por Stoller, em 1963, no Congresso de psicanálise Internacional em Estocolmo, o qual formulou o conceito de identidade de gênero para distinguir sexo de gênero. Sexo enquanto correspondente de sexo biológico, e gênero se referindo ao caráter cultural (PISCITELLI, 2009, p. 123; SAFFIOTI, 2015, p. 114).

Unidos e do Terceiro Mundo, evidenciando um conflito de interesses dentro do próprio movimento, posto que enquanto as mulheres feministas brancas e de classe média tinham como demanda os direitos reprodutivos (uso de contraceptivos, aborto) e questionavam os símbolos de opressão masculina, as mulheres negras reclamavam contra a violência, inclusive institucional, que violava o direito à vida dos seus filhos. Já as mulheres dos países menos desenvolvidos se inseriam nas lutas contra a opressão ocidental.

O fato é que a partir dos anos 1980 os estudos feministas se ampliaram, aumentando o número de produções teóricas como revistas, livros e periódicos, tanto sobre o conceito de gênero como no campo de estudos das políticas públicas de viés feminista. Para Connell e Pearse (2015, p. 139), nesse contexto, “a história feminista se tornou um amplo empreendimento, fomentado pela necessidade de corrigir os fortes vieses da história patriarcal; a categoria de gênero passou a ser reconhecida como importante para a análise histórica”.

Já nos anos 1990, com a expansão dos estudos sobre mulheres, os mesmos passaram a ser denominados “estudos de gênero”, em meio a resistências e controvérsias, inclusive dentro do movimento feminista, passando a envolver questões relacionadas a lésbicas, gays e transgêneros, bem como pesquisas não feministas sobre gênero (CONNEL; PEARSE, 2015). No Brasil, o movimento já se consolidava e também formulava produções sobre a temática. A mudança do termo teria se dado porque os estudos de mulheres tinham uma conotação política, motivo pelo qual não assegurava uma legitimidade científica, bem como pelo aspecto relacional do termo, posto que não se pode compreender a mulher sem compreender o homem, o que requer abordar as relações sociais considerando a diversidade de arranjos. De acordo com Costa (1998), o termo relacional possibilitou a consolidação dessa tendência com a ampliação de estudos sobre os homens, ou sobre masculinidades. Para Medrado e Lira (2008), essa perspectiva considera a construção das masculinidades e feminilidades, visto que expressam as relações sociais.

Em se tratando de estudos sobre masculinidades, uma importante referência é Connell (1995), pela formulação do conceito de masculinidade hegemônica, com expressiva influência sobre o pensamento atual acerca de gênero e dos homens. De acordo com o estudioso, nos anos 1970 o gênero dos homens era compreendido com base no “papel do sexo masculino”, caracterizado por um conjunto de condutas e expectativas que admitem como apropriadas para uma masculinidade. Sendo, ainda, uma concepção vigente em alguns contextos sociais.

Contudo, tal conceito apresenta algumas fragilidades, posto que não permite a compreensão das questões relacionadas ao poder, à violência e às desigualdades materiais. Além disso, não vislumbra a complexidade interna da masculinidade e suas formas variadas (CONNEL, 1995).

Para Connell (1995, p. 188), masculinidade “é uma configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”, existindo diversos tipos em qualquer “ordem de gênero” de uma sociedade, por isso se fala em “masculinidades”. Essas configurações de práticas dizem respeito ao que realmente é praticado pelas pessoas, e não ao que se espera que elas façam, como no conceito de “papel sexual”, como podem ser variadas e não são fixas, são históricas. Quanto à posição dos homens, quer dizer que a masculinidade envolve relações sociais e se relaciona com os corpos.

Nesse sentido, Connell (1995, p. 189) afirma que gênero é a “forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. Nessa lógica, a prática social se volta para os corpos, sendo as masculinidades corporificadas, mas resguardando seu aspecto social. Sendo gênero uma estrutura ampla que envolve economia, Estado, família e sexualidade, é também complexa, indo além de dicotomias, pois diferentes masculinidades são produzidas num mesmo ambiente cultural e institucional. Em meio à diversidade de masculinidades, uma delas se apresenta de forma hegemônica na estrutura de gênero, correspondendo a um ideal cultural de masculinidade, enquanto que nas demais se estabelecem relações de dominação, marginalização e cumplicidade¹⁵. Portanto, não se pode falar em masculinidade hegemônica sem falar daquelas que não são hegemônicas, pois para Connell e Messerschmidt (2013, p. 162-163), “o conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas”.

A masculinidade hegemônica seria aquela ligada à legitimidade do patriarcado, que garante a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito ao domínio e à subordinação entre grupos de homens, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. A masculinidade cúmplice é compreensível pela relação com o projeto de masculinidade

¹⁵ Reformulações sobre esse conceito vem sendo feitas. A respeito, ver Connell e Messerschmidt (2013, p. 262-264), que afirmam que “a característica fundamental do conceito continua a ser a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades”, e que “o conceito de masculinidade hegemônica precisa ser reformulado em quatro grandes áreas: a natureza das hierarquias de gênero, a geografia das configurações de masculinidade, o peso do social no processo de incorporação da masculinidade e a dinâmica das masculinidades”.

hegemônica, embora não o incorpore completamente, beneficia-se da mesma, desfrutando de algumas vantagens do patriarcado, mas sem se manifestar como adepto dessa posição, nem a questiona. Enfim, a masculinidade marginalizada se refere a relações entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados. É uma masculinidade que está marginalizada devido à condição subordinada de classe ou raça¹⁶.

Na concepção de Almeida (1996, p. 162), as masculinidades e feminilidades, não se referem respectivamente a homens ou a mulheres, são variadas e não são estáticas, “são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de gênero”. Dessa forma, masculinidades e feminilidades variam ao longo do tempo e espaço, ou seja, podem ser construídas e reconstruídas historicamente.

Há de se destacar, também, que em meio a essa troca de termos, Scott (1995) alerta para o risco do uso descritivo do termo gênero, em vez de analítico, devido ainda estar vinculado às concepções baseadas em fundamentos biológicos e no binarismo. A emergência do conceito de gênero visa exatamente escapar dessas abordagens e compreensões descritivas. Tal realidade impôs um aprimoramento do conceito de gênero, passando a se apresentar como uma categoria analítica das questões de gênero, conforme ressaltado, em um artigo, pela historiadora norte-americana Joan Scott, na década de 1980 (SAFFIOTI, 2015).

Scott (1995, p. 86) apresenta uma proposta teórica-metodológica para a compreensão de gênero no campo das relações sociais. Define gênero em duas partes. Na primeira, apresenta gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”; e na segunda, gênero como uma “forma primeira de significar as relações de poder”. A primeira parte implica a constituição dos elementos culturais e sociais em torno da diferença sexual e corporal como os símbolos, conceitos normativos, organizações institucionais e identidade objetiva. A segunda parte relaciona gênero com relações de poder, esse analisado a partir da leitura de Foucault (2008), que concebe o poder não como central, mas como difuso e disperso, de tal forma que se apresenta de forma capilar, permeando a sociedade, as instituições e o próprio corpo.

Diante da troca do termo mulher por gênero, com fins científicos, as feministas temiam que o academicismo interferisse no aspecto político do movimento e se tornasse

¹⁶ SENKEVICSA (2012). Disponível em: <<http://ensaiosgenero.wordpress.com/2012/04/28/masculinidades-multiplas-e-hierarquizadas>>. Acesso em: 05. set 2017.

incompreensível às mulheres trabalhadoras, o que acabou por acontecer, segundo Connell e Pearse (2015). As produções se distanciaram das questões específicas relacionadas à condição da mulher, que sempre foram pautas das feministas (educação, violência, saúde, Estado, políticas públicas), e se voltaram para sexualidade, identidade e representação, linguagem e diferença. Há que se ressaltar que as teorias foram desenvolvidas por intelectuais homens que não trabalham diretamente a questão de gênero, como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, que passariam a influenciar fortemente as futuras produções na área (CONNELL; PEARSE, 2015).

É na transição do século XX para o século XXI que essa influência fica evidente, e que demarca a “terceira onda” do feminismo. Uma fase caracterizada pelo diálogo com autores do pós-estruturalismo, sendo questionada através desses estudos, categorias como identidade e mulher, bem como o caráter imutável e rígido concedido às mesmas. Connell e Pearse (2015, p. 142) analisam que o “uso pouco crítico de uma categoria unificadora de “mulher”, feito pelas feministas brancas era cúmplice das realidades de racismo”, e que isso teria contribuído para renovar a preocupação de articulação com outras lutas, como de classe, raça e gênero, mas também permitiu que visões de mundo diferentes daquelas mulheres passassem a ser representadas (feminismo negro, latino e lésbico).

Antes de adentrar nos estudos que são expressão dessa nova fase do feminismo, é importante que se contextualize que esse período coincide com uma conjuntura mundial marcada pela queda do socialismo, a volta do conservadorismo, expressa na presença de governos de direita e conservadores (Inglaterra e Estados Unidos).

No Brasil, ocorre o processo de redemocratização do país, que culminou com a Constituição Federal de 1988. Após o período de ditadura militar, iniciado com o Golpe de 1964, o processo de redemocratização teve início no governo do general João Baptista Figueiredo, com a anistia aos acusados por crimes políticos. Em dezembro de 1979, o governo modificou a legislação partidária e eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo, embora alguns partidos, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ainda permanecessem proibidos.

Com o agravamento da crise econômica, inflação e recessão, os partidos de oposição ao regime cresceram; da mesma forma, fortaleceram-se os sindicatos e as entidades de classe, havendo uma forte mobilização dos movimentos sociais. Em 1984, o país se mobilizou na campanha pelas "Diretas Já", e em 15 de janeiro de 1985, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, com José

Sarney como vice-presidente, tendo esse assumido a presidência, devido à morte de Tancredo Neves, pondo fim a 21 anos de ditadura militar no Brasil. Mas a redemocratização só se concretizou com a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Esse período também é marcado pela epidemia de AIDS, que levou à repatologização da homossexualidade, embora sob novos termos, barrando também o processo de revolução sexual em curso desde os anos 1960, impulsionando o levante dos movimentos sociais, incluído o movimento de mulheres e movimento feminista.

É importante destacar a relação do movimento feminista no Brasil com os estudos de gênero em meio à conjuntura internacional e nacional em que despontava uma nova onda do movimento. De acordo com Heilborn e Sorj (1999), diferentemente da situação norte-americana em que o feminismo questiona a prática despolitizada nas ciências sociais, no Brasil, a relação entre movimento feminista e academia se dá de forma diferente, posto que desde o início contou com um grupo de acadêmicas, aparecendo primeiro na academia e depois junto a outros segmentos. Conforme a autora, em 1975, quando o movimento ganha visibilidade, suas militantes já estavam na academia, concentrando seus esforços na pesquisa social. O objetivo era dar legitimidade para seus estudos, que gradativamente substituíam o termo “mulher” por “gênero”. Nesse período, buscou-se apoio de instituições financiadoras, a exemplo da Fundação Ford, que cumpriu importante papel no financiamento de estudos sobre a temática, contribuindo assim para a legitimação dos estudos de gênero no meio acadêmico. Portanto, o Brasil guarda certas peculiaridades no processo de institucionalização dos estudos feministas, diferindo da realidade norte-americana.

Retomando a questão da emergência dos movimentos sociais depois da segunda metade do século XX, de acordo com Fraser (2006, p. 231), após a queda do socialismo as lutas pelo reconhecimento vêm ganhando uma forma paradigmática no que se refere aos conflitos políticos, substituindo o interesse de classe pela identidade de grupo, “demandas por reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça, gênero e sexualidade”. Fraser (2007) identifica, em meio às forças das políticas progressistas, dois tipos de reivindicações na contemporaneidade, as redistributivas e as de reconhecimento. A primeira diz respeito aos recursos materiais e à distribuição justa das riquezas, e estaria atrelada aos movimentos de classe. As reivindicações de reconhecimento buscam o reconhecimento das distintas minorias étnicas, raciais, sexuais e as diferenças de gênero, assim como a não assimilação dos padrões

culturais dominantes (FRASER, 2007). Tais pautas estão relacionadas aos movimentos identitários como os movimentos feministas, de gays e lésbicas, movimento negro, etc. No entanto, Fraser ressalta que embora redistribuição e reconhecimento sejam distintos, ambos buscam a restituição da igualdade.

É, portanto, nesse cenário dos movimentos identitários que novas formulações teóricas surgem, caracterizando uma nova fase do feminismo, que tem como crítica central a “exclusão” de vários seguimentos dentro do próprio movimento feminista, na medida em que esse se voltava para os interesses e as experiências das mulheres brancas e de classe média. A nova onda se desenvolveu a partir dos anos 1990, tendo como base o pós-estruturalismo de gênero e sexualidade, na maioria das formulações teóricas, reivindicando a inclusão nas temáticas feministas, grupos diversos de mulheres com identidades variadas. As discussões se ampliam de forma a contemplar a teoria *queer* e teorias sobre masculinidades e feminilidades.

Dentre as influências do pós-estruturalismo, destaca-se Michel Foucault, que deu um caráter histórico a fenômenos considerados naturais, através de uma vasta obra, que para Miskolci (2005, p. 32), desenvolve-se em torno de um único projeto que resultou em duas articuladas histórias, a da loucura e a da sexualidade, desenvolvidas e analisadas a partir de uma teoria do poder. Essa teoria inova com uma tecnologia de “poder disciplinar ou normalizador, que se assenta num contínuo exame e correção dos indivíduos segundo a norma ou regra vigente”.

A teoria de Foucault, que teve ampla aceitação nos movimentos políticos afirmativos, feministas, gays, lésbicas e étnico-raciais, caracteriza-se por seu aspecto inovador acerca da análise do poder. De acordo com o pensamento de Foucault (2008, p. 180-183), o poder é considerado também a partir das suas capilaridades, discordando de uma visão de poder associada exclusivamente ao Estado, de forma centralizada e punitiva, para considerar a presença de poder em tudo e em todos, incluídas as relações entre os sujeitos, a exemplo das relações de gênero. Dessa forma, entende que o poder deva ser estudado na sua relação direta e imediata com o seu objeto e se perguntar “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam dos corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos etc”, em vez de buscar a soberania, como por exemplo o poder do Estado. Entende que não se deve tomar o poder centralizado, porque “o poder, ele não se aplica aos indivíduos, ele passa por eles”, pois é efeito e fonte de transmissão. Embora o poder seja acompanhado de ideologia, não é a base que o fundamenta, e sim o saber, que

instrumentaliza mecanismos de dominação; assim, o “poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas”.

A respeito dessa teoria, Louro (1997, p. 37-42) explica que Foucault desorganizou não só a concepção de poder como central, mas o entendimento de polaridades fixas, posto que entende que o poder sempre gera resistências, sendo inerente ao seu exercício múltiplos pontos de resistência. A autora aponta ainda que na concepção de Foucault sobre poder, esse não é somente coercitivo e negativo, mas também produtivo e positivo, pois produz sujeitos moldando comportamentos não necessariamente pelo uso da repressão,

Homens e mulheres certamente não são constituídos apenas através de mecanismos de repressão e censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e usualmente, diversas) (LOURO, 1997, p. 41).

Para Miskolci (2005, p. 32), a historicização das categorias com base na teoria de Foucault relativizou valores morais e permitiu o desenvolvimento de críticas às práticas sociais de controle e normalização, o que contribuiu para influenciar a teoria *queer*, “uma nova corrente de estudos que enfatiza a necessidade de desconstruir identidades sociais naturalizadas como mulher, gay, lésbica, homossexual, heterossexual”.

Concordamos com Saffioti (2015, p. 13) quando recorre a Foucault para dizer que compreende o poder não “como um objeto do qual se possa realizar uma definitiva apropriação, mas como algo que flui, que circula nas e pelas relações sociais”, ocorrendo isso também nas relações de gênero. Essa compreensão é imprescindível para os estudos das relações de gênero, no que concerne às resistências de homens e mulheres aos padrões hegemônicos e dominantes de gênero. Mas Saffioti (2015, p. 13-14) alerta também que o poder é instável e rotativo tanto na micropolítica como na macropolítica, e que esses dois níveis não estão isolados, mas se interpenetram de forma recíproca, ou seja, “não há um plano ou nível micro e plano ou nível macro, linguagem usada por certos autores”, a exemplo de Foucault.

Apesar de reconhecer a importância e contribuições da teoria de Foucault e dos estudos de gênero fundamentados nessa teoria, inclusive colocando o poder como central na discussão de gênero, pensamos que a superação das desigualdades de gênero requer um projeto de sociedade igualitária, posto que a democracia presume uma igualdade social. Nos termos de Saffioti (2015), o par antagônico da igualdade social é o da desigualdade, e não a diferença; a igualdade exige respeito à diferença. Saffioti (2015, p. 121) destaca que “o poder

pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades”. Assim, a democracia nas sociedades capitalistas se configura como um campo de contradições, pois embora tenha como fundamento o princípio da igualdade, perpetua as desigualdades de classe, raça/etnia e gênero. Nas sociedades capitalistas a igualdade se configura no nível da formalidade, da lei, sendo as desigualdades naturalizadas pelo discurso (neo)liberal. Dessa forma, não se pode pensar em igualdade de gênero em uma sociedade desigual, o que requer um projeto de transformação da ordem societária vigente.

Optamos, aqui, pela perspectiva gramsciana que trabalha o poder a partir das categorias hegemonia e subalternidade. Conforme Christinne (1980), a hegemonia é a busca da dominação visando a obter legitimidade através do consenso, portanto, envolvendo uma dimensão política e cultural. Segundo Yazbek (2014, p. 684), hegemonia e subalternidade estão “dialeticamente interligadas pela política na relação com o Estado e a sociedade civil”. A subalternidade representa a condição daqueles que são dominados e explorados social, cultural, econômico e politicamente. Dessa forma, supõe o “exercício do domínio ou da direção por meio de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política”.

Da mesma forma pensamos a resistência, com base em Gramsci, que diz respeito à construção de uma nova hegemonia, a contra-hegemonia. Conforme Simionatto (2009, p. 42), para Gramsci o uso da categoria subalternos não deve ser apenas para análise de fenômenos sociais, políticos e culturais, “deve recuperar os processos de dominação presentes na sociedade”, de maneira a evidenciar as “operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem e marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999 *apud* SIMIONATTO, 2009, p. 42). Sair da subalternidade envolve uma dimensão política (espaço de contradição e resistência) para construção de uma nova hegemonia, novos modos de pensar e sair do sendo comum. Como bem afirma Yazbek (2014, p. 681-682), construir hegemonia envolve “a produção conflitiva do consenso”, processo que permitirá “modificar lugares de poder demarcados tradicionalmente, e, portanto, de abertura para construir outros”.

Retomando à historiografia do conceito de gênero, de acordo com Preciado (2011, p. 17), “nos anos 1990, uma nova geração emanada dos próprios movimentos identitários começou a redefinir a luta e os limites do sujeito político “feminista” e “homossexual”. Isso significou uma revisão crítica ao feminismo, principalmente à noção naturalizada de

feminilidade, baseada na concepção de “sujeito unitário do feminismo, colonial, branco, proveniente de classe média alta e dessexualizado”. Nesse sentido, feministas lésbicas e mulheres negras passam a questionar a abrangência das teorias feministas vigentes.

A teoria *queer* surge nesse contexto “de uma oposição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito político das identidades”, posto que concebe que não há uma diferença sexual, mas uma multidão de diferenças. Dessa forma, a teoria *queer* questiona as normas, o que é “normal” e o que é “diferente” (PRECIADO, 2011, p. 17).

A teoria *queer*, conforme Miskolci (2009, p. 151), surge nos EUA, nos últimos anos da década de 1980, para confrontar estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. Ao mesmo tempo que fazia uma crítica à sociologia, aproximava-se dessa por conceber a sexualidade como construção social e histórica, e tendo como objeto de análise a “dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais”. Portanto, configura-se como um movimento acadêmico e político, questionando e explicando os mecanismos de enquadramento que geram a recusa à homossexualidade e à transsexualidade, bem como se constitui numa teoria que problematiza os processos essencialistas, de normatização e binarismo de gênero, dando, assim, voz aos segmentos segregados e invisibilizados por esses padrões normativos.

O que caracteriza os estudos *queer* é o seu apoio na história, pois compreende toda forma de comportamento como construção social e histórica; dessa forma, procura evidenciar e desconstruir categorias identitárias por meio da análise dos processos históricos que as originaram. Os estudos *queer* contribuíram para provar a compulsoriedade da heterossexualidade e os pressupostos que fundamentam os saberes e as práticas sociais, contudo, não tem como objetivo a defesa da homossexualidade. Critica um sistema que não aceita a diversidade, visto que se baseia no binarismo heterossexualidade-homossexualidade (MISKOLCI, 2005, p. 33).

Originado do inglês, o termo *queer* significa um xingamento dirigido a gays e lésbicas, sendo usado também para identificar alguém como desviante. Mas na verdade, o *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. No contexto do próprio movimento houve uma ressignificação do termo, passando a ser usado de forma positiva pelas pessoas que eram estigmatizadas pelo seu uso (MISKOLCI, 2005, p. 32-33).

O trabalho de Judith Butler intitulado “Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade” (1990) é um marco da teoria *queer* e da denominada “terceira onda” do feminismo, uma fase cujo debate principal se centraliza na exclusão dentro do movimento feminista. Isso se deu num contexto em que mulheres negras norte-americanas questionavam o elitismo e a exclusão que silenciava vozes marginalizadas, por razões que se colocavam além das questões de gênero, evidenciando que as demandas das feministas à frente do movimento eram distintas das demandas de outros grupos de mulheres. Assim, para Butler, a identidade da mulher no movimento feminista, bem como as demais, era reducionista e excludente. Nesse sentido, convida o feminismo a abrir mão da busca por uma estrutura universal de dominação da mulher, visto que se configura como ilusória (CYFER, 2011).

De acordo com Cyfer (2011), o objeto de Butler em “Problema de Gênero” são as identidades de gênero em posição de subordinação no campo das relações de poder, tais como mulheres, gays, lésbicas e transgêneros etc. Butler se fundamenta em Foucault, que analisa a relação entre poder e saber, afirmando que poder e ciência se fundem, dando origem a uma “tecnologia disciplinar” que prescreve o que é “correto” e o que é “proibido”, formando um “ideal regulatório” que tanto incide sobre os indivíduos como os constitui. Essa regra científica cria a identidade do sujeito. Nesse sentido, oferece uma teoria que nos possibilita pensar como nos constituímos como sujeitos por meio de práticas discursivas e relações de poder.

Butler questiona o sistema sexo/gênero, que estabelece a existência de apenas dois gêneros, o masculino e o feminino, e que define sexo como biológico e gênero como uma construção social. “Gênero não deve ser meramente concebido como uma inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”. Na concepção da filósofa, o caráter construtivista de gênero cabe ao sexo também. No sistema binário, gênero reflete o sexo, mas quando se problematiza a constituição do gênero, esse se torna fluido, de modo que “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino; e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003, p. 24-25).

Dessa forma, problematiza as identidades de gênero masculina e feminina, procurando desvincular as diferenças biológicas dos comportamentos esperados de homens e mulheres, argumentando que esses decorrem de regras sociais que definem o que é masculino e feminino. Existe na sociedade uma ordem compulsória, que é a norma heterossexual,

obrigando que haja uma coerência entre um sexo, um gênero e um desejo. Essa ordem tende a se manter pela repetição que oculta seu caráter político, criando a ilusão de que identidades construídas socialmente sejam naturais e universais. Nesses termos, entende gênero como sendo discursivo e expresso em “um conjunto de atos repetitivos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

O processo de desconstrução das identidades deve ocorrer através de uma performance dos sujeitos, que deve perturbar a coerência de causalidade entre sexo, gênero e sexualidade/desejo. Isso permitirá, na visão de Butler, uma resistência à norma hegemônica e a luta por reconhecimento social, pois é pelo reconhecimento social que o sujeito se submete às regras que definem sua identidade.

Dessa forma, o debate sobre gênero se configura pela negação do essencialismo, caracterizado pelo determinismo biológico, dando relevo ao aspecto social das diferenças baseadas no sexo. No entanto, há que se destacar para evitar uma dicotomização e evitar o essencialismo, que embora gênero e sexo “não sejam sinônimos, também não são fenômenos distantes”, pois o sexo sempre foi tratado como gênero (FERREIRA; SCHERER; AGUINSKY, 2012, p. 163).

Apesar dos avanços nos estudos sobre gênero, ainda é comum defini-lo como sinônimo de mulher. Para Saffioti (2004, p. 116), isso se dá pelo fato de as representações do masculino e feminino estarem inter-relacionadas, “gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando essas inter-relacionadas”.

Nesse sentido, a construção ideológica do masculino e feminino reprime e discrimina quem não se enquadra em um desses polos, sendo por esse motivo objeto de violência. Entende-se que o instituído pela heteronormatividade implica em padrões de desigualdades, bem como desencadeia reações violentas, sejam elas implícitas ou veladas, sejam no âmbito das relações pessoais ou institucionais, quando qualquer comportamento foge dessas regras.

No que se refere à violência contra a mulher, Izquierdo¹⁷ põe em relevo o caráter estrutural da violência, que tem como fundamento o patriarcado “que hace de mujeres e y hombres lo que somos y que nos impulsa a hacer lo que hacemos” (IZQUIERDO, “s.d.” p. 1).

¹⁷Disponível em <<https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/09/izquierdo-maricc81a-jesucc81s-estructura-y-accion-en-la-violencia-de-genero-izquierdo.pdf>> Acesso em: 05 out. 2016.

Faz-se uso dessa violência quando a ideologia do patriarcado por si só não é o suficiente para manter a supremacia masculina “a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 115).

A discussão sobre o binarismo, que se fundamenta na norma-heterossexualidade, leva-nos à reflexão sobre a construção da identidade de gênero “sobre a profunda sensação interior que cada um tem com relação a pertencer a um determinado gênero” (FERREIRA; SCHERER; AGUINSKY, 2012, p. 164). A heteronormatividade não só polariza sexo e gênero, como pressupõe que a cada tipo de sexo corresponde um tipo de gênero, além de conceber que “o comportamento social transitável entre os gêneros e sexos impostos convirja para uma harmonia heterossexual” (FERREIRA; SCHERER; AGUINSKY, 2012, p. 163).

Contudo, nem sempre a identidade de gênero corresponde ao corpo físico e se enquadra nas normas heterossexuais, como é o caso dos homossexuais e transgêneros. Esses últimos entendidos como aquelas pessoas que no “decorrer de suas vidas não aceitaram existir de acordo com o gênero imposto no nascimento” (FERREIRA; SCHERER; AGUINSKY, 2012, p. 167), tendo como principais identidades os transexuais, travestis e *drag-queens*.

Portanto, a categoria gênero desnaturaliza as construções sociais, culturais e políticas em torno dos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Conforme Ferreira, Scherer e Aginsky (2012, p. 169-170), “a maneira como as mulheres e os homens assumem seus gêneros na sociedade requisitam a constante reprodução de uma performance que está muito mais atrelada à cultura e à construção sociopolítica e histórica dos sujeitos do que à biologia e à natureza”.

Pelas abordagens e reflexões feitas até aqui, inferimos que o conceito de gênero desenvolvido a partir da luta contra as diferenças e desigualdades que envolviam e envolvem as mulheres, em contextos históricos diferentes, tem adquirido novos contornos, à medida que deixa de se limitar às distinções entre homem e mulher, ao masculino e ao feminino. Segundo Piscitelli (2009, p.146), ainda permeado pelo seu caráter político (pois envolve relações de poder) e se referindo às relações assimétricas, que colocam a mulher numa posição de subordinação, sofre reformulações, passando a se preocupar “em como as *construções de masculinidade e feminilidade*” (grifos da autora) se articulam com outras questões que também são fatores desencadeadores de desigualdades e diferenças como raça, classe social, nacionalidade e idade. O conceito gênero se volta também para aquelas situações e pessoas

que desestabilizam os padrões da heteronorma, não permitindo uma classificação binária e polarizada, pois envolve intersexos, travestis e transexuais.

Desta feita, entendemos que as relações de gênero, enquanto relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, estão entrelaçadas de poder, pois envolvem (as relações) ideologias como a do patriarcado, que prescrevem comportamentos e naturalizam as relações assimétricas de gênero, nas quais as mulheres são geralmente colocadas em condição de inferioridade em relação aos homens em diversas áreas.

Gênero, enquanto categoria de análise, abarca as diferentes identidades em constante processo de formação, seu aspecto relacional pressupõe que a análise de homens e mulheres deva se dar de forma recíproca, ampliando dessa forma as abordagens para além da visão do homem como opressor e da mulher como vítima. No contexto deste estudo, ter isso claro é de suma importância, posto que embora prevaleça um maior número de mulheres como titulares do PBF, foi possível tomar conhecimento da existência dos diversos arranjos e identidades de gênero entre os beneficiários do programa. Apesar da importância do uso do termo gênero para a superação dos binarismos e do essencialismo biológico, concordamos com Saffioti (2015, p. 148) quando afirma que esse não deve ser usado como substituto do termo mulher, muito menos com exclusividade nas análises de gênero, e sim junto com a categoria patriarcado, pelo caráter político e histórico desse.

2.2 Os Processos de Produção e Reprodução Social: o trabalho enquanto categoria fundante da sociabilidade humana

Para entender a condição da mulher nas esferas da produção e da reprodução social, neste item procuramos abordá-las no contexto da sociedade capitalista numa perspectiva histórica, tendo como ponto de partida a categoria trabalho enquanto elemento central e fundante do ser social, e, posteriormente, abordar a relação dessas esferas com a divisão sexual do trabalho, enquanto expressão das relações sociais entre sexos e gênero.

A constituição do ser social resulta da sua ação sobre a natureza para satisfazer suas necessidades. A partir desse processo, novas relações sociais são criadas e outras necessidades também, que vão se basear nas habilidades e conhecimentos adquiridos no processo de transformação da natureza (LESSA, 2016, p. 46-47).

A constituição da sociabilidade humana, que diferencia o ser humano dos demais animais, se dá pela sua capacidade de transformação da natureza para produzir bens que venham satisfazer suas necessidades, por meio de uma ação planejada. Diante de uma determinada situação, que exige uma ação, o ser humano imagina, ao nível da consciência, várias alternativas e possibilidades de resultados (*prévia-ideação*), o que possibilita escolher a melhor alternativa para colocá-la em prática, então, enquanto *prévia-ideação*, é abstrata, e só é considerada nesses termos como (*prévia-ideação*) se for construída na prática, objetivada. A transformação do objeto idealizado em real é denominado *objetivação*. Essa relação entre o indivíduo portador de uma *prévia-ideação* e o objeto objetivado “é o fundamento ontológico da *exteriorização*” (LESSA, 2016, p. 29-30).

A exteriorização, conforme Lessa (2016, p. 31), é o “momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa”. Dessa forma, através do trabalho, natureza e indivíduos são transformados. Para Marx (2013, p. 254), “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Assim, ao construir o mundo objetivo o homem constrói a si mesmo, pois nesse processo acumula experiências, conhecimentos e habilidades que geram novas necessidades, impulsionando o indivíduo a novas *prévia-ideações*, a novos projetos e novas *objetivações*.

As consequências do trabalho não se limitam ao objeto imediato, mas se estendem por toda a história da humanidade. No curso da história o processo de trabalho se desenvolve e se torna complexo, exigindo a formação de classes sociais para desenvolvê-lo. “O trabalho impulsiona o ser social para além do próprio trabalho, dando origem a necessidades e relações sociais que não mais podem ser reduzidas ao trabalho enquanto tal” (LESSA, 2016, p. 46). O trabalho, no plano objetivo, provoca uma nova situação histórica, e no plano subjetivo, novos conhecimentos e habilidades, sendo também mais socializado.

Dessa forma, ao longo da história da humanidade os processos reprodutivos das sociedades se tornam complexos, à medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, dando origem a outros complexos (Estado, direito, ideologia, política, etc.), como o objetivo de organizar as relações sociais, passando dessa forma a envolver relações de poder. Esse processo fundado no trabalho, que origina relações entre os homens para além do trabalho enquanto tal, denomina-se reprodução social.

Na esfera da reprodução social, os complexos sociais que organizam as relações sociais decorrentes do processo de trabalho, emergem para atender às novas necessidades e possibilidades colocadas pelo desenvolvimento do trabalho e do homem. Assim, o trabalho se estende para além do objeto que dele resulta, implicando em mudanças na capacidade humana e na sociedade, que fica mais complexa, articulada e contraditória, exigindo que o indivíduo também se desenvolva para viver em meio a essa complexidade. Nesses termos, a organização social humana não se reduz ao trabalho, insere-se em “um conjunto total de relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico”, ou seja, a totalidade social (LESSA, 2006, p. 8).

Inicialmente, o homem transformava a natureza para satisfazer suas próprias necessidades. O desenvolvimento das forças produtivas, em um dado momento histórico, passou a contribuir para a produção excedente. É nesse contexto que acontece a exploração da força de trabalho humano pelo próprio ser humano, inicialmente usando da violência (trabalho escravo), resultando na divisão da sociedade entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que dela se apropriam, e dando origem ao trabalho alienado.

Com o desenvolvimento das relações de trabalho baseadas na exploração do ser humano pelos seus semelhantes, o próprio trabalho se modifica. Alguns fatores contribuíram para isso: a divisão social do trabalho; o desenvolvimento das técnicas e conhecimentos; aperfeiçoamento dos métodos de organização da produção; treinamento dos trabalhadores. Sob essa nova realidade, o trabalho deixa de expressar as necessidades do trabalhador, e se volta para atender à acumulação de riqueza da classe dominante. O ápice desse estágio foi a sociedade capitalista (LESSA, 2006; 2016).

Essa situação provoca uma ruptura no interior do trabalho, porque o trabalhador aos poucos vai deixando de ser dono dos meios de produção e passa a vender sua força de trabalho ao capitalista, em troca de salário, porém, trabalhando um tempo superior ao necessário para garantir sua reprodução. Esse trabalho excedente se constitui um trabalho não pago, do qual se origina a mais valia, base do lucro do capitalista. “O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho, embora não represente para ele nenhum valor, gera a mais valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada” (MARX, 1988, p. 242).

O trabalho assalariado se constitui em um trabalho alienado, transforma-se em mera força produtiva e implica na submissão da força do trabalhador às necessidades da reprodução ampliada do capital. Marx (1988, p. 659), ao tratar da reprodução, afirma que:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem esse de ser contínuo ou percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as de reprodução.

No capitalismo, a riqueza produzida não é apropriada pelos trabalhadores, mas por outra classe social. O capital é privado e não pode deixar de se expandir, ampliar o lucro e o processo de acumulação; diferentemente do que ocorria nas sociedades anteriores (escrava e feudal). Para Lessa (2006, p. 12), surge uma nova classe proprietária, a burguesia. Nessa nova ordem social a “reprodução da sociedade se dará agora em sentido oposto ao do que ocorria no feudalismo. Seu objetivo não mais será reproduzir o que já existia, mas desenvolver a novos níveis o já existente”. No capitalismo, não só o trabalho se aliena, mas a própria reprodução social, que para ampliar o capital, aumenta a exploração do trabalhador e sua condição de miséria, bem como as necessidades da reprodução ampliada não expressam as necessidades humanas, volta-se para a produção daquilo que dá lucro.

Como vimos anteriormente, a constituição do ser social se dá mediante o processo de transformação da natureza para satisfação das suas necessidades, de onde resultam relações sociais e outras necessidades que historicamente vão se tornando mais complexas. De acordo com Saffioti (2015, p. 142), “à medida que a vida orgânica vai se tornando mais complexa, ia simultaneamente, surgindo a cultura”, momento em que são construídas as representações do que seja masculino e feminino, dando origem ao gênero, formando sexo e gênero uma unidade. Nesse contexto, a diferença sexual deixa de ser restrita à esfera orgânica, ganha significado e passa a ser uma referência de relações de poder. Entender que as origens das representações de masculinidade e feminilidade estão ligadas ao processo de constituição do ser social e que os significados dados para o masculino e o feminino determinam os comportamentos de homens e mulheres é importante para os estudos de gênero, tanto para desconstruir as ideologias sexistas que naturalizam as desigualdades de gênero, como para compreender que gênero, desde sua origem, esteve imbrincado de poder.

Como a reprodução social é o processo no qual se organizam as relações sociais, a mesma exige não só a reprodução das forças produtivas (força de trabalho e meios de

produção), mas também a reprodução das relações sociais que atingem um nível de complexidade para além do trabalho. A reprodução social envolve um aspecto ideológico, pois é no âmbito dessa que leis, normas e valores são criados e reproduzidos através das instituições sociais, gerando expectativas de comportamentos para manter uma determinada ordem. Nesse sentido, as instituições sociais cumprem um papel importante na consolidação de uma ideologia, de uma visão de mundo como hegemônica.

Conforme Saffioti (2015, p. 142-143), Lukács destaca dois tipos de posições teleológicas, as que “incidem sobre a natureza, visando à satisfação das necessidades, por exemplo, econômicas; e as posições cujo alvo é a consciência dos outros, na tentativa de modelar-lhes a conduta. [...] Está aqui, sem dúvida, a ‘consciência dominada’ das mulheres [...] e ao mesmo tempo sua possibilidade de escapar do seu destino de gênero”. É a partir dessa posição que se pode compreender a ideologia de gênero baseada em padrões heteronormativos e de subordinação das mulheres, mas também a possibilidade de gerar resistências ao que está posto como hegemônico, criando-se novos modos de pensar, uma contra-hegemonia.

2.2.1 As esferas públicas e privadas e o trabalho relativo ao cuidado: uma análise a partir da divisão sexual do trabalho

A compreensão da divisão sexual do trabalho se inscreve no contexto da divisão social do trabalho e dos processos de transformações societárias que incidem sobre a família e os padrões de gênero. A divisão social do trabalho tem como objetivo ampliar a acumulação do capital por meio do trabalho especializado, ou seja, busca a eficiência deste para aumentar a produção e os lucros no contexto de desenvolvimento das forças produtivas. Porém, é no complexo das relações sociais decorrentes da divisão social do trabalho que também ocorre a divisão sexual do trabalho, definindo o que cabe a homens e mulheres, conformando historicamente os homens na esfera da produção (pública) e as mulheres na esfera da reprodução social (privada), se constituindo tal separação imprescindível para o capital, ao delegar à mulher o trabalho relativo ao cuidado como meio de garantir a reprodução social sem custo para o capital. Contudo, desde os anos 1970, as sociedades capitalistas vêm passando por mudanças que têm repercutido na tradicional divisão sexual do trabalho, havendo uma convivência entre o tradicional e o novo.

O esfacelamento da família nuclear, a crescente formação de famílias monoparentais femininas, o aumento do divórcio e separações e a queda da taxa de fecundidade são fatores que denotam mudanças na família, inclusive a brasileira (BRUSCHINI, RICOLD, MERCADO, 2008; SORJ, 2005; SARTI, 2015; GOLDANI, 1994). Soma-se a esses fatores a expansão da inserção da mulher no mercado de trabalho profissional, as contribuições do feminismo para mostrar que as assimetrias de gênero têm um caráter social, cultural e moral. Para Sorj (2005, p. 80), essas transformações vêm impactando no modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, assim como a ampliação da presença das mulheres na esfera pública, tem contribuído para a “disseminação de valores igualitários de gênero”.

Nesse sentido, considerando tais transformações, mas também a permanência de padrões tradicionais de gênero, discutimos aqui a divisão sexual do trabalho e sua relação com as esferas pública e privada, com o objetivo de subsidiar a análise sobre como se configura a questão de gênero no interior das famílias beneficiadas pelo PBF, no que tange à divisão de tarefas, trabalho do cuidado, ocupação das esferas pública e privada e inserção das mulheres no mercado de trabalho profissional.

Como vimos anteriormente, o capitalismo é um modo como a sociedade se organiza para produzir bens e serviços e para promover a produção social humana, tendo como elemento central deste processo de sociabilidade o trabalho assalariado. É do trabalho que resultam o complexo das relações sociais, e como parte dessas, as relações entre os humanos, como assevera Gama (2014, p. 30), “implica o reconhecimento de que relações sociais construídas por homens e mulheres sempre se assentam no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida”.

A compreensão dessas relações passa pela divisão social e sexual do trabalho, pois essa última existe para organizar o trabalho de homens e mulheres na estrutura social, definindo o que compete ao gênero masculino e ao gênero feminino. Expressa as relações de poder entre homem e mulher, poder esse distribuído de forma desigual, sendo historicamente conformada a subordinação feminina, através da destinação de “papéis” vinculados à esfera doméstica, à família e à produção de cuidados. Tais desigualdades são criadas, reproduzidas e mantidas nas relações cotidianas entre os membros da família, porque, como lembram Campos e Teixeira (2010, p. 21), é também na família “onde ocorre a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade e a reprodução dos gêneros se encontram enraizadas”.

Com o capitalismo, que vai se constituir como modo de produção hegemônica, ocorre, segundo Gama (2014, p. 31), uma subversão “não apenas das condições de produção material, mas também as condições de produção de seres humanos”, ainda que até os dias atuais o capitalismo ocorra de forma desigual e combinada com outras formas de produção (exemplo trabalho análogo ao escravo), guardando uma certa reminiscência das formas anteriores. Com seu advento, surge uma nova concepção de trabalho e reprodução social fundamentada no contrato de trabalho assalariado. De acordo com Gama (2014, p. 32), esse contrato muda as relações de produção e reprodução social, separando e hierarquizando as duas dimensões, propiciando a “invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares.”¹⁸ O trabalho produtivo e a reprodução social se constituem na vida social, a partir da divisão sexual do trabalho, expressando como resultado de processos históricos e culturais, as relações sociais de sexo e gênero.

Conforme Kergoat (2001), a divisão sexual do trabalho está presente em todas as sociedades, porém, sofre variações em termos históricos e espaciais. A atual configuração da divisão sexual do trabalho se relaciona com a formação social do modo de produção capitalista. A força de trabalho passa a ser vendida como mercadoria quando a família deixa de ser uma unidade produtiva. Para Kergoat (2001), a divisão sexual do trabalho, que surgiu junto com o capitalismo, não seria possível sem o trabalho doméstico. Isso levou a uma reestruturação do patriarcado, por isso o seu uso enquanto categoria de análise deve ser contextualizado social e historicamente.

A partir da divisão sexual do trabalho, a esfera da produção (público) vai se conformar como universo dos homens, e a esfera da reprodução (privada), das mulheres. Essa divisão sexista do trabalho historicamente vem contribuindo para a ampliação e agravamento das diferenças instituídas como naturais.

Sobre o surgimento de estudos sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2008, p. 264) o relacionam também com o impulso do movimento feminista na França da década de 1970, momento em que as mulheres tomam consciência que somente elas eram obrigadas a realizar um trabalho não remunerado, invisível e concebido como um atributo natural das mulheres.

¹⁸ Entendemos que as relações assimétricas de gênero não têm como marco da sua origem o sistema capitalista, porém, é nele que elas adquirem novas formas em um processo de atualização moderna e contemporânea do patriarcado.

Torna-se então coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.

Na efervescência das produções teóricas do movimento feminista na década de 1970, ampliam-se as discussões sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a categoria do trabalho para além da esfera produtiva. O conceito de trabalho reprodutivo, ou trabalho doméstico, tanto dentro do movimento feminista quanto no campo das ciências sociais, não havia sido analisado até então. “Essa nova perspectiva de análise, articulando a esfera da produção econômica e da reprodução, permitiu observar as consequências das obrigações domésticas na vida das mulheres” (BRUSCHINI, 2007, p. 10). O trabalho, enquanto base material das relações sociais, é também base das relações sociais de sexo; dessa forma, a divisão sexual do trabalho é indissociável dessas relações.

A esse respeito, Connel e Pearse (2015) afirmam que a divisão sexual do trabalho foi a primeira dimensão do gênero a ser abordada pelas ciências sociais e continua sendo o foco principal de muitos estudos sobre gênero. Ainda destacam que em muitas culturas essa divisão difere da ocidental, e que as mesmas variam em termos historicamente.

Na ordem de gênero das sociedades ocidentais e capitalistas, é a partir da divisão sexual do trabalho que são designadas, aos homens, a produção, que corresponde à esfera pública, e às mulheres, a reprodução, que diz respeito à esfera privada. Uma importante contribuição sobre essa divisão é a do sociólogo Holter, apresentada por Connel e Pearse (2015), por ter concebido que o capitalismo moderno se sustenta nessa divisão que influencia as noções de masculinidades e feminilidades, mas também as relações sociais das duas esferas de trabalho são distintas, sendo também diferentes os significados culturais. Na esfera da produção, o

trabalho é feito tendo em vista a remuneração, o poder de trabalho é comprado e vendido e os produtos do trabalho são colocados em um mercado que opera sobre a lógica do lucro. Na casa, o trabalho é feito por amor ou obrigação mútua, os produtos do trabalho são uma dádiva e a lógica da troca de dádivas prevalece. Dessas diferenças estruturais, argumenta Holter, fluem experiências de caráter diferente para homens e mulheres – e nossas ideias sobre a diferente natureza de homens e mulheres (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 165).

Essa construção social vem de longa data. Michelle Perrot (1992, p.178), ao tratar das mulheres como parte dos excluídos da história, afirma que o século XIX acentuou a racionalidade harmoniosa da divisão sexual. Segundo ela, cada sexo tinha a sua função, “suas

tarefas, seus espaços, seu lugar quase predestinado”, ao tempo em que vigorava um discurso dos ofícios que fazia “a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. *Ao homem, a madeira e os metais, à mulher, a família e os tecidos*” (grifo nosso).

Hirata e Kergoat (2008, p. 266), ao discutirem a concepção de divisão sexual do trabalho, compreendem-na como parte da divisão do trabalho social e como resultado das relações sociais entre os sexos. Para as autoras, a divisão sexual do trabalho tem um caráter histórico, pois possui plasticidade, posto que varia no tempo e no espaço, ou seja, ela é modulada histórica e socialmente. Como se fundamenta nos princípios da separação e da hierarquia, a divisão sexual do trabalho tem como característica principal a designação da esfera da produção para os homens e da reprodução para as mulheres, porém, hierarquizando essas esferas a da reprodutiva, em detrimento da produtiva.

Sendo a divisão sexual do trabalho histórica e socialmente modelável, na atualidade apresenta novas configurações, que podemos entender pelas mudanças em curso no mundo do trabalho e na família. De acordo com Hirata e Kergoat (2008), as novas características da divisão sexual do trabalho dizem respeito à:

1. Precarização e flexibilização do emprego: aqui se localizam as situações de trabalhos femininos em tempo parcial e em dias alternados na semana, como os trabalhos provisórios para os homens;
2. Dualização dos empregos femininos: situação caracterizada por uma ampliação da ocupação por um percentual significativo de mulheres em postos com exigência de maior qualificação simultânea à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres;
3. Externalização do trabalho doméstico: aquelas mulheres que se constituem em altas funcionárias, principalmente nos países do Norte, externalizam seu trabalho doméstico, aproveitando a mão de obra daquelas que são pobres e vivem em condições precárias.

Essas novas configurações vêm produzindo novas relações sociais de classe, de raça/etnia, de concorrência e de gênero. No que concerne às de gênero, a externalização ameniza as cobranças sobre as mulheres, no âmbito familiar, mas obscurece a questão do trabalho doméstico.

Hirata e Kergoat (2008, p. 269) apresentam ainda a concepção da divisão sexual do trabalho como vínculo social que tem estatuto de política, pois vem sendo implementada em

alguns países, cujo pressuposto é a conciliação da vida familiar e vida profissional. Para essas estudiosas, pensamento com o qual concordamos, a conciliação se caracteriza como sexuada, pois define como único ator dessa conciliação a mulher, evidenciando um entendimento de que homens e mulheres não são iguais no trabalho profissional, mas propõe promover a igualdade pela conciliação.

A esse respeito, Oliveira (2003, p. 88) diz que a conciliação está no centro do debate atual da flexibilização da organização da produção como uma aspiração para conciliar vida privada e trabalho, orientando a formulação de políticas “que traduzem em atos o direito a atividades de natureza diferente e que afirmam que o trabalho não é a única riqueza de uma sociedade”, sendo necessário, também, ações voltadas para o desenvolvimento próprio do sujeito (apoio e cuidado, lazer, formação). Contudo, as mulheres vêm questionando a conciliação porque para elas a conciliação deve ser um objetivo também dos homens, e não sendo o que se depreende do modelo de conciliação que, na verdade, configura-se como sexista.

Dessa forma entendemos que a discussão sobre a divisão sexual do trabalho deve considerar as mudanças que vêm ocorrendo na organização produtiva, nas relações de gênero e na família, para que possamos compreender como essas transformações têm impactado na legitimidade da divisão sexual do trabalho, que a partir dos princípios da separação e hierarquia, historicamente colocou as mulheres em condição de desigualdade, com primazia masculina, conferindo aos homens a esfera pública e, às mulheres, a esfera privada, essa inferior hierarquicamente à primeira.

Refletindo sobre essas esferas, Hanna Arendt (1995) entende que a esfera privada não é o espaço da intimidade e da privacidade, mas o das necessidades e da privação, ou seja, aqueles hierarquicamente considerados inferiores são privados “da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, à existência política (CHAUÍ, 1984, p. 33). Lamoureux (2014, p. 546) explica que Arendt parte de uma análise da Grécia antiga, e que para essa o espaço privado diz respeito ao imperativo da manutenção da vida, onde prevalecem as necessidades, estando todos a esse imperativo submetidos. Nesse sentido, os escravos, as mulheres e as crianças que são confinados a esse espaço são “privados de aparição pública e permanecem, de um certo modo, presos ao caráter trabalhador das tarefas às quais eles e elas se dedicam”. Nesse sentido, esse é o espaço historicamente destinado às mulheres, restrito à manutenção da vida e à reprodução social.

No contexto da sociedade capitalista o trabalho desenvolvido pelas mulheres na esfera doméstica é necessário à reprodução da força de trabalho; porém, não se constitui produtivo por não ser assalariado – uma forma de trabalho base de sustentação do capitalismo¹⁹. Para Holmstrom (2014, p. 349), esse trabalho não pago favorece, em curto prazo, aos homens; e em longo prazo, ao próprio capitalismo, pois “quanto mais existe trabalho realizado nos lares, menos os capitalistas precisam remunerar o trabalho”. Porém, percebe-se que embora o trabalho doméstico não remunerado não produza excedente de trabalho, tal situação leva as mulheres não só à opressão como também à exploração, pois essa está para além da extração da mais-valia. Os estudos mostram que apesar de as mulheres terem conquistado a igualdade jurídica, na maioria dos países, conforme lembra Holmstrom (2014, p. 349),

o trabalho relativo aos cuidados é ainda totalmente considerado uma responsabilidade privada, porque não conseguiram obter os vastos e onerosos serviços sociais necessários para conquistarem uma perfeita igualdade em seu trabalho e em seu lar.

Ao discutir o trabalho na esfera da produção e reprodução social, Marcondes (2014, p. 61), define o trabalho produtivo como “aquele que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado, também chamado de trabalho remunerado”, enquanto que trabalho reprodutivo se caracteriza pela “manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar, sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições, etc.). Assim, a autora concebe como tendo o mesmo sentido trabalho reprodutivo, cuidado e tarefas domésticas.

Gama (2014, p. 43), partindo do entendimento de que a reprodução da força de trabalho se insere na totalidade da produção do modo capitalista, para quem essa noção da reprodução da força de trabalho oferece elementos para se pensar nas características da reprodução social, apresenta suas concepções sobre trabalho doméstico e trabalho do cuidado, define o trabalho doméstico como sendo as atividades concernentes ao cuidado das pessoas no âmbito da família ou do domicílio, sem remuneração e realizado essencialmente pelas mulheres. O trabalho doméstico, historicamente não foi considerado trabalho, por não fazer parte da lógica de valor da produção, entretanto “ele participa da produção de valor pelo seu

¹⁹ Marx considera “produtivo somente o trabalho assalariado que produz capital” (MARX, 1974, p. 161 *apud* HOLMSTROM, 2014, p. 349).

papel na reprodução da força de trabalho e pelo seu papel socializador”. No que diz respeito ao cuidado, Gama (2014, p. 47) o compreende como:

Uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valoração social. Compreende tanto o cuidado material como o imaterial, que implica um vínculo afetivo e emocional. [...] Pode ser exercido de forma remunerada ou não.

Aqui envolve mais que qualquer obrigação jurídica, baseia-se em questões afetivas e emocionais. Mesmo o remunerado requer uma certa aproximação.

Entendemos que a cultura de delegar à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico e do cuidado reflete na ausência de políticas públicas que atendam a nova realidade caracterizada pela ampliação da mulher no mercado de trabalho. Conforme dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - 2014 (RASEAM)²⁰, em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhas/os de 0 a 3 anos tinham todas/os as/os filhas/os em creche, apesar de 72,9% terem ocupação. A falta de uma rede de proteção social, com creches por exemplo, impossibilita a promoção da autonomia econômica das mulheres, visto que depende da melhoria da inserção no mercado de trabalho e da sua renda, assim como da distribuição equitativa dos afazeres domésticos e das atividades com o cuidado. Em 2012, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens (86,2%).

Isso posto, fica evidente que o trabalho relativo ao cuidado dos membros da família continua sendo privado, não só pela inexistência de uma rede de proteção social, mas também pela atualização contemporânea do patriarcado. A configuração dos papéis masculinos e femininos e das esferas da produção e da reprodução social se fundamenta na ideologia do patriarcado, que se constitui no suporte estrutural das relações assimétricas de gênero. Na visão de Saffioti (2004), para análise das relações de gênero é importante considerar a categoria patriarcado, pois essas relações hierarquizadas remetem a ele. O patriarcado se mantém sob novas bases e em níveis diferenciados, sustentando seus fundamentos nas relações de dominação, principalmente no que concerne às mulheres, em vários espaços, como a família, o mercado e o Estado. Como bem afirma Pateman (1993, p. 45), no patriarcado da contemporaneidade o poder não se restringe ao poder dos pais sobre os filhos,

²⁰ O RASEAM publicado em 2015 foi produzido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, visando ao monitoramento sistemático de indicadores sociais sobre a situação das mulheres brasileiras. Os indicadores disponibilizados na publicação são oriundos de diversas bases de dados, o que possibilita um olhar transversal e multidimensional sobre a realidade socioeconômica das mulheres brasileiras. O documento contribui ainda para o aprofundamento da reflexão sobre as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade.

já que ele se reatualizou para se manter, sendo “fraternal, contratual” e estruturando a sociedade civil capitalista.

É importante destacar que mesmo na modernidade em que as esferas produção (pública) e reprodução social (privada) praticamente se confundem, essa hierarquia ainda persiste, e a ocupação das mulheres na esfera pública e da produção ainda ocorre de forma desigual. Isso se evidencia principalmente no contexto de reestruturação produtiva do sistema de produção capitalista, do qual resultam várias expressões da questão social, dentre elas a desigualdade de gênero.

Discutir a desigualdade de gênero como expressão da questão social, cuja origem se relaciona com o trabalho, tem importância para o estudo de gênero para compreendermos o seu rebatimento sobre a condição da mulher tanto na esfera da produção quanto da reprodução social, posto que a questão social expressa desigualdades de classe, raça/etnia e gênero, dentre outras.

Conforme Pastorini (2004, p. 108), “desde sua emergência, a “questão social” tem como núcleo central problemático o trabalho assalariado”, decorrendo daí vários outros problemas sociais e se configurando como um conjunto de expressões das desigualdades (classe, raça, etnia e gênero) e se expressando na esfera da produção e reprodução social. A análise dos desdobramentos da indissociável relação entre produção e reprodução nas relações sociais de gênero, sem perder de vista outros fatores de desigualdades, só é possível pelo uso da categoria de gênero.

Permeado por relações de poder e pela “intersecção” ou “nó simbiótico” com outros elementos fundantes das desigualdades sociais (classe, raça/etnia)²¹, o uso do conceito de gênero permite a desconstrução do determinismo biológico, da naturalização das desigualdades, do binarismo, e rompe com a fixidez de identidades²². Saffioti (1997), embora reconheça a importância da categoria patriarcado para compreender as relações de gênero,

²¹ Referimo-nos ao amplo debate que pode ser consultado em vários autores. Destacamos aqui as contribuições de Saffioti (1997) e Crenshaw (2002).

²² Connell e Pearse (2015, p.160-163) discutem as relações de gênero considerando poder como uma das suas dimensões, sendo o mesmo analisado sob três perspectivas: direta, discursiva e colonizadora. Nesse sentido, abordam o poder como sendo central para o conceito de patriarcado enquanto categoria de análise do movimento feminista, “para a ideia dos homens como uma classe de sexo dominante” de onde partiam as análises sobre as várias situações, como por exemplo o estupro, como sendo um poder direto dos homens sobre as mulheres. Com o movimento de libertação *gay* o poder continua tendo centralidade, mas numa perspectiva foucaultiana, na qual o poder não é visto como centralizado, um agente, mas disperso, passando a influenciar feministas. Destacam ainda o poder colonizador, no qual potências globais transformam as ordens de gênero nativas através de processos de dominação e exploração de trabalho.

entende o gênero relacionado simbioticamente a outros sistemas de dominação/exploração: capitalismo (classe) e racismo (raça/etnia), entendidos numa unidade simbiótica, tornados inseparáveis ao longo do processo histórico, não consistindo, portanto, “em ordenamentos das relações sociais, ocorrendo paralelamente”, mas, ao contrário, esses três antagonismos, diz a autora, “entrelaçam-se de modo a formar um nó” (SAFFIOTI, 1997, p. 61). Dessa forma é preciso que se traga essa compreensão para o ordenamento político, econômico e social vigente na sociedade, de maneira a desvendar as estruturas de poder que colocam homens e mulheres em relações e posições desiguais.

As desigualdades se evidenciam em vários espaços e contextos, como por exemplo na produção econômica, agravando-se mais ainda no processo de reestruturação produtiva. Para Connell e Pearse (2015), a acumulação capitalista no contexto de uma economia global nos moldes atuais é dominada pelas grandes organizações e mercados globais, em que tanto o trabalho como os produtos são generificados. O processo de acumulação generificado se estende para além das atribuições de profissões como masculinas e femininas, penetra até os sistemas educacionais que seguem essa mesma lógica na preparação das pessoas para as profissões.

Para Gama (2014, p. 50), a reestruturação produtiva afeta a organização dos processos de trabalho, desde o consumo e gestão do trabalho à precarização das condições de trabalho e dos direitos. A flexibilização produtiva tem como objetivo reduzir custos e ampliar a lucratividade, bem como se relaciona com a redução do papel do Estado frente às expressões da questão social, passando a prevalecer o livre jogo de forças do mercado, e se aproveitando da força do trabalho feminino no contexto de ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Para Oliveira (2003, p. 75), o trabalho inicialmente representou para as mulheres a valorização pessoal, porém, a partir da década de 1990, quando ocorrem mudanças na área econômica, com “a globalização e reestruturação das empresas, com a supressão de empregos, tornam precário e inseguro o salário dos homens”, as mulheres aumentam sua participação no mercado de trabalho. Agora não mais como uma opção para afirmar uma identidade e valorização pessoal, mas por uma necessidade. Contudo, “na prática, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não atenuou suas responsabilidades em relação à família”, todavia, mais seguras de si, posto que viam sua capacidade de se manter e manter a família, passam a

questionar porquê cabia à mulher a responsabilidade exclusiva pela vida privada. Porém, para Antunes (2003, p. 231-232),

esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial. Os níveis de remuneração das mulheres são, em média, inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais.

Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008, p. 15 -18), em um estudo sobre trabalho e gênero no Brasil, traçam um panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho nas regiões sudeste e nordeste do país, marcado por avanços e retrocessos, uma importante contribuição para esta pesquisa, considerando que seus participantes estão em Teresina, região nordeste, e por mostrar que os dados obtidos aqui não destoam do panorama apresentado pelas autoras. Conforme as autoras e o autor, a realidade mostra, por um lado, a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que aumenta a taxa de desemprego entre as mulheres e a má qualidade dos empregos ocupados por elas. Por outro lado, há também conquista de postos de trabalho de maior prestígio por parte daquelas com um maior nível de escolaridade, mas ainda predomina o trabalho feminino em atividades precárias, pouco remuneradas e informais.

O estudo aponta como perfil de mulher trabalhadora na atualidade, mulheres mais velhas, casadas e mães, caracterizando uma nova identidade feminina dedicada tanto ao trabalho quanto à família, sendo ainda responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos, permanecendo modelos tradicionais de família e aumento da sobrecarga de trabalho. Ainda segundo Bruschni, Ricoldi e Mercado (2008), desde as últimas décadas do século XX o país vem passando por mudanças que têm contribuído para alterar a identidade feminina, como a redução da taxa de fecundidade, redução do tamanho das famílias, envelhecimento populacional, aumento das famílias chefiadas por mulheres, somado às transformações em nível cultural e de valores sobre o papel social das mulheres, e melhora no nível de escolaridade.

Os estudos vêm mostrando é que apesar da ampla participação das mulheres no mercado de trabalho, isso não vem sendo acompanhado de profundas mudanças na tradicional divisão sexual do trabalho. Segundo Araújo e Scalon (2005, p. 66-67), “as relações de gênero no Brasil mudaram”, acompanhando a realidade mundial; no entanto, o moderno ainda mantém na sua natureza a tradicional divisão sexual do trabalho, à medida que persistem os papéis diferenciados e o padrão de domesticidade que coloca a mulher em desvantagem. Esse

padrão sofre variações, pois as percepções e práticas dos indivíduos quanto à família, papel social da mulher, trabalho, dentre outros relacionados à questão de gênero, variam conforme o nível de escolaridade, a posição ocupada na estrutura social, a condição econômica e a geração. Ou seja, percepções igualitárias são manifestadas por aqueles que vivem em áreas urbanas, com mais escolaridade, menos religiosos e mais jovens. Mas, conforme as autoras, apesar de já haver posicionamentos que diferem de visões tradicionais quanto à participação da mulher no trabalho profissional, o papel maternal e da maternidade no âmbito doméstico não vem sendo alterado nem redefinido, ainda há uma “elevada aceitação da ideia do homem provedor e da mulher dona-de-casa”. Na concepção de Sorj (2005, p. 82), a colaboração da mulher no sustento da família é até vista como legítima, mas a contribuição do homem no trabalho doméstico não. Há, inclusive por parte das mulheres, uma percepção das esferas como separadas, o que na concepção da autora está relacionada com o poder da ideologia patriarcal.

Para Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008, p. 22), no Brasil, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, por um lado, “tem se caracterizado, ao longo do tempo, pela precariedade, que atinge importante parcela de trabalhadoras”, uma realidade que predomina no nordeste do país. Por outro, mulheres instruídas, mesmo ainda exercendo profissões tidas tradicionalmente como femininas, já vêm ocupando outras profissões de prestígio, outrora ocupadas apenas por homens, caracterizando-se como uma das faces do progresso alcançado pelas mulheres.

Segundo Gama (2014, p. 52), redes produtivas globalizadas vêm aumentando a participação das mulheres, as quais são caracterizadas por “baixos rendimentos, nenhum benefício, longas jornadas, nenhuma segurança e falta de direitos nos locais de trabalho”. Dessa forma, aproveitando-se das construções tradicionais de gênero, contratam mulheres por suportarem mais as condições adversas, como por ser uma mão de obra mais barata.

Mas por que as mulheres se submetem a tais situações? A compreensão está nas próprias configurações atuais da questão social, caracterizada por uma ampliação da pobreza, desemprego de outros membros da família, das novas formas de estrutura familiar e por verem nessas ofertas de trabalho uma opção melhor que as tradicionalmente ofertadas.

Principalmente a partir da década de 1990, os efeitos da mundialização do trabalho afetam a classe trabalhadora como um todo, mas no que concerne à mulher, isso ocorre de forma desigual. Há uma maior ocupação dos postos de trabalho pela mulher, contudo, em

empregos vulneráveis e precários, sendo eles sazonais, informais, temporários e de meio período (GAMA, 2014). Hirata (2001; 2002) chama atenção para o fenômeno da bipolarização no trabalho assalariado, pois enquanto as mulheres com menos escolaridade assumem essas formas de trabalhos supracitadas, as com melhor nível de escolaridade vêm ampliando o acesso às carreiras profissionais que possuem maior prestígio, porém, havendo uma redução salarial e aumento das diferenças salariais nos estratos de renda mais elevados, devido ao sexismo de mercado. Por outro lado, as mulheres com renda melhor contratam aquelas de baixa escolaridade e fora do mercado formal para o desenvolvimento do trabalho doméstico.

Nesse contexto, verifica-se que o capitalismo se beneficia da condição da mulher, que vinculada à esfera da reprodução social, encontra-se subordinada à da produção e usa desse recurso para explorar a força de trabalho dos trabalhadores como um todo.

Mas as relações assimétricas de gênero também se evidenciam de outras formas, como nos espaços de poder e decisão. No Brasil, com a minirreforma eleitoral resultante da aprovação da Lei nº 12.034/2010, os partidos políticos foram obrigados a preencher efetivamente um mínimo de 30% das vagas com candidaturas de mulheres (e não apenas reservar as vagas para as candidatas mulheres), definiu que o Fundo Partidário destine um mínimo de 5% de suas receitas para programas relacionados à participação política das mulheres e instituiu um tempo mínimo de difusão em rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero e a participação das mulheres na política, mas os desafios postos quanto à presença das mulheres nos espaços de poder e decisão ainda são muitos.

No que concerne à ocupação de cargos militares nas Forças Armadas, conforme o RASEAM (2014), no ano de 2013, dentre os militares ativos, 94,4% eram homens e 5,6% mulheres. Quanto à ocupação de cargos de chefia/direção no setor industrial, 62,2% dos cargos são ocupados por homens.

É bem verdade que as disparidades entre homens e mulheres vêm sendo reduzidas aos poucos, mas o caminho a ser percorrido para se alcançar a plena e efetiva igualdade de gênero nos espaços de poder ainda é longo.

Muito tem sido escrito acerca dos contornos desiguais de gênero como elemento fundante das relações sociais na contemporaneidade, sobretudo porque, malgrado a luta das mulheres ter alcançado patamares significativos nos processos de mudança que vêm se processando no sistema (ainda) hegemonicamente patriarcal, restam ainda muitas trincheiras a

serem removidas na direção de um “modelo” de família, de políticas públicas e de relações sociais livres dos marcadores tradicionais e assimétricos de gênero que historicamente determinaram à mulher o lugar do cuidado, da subalternidade, da reprodução, da submissão, em contraponto ao lugar masculino tido como associado à produção, à dominação e ao poder.

Todavia, vivemos hodiernamente em um tempo de “políticas de reconhecimento”, da visibilidade da mulher nos espaços públicos, uma época em que muitas políticas visam a romper com o modelo de produção e reprodução social assentado na lógica patriarcal; um espaço-tempo em que às políticas públicas se exige uma preocupação com a transversalidade do gênero, evidenciando que o debate de gênero atingiu patamares mais gerais de preocupação.

Nessa perspectiva, cumpre importante papel quem se coloca o desafio de refletir sobre o alcance de políticas públicas, sobretudo quando essas, a despeito de promover a autonomia das mulheres, desconstruir e superar as referências tradicionais de gênero, não raras vezes, acabam por reiterar padrões desiguais, posto que focados no enaltecimento da mulher na esfera da reprodução e do cuidado, o velho e desconfortável lugar da subordinação a que as mulheres historicamente foram relegadas.

3 SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL E O MODELO FAMILISTA DE PROTEÇÃO SOCIAL

As reflexões aqui apresentadas partem de uma análise sobre o processo de institucionalização do sistema de proteção social, visando a problematizar como a família se torna agente responsável pelo bem-estar social, num contexto de redução do papel do Estado como resposta às políticas de ajuste neoliberal e da institucionalização de políticas de combate à pobreza, como o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto proteção social.

Trilhamos, ainda, por uma discussão a partir de uma perspectiva de gênero, sobre a centralidade na família enquanto diretriz estruturante da política de Assistência Social, posto que o PBF é operacionalizado através dessa.

3.1 Institucionalização e configurações contemporâneas do Sistema de Proteção Social

A discussão de gênero articulada a outros elementos fundantes das desigualdades exige uma análise sobre como o Estado compatibiliza as demandas de acumulação do capital com as diversas expressões das desigualdades, cabendo indagar sobre como as políticas sociais se estruturam e qual contribuição oferecem na alteração ou manutenção dos sistemas assimétricos nos quais se inserem, ou seja, se promovem mudanças nas relações (de classe, gênero e outros) ou se reproduzem os velhos sistemas.

Tal discussão se insere no debate sobre a forma de incorporação da família na política social, a partir de uma análise estrutural e conjuntural que relacione família, mercado e Estado, posto que para Teixeira (2016, p. 27), “os agentes da proteção social, histórica e contemporaneamente, são: família, mercado, Estado e Organizações Não Governamentais (ONGs)”.

Nesse sentido, cabe destacar que a iniciativa de institucionalização do sistema de proteção social público se consolidou a partir do século XIX, na Europa, no contexto do processo de industrialização e urbanização que resultou na ampliação das situações de vulnerabilidades e insegurança social anteriormente amparadas pela solidariedade da família ou da comunidade (JACCOUD, 2009, p. 58). De acordo com Habermas (2003), a partir do último quartel do século XIX se intensificou um novo intervencionismo estatal, momento a partir do qual riscos clássicos (desemprego, velhice, acidentes, doenças, falecimento), anteriormente cobertos privadamente, vão sendo gradativamente assegurados por meio de

garantias sociais do Estado, ocorrendo um processo que denominou de desprivatização das famílias através das garantias públicas.

A respeito dos aspectos históricos e conceituais do sistema de proteção social, Teixeira (2016) colabora apresentando as modalidades históricas do sistema de proteção social que são: os privados tradicionais, desenvolvidos pela família, comunidade, Igrejas e filantropia; os privados mercantis, em que a oferta de serviços é de responsabilidade do mercado; e os sistemas públicos, viabilizados por meio de políticas públicas de cunho social. Tais modalidades se relacionam com determinados momentos históricos e determinadas fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No capitalismo concorrencial, sob a égide do Estado liberal, a proteção social era de responsabilidade da família e da sociedade civil, e muito raramente do Estado. No capitalismo monopolista, num contexto de correlação de forças entre um projeto de hegemonia das classes burguesas e a luta organizada das classes trabalhadoras, surge o Estado Democrático de Direitos, ou Estado de Bem-Estar Social, legitimando-se como agente gestor, regulador e produtor de proteção social pública. Porém, esse processo não foi linear, permanecendo alguns agentes, muito embora atuando de forma complementar.

Esping-Andersen (1995; 1999), ao analisar o *Welfare State* em diferentes países, classifica-o em três tipologias de regimes (liberal, conservador e social-democrata) e faz uso de três categorias analíticas, a desmercadorização, a desfamiliarização e o familismo, para fazer uma revisão sob a lente analítica da família (ESPING-ANDERSEN; 1999, p. 49)²³.

Nesse sentido, esclarece que o regime liberal presente nos países Anglo-Saxões (Inglaterra, Estados Unidos da América e Austrália) se caracteriza pelo predomínio de assistência aos comprovadamente necessitados, com o mínimo de benefícios e serviços universais, tendo regras de acesso inflexíveis e estigmatizantes, e como usuários pessoas de baixa renda, como a classe trabalhadora e dependentes do Estado, onde esse último atua minimamente frente aos riscos sociais e se porta como um parceiro do mercado. Nesse modelo, conforme Esping-Andersen (1995, p. 108), “o Estado encoraja o mercado, tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo – quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência.” Portanto, as políticas sociais do modelo liberal reforçam a dependência dos indivíduos ao mercado.

²³ Adiante retomaremos a reflexão sobre essas categorias.

O segundo regime, que é o *Welfare State* conservador, de origem alemã, está presente em vários países da Europa (Alemanha, França e Itália). Caracteriza-se pelo corporativismo estatal e os direitos estão ligados à classe e ao *status*, pois a proteção social é disponibilizada com base no desempenho do trabalho. Tem raízes na tradição do seguro social e se fundamenta no princípio da subsidiariedade, em que o Estado se coloca como um subsidiário do mercado, intervindo somente quando a capacidade de a família prover o bem-estar dos seus membros se esgotar. Há uma ênfase na família tradicional, com manutenção de papéis tradicionais, na medida em que os benefícios encorajam a maternidade e a oferta de suporte social (como creches, serviços para idosos e deficientes) para que a mulher possa se inserir no mercado de trabalho, são precários ou inexistentes.

O terceiro tipo é o regime social-democrata, forte nos países escandinavos (Suécia, Noruega e Dinamarca), que se baseia em princípios universalistas, na solidariedade universal, pois se estende a todos, independentemente de classe e de contribuição anterior. A socialização dos direitos, benefícios e serviços aos indivíduos, e não às famílias, são antecipados sem se esperar que a capacidade da família se esgote. Desta feita, não estimula a dependência da família, mas capacita a independência individual. Conforme Esping-Andersen (1995, p. 110), “garante transferências diretamente aos filhos e assume responsabilidade com as crianças, os velhos e os desvalidos”, havendo, portanto, uma ênfase nos serviços sociais, que permitem, por exemplo, a participação das mulheres no mercado de trabalho.

A esse respeito, Pruzan (1995), a partir da análise da família dinamarquesa que se enquadra na tipologia social-democrata, aponta que:

Os papéis e deveres sociais dividem-se entre duas pessoas, baseados no interesse e na competência e não no sexo. Dadas essas características, a família, em muitos aspectos, é uma unidade frágil onde o divórcio se apresenta como lógico e possível e convive com a presença maciça das mulheres no mercado de trabalho, em tempo parcial ou total. [...] o reconhecimento desse tipo de família exige uma abordagem muito pragmática por parte da sociedade, que se traduz no respeito aos modelos de convivência e à paridade de direitos e de oportunidade no âmbito da relação de casal. Isso exige provimento de medidas de sustentação familiar, que são contempladas principalmente através de um sistema público de escolas para crianças pequenas e da assistência pública para os adultos idosos e portadores de deficiências, tornando possível a inserção estável das mulheres no mercado de trabalho. [...] as políticas familiares são entendidas como políticas (serviços e assistência) para virem atender às necessidades da família moderna, porém são direcionadas aos indivíduos (*apud* CAMPOS; MIOTO 2003, p. 175).

Quanto às categorias analíticas das tipologias de *Welfare State*, Esping-Andersen (1999), analisa as suas configurações em diferentes países, a partir da desmercadorização, da desfamiliarização e do familismo. Conforme esse autor (1995), a desmercadorização ocorre quando o acesso aos serviços, benefícios e assistência é visto como direito, ou quando os indivíduos podem se manter sem serem obrigados a participar do mercado. Contudo, salienta que a existência de previdência e assistência social não gera necessariamente desmercadorização, pois nem sempre emancipa os indivíduos da dependência do mercado, constituindo-se, portanto, numa questão controversa. Destaca, ainda, que os direitos desmercadorizados se desenvolveram de formas variadas nos *Welfare States* contemporâneos, pois onde predomina a assistência social, os direitos não estão vinculados ao desempenho do trabalho, mas à comprovação da necessidade, o que fortalece o mercado. Já onde prevalece o modelo de previdência social estatal e compulsória com direitos sociais mais amplos pode não assegurar a desmercadorização e depende dos critérios de elegibilidade e da legislação. Já o modelo Beveringe de benefícios pode ser mais solidário, mas não necessariamente desmercadorizante, embora ofereça benefícios universais, pois raramente se consolida com tal qualidade.

Ainda segundo Esping-Andersen (1995, p. 103), “os *welfare states* desmercadorizantes são muito recentes. Uma definição mínima deve envolver a liberdade dos cidadãos, e sem perda potencial de trabalho, rendimentos ou benefícios sociais, de parar de trabalhar quando acham necessário”, ou seja, de se manterem independentes do mercado. A esse respeito, Teixeira (2016, p. 29) afirma que:

A desmercadorização está relacionada com a capacidade de o Estado independentizar os indivíduos do mercado – medido pela capacidade de oferecer políticas com base no critério de cidadania – em que todos têm direito a um patamar digno e básico de vida, pela condição de serem cidadãos de uma nação.

Nesse diapasão, Esping-Anderson refere-se ainda à “desfamiliarização”, a qual pressupõe a responsabilização do Estado e do conjunto da sociedade pelo bem-estar dos indivíduos, de forma a não sobrecarregar as famílias. Para Teixeira (2016, p. 29), constitui-se na “coletivização das necessidades das famílias, ou seja, com uma maior responsabilização do conjunto da sociedade (financiamento) e do Estado (gerenciamento e administração) das necessidades dos membros familiares”. Nesse sentido, a desfamiliarização se enquadra no modelo social-democrata de proteção social, pois busca desresponsabilizar a família, bem

como promover a autonomia em relação ao mercado, através da socialização de serviços e benefícios de caráter universal.

A terceira categoria é o “familismo”, presente nos regimes do tipo liberal e conservador de proteção social. Define-se como sendo o oposto da desfamiliarização, pois responsabiliza as famílias pelo bem-estar dos seus membros, onde o Estado intervém somente quando a capacidade da família se exaure. Conforme Campos e Miotto (2003, p. 170), com base nos estudos de Esping-Andersen (1999) e de Saraceno (SARACENO, 1994 *apud* CAMPOS; MIOTTO, 2003, p. 170), o familismo “deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social”. No caso dos regimes liberais, o mercado se encarrega da oferta de serviços que devem ser pagos pelo cidadão, e o Estado assegura apenas àqueles que através de regras estritas e estigmatizantes comprovam a situação de pobreza. Nos regimes conservadores, cobrem prioritariamente aqueles que estão incluídos no mercado de trabalho. Para Teixeira (2016, p. 31), reforçam os papéis familiares tradicionais e não consideram suas especificidades, muito menos as mudanças nos formatos familiares. “Essas políticas sobrecarregam as famílias de funções, cada vez mais renovada e atualizada, independente de seus formatos, vulnerabilidades ou mudanças culturais”.

3.2 Sistema de proteção social brasileiro: a reafirmação do familismo

A relação da família com o sistema de proteção social tem suas especificidades e varia de acordo com cada país e com determinados períodos históricos, bem como é analisada sob diferentes perspectivas. No Brasil, conforme Jaccoud (2009), o sistema de proteção social se desenvolveu com base na ideia de seguro social, limitando-se a beneficiar aqueles vinculados ao trabalho formal, caracterizando o que Santos (1994, p. 68) denominou de cidadania regulada, a qual tem suas raízes “não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional”. Para o autor, após a década de 1930, a cidadania vinculou-se à profissão, e os direitos ao lugar por ela ocupado no sistema de produção.

O processo lento e limitado desse sistema de proteção social teria levado ao debate, a partir dos anos 1980, acerca da existência ou não de um sistema de proteção social no Brasil. Para Jaccoud (2009, p.61), é principalmente após o trabalho de Aurelino e Draibe (1989) que “o conceito de sistema de proteção social foi ganhando força nos estudos sobre as políticas

sociais brasileiras”. Porém, as iniciativas do Estado no campo da proteção social têm sido reconhecidas como sistemas, menos pelo fato de se constituírem em um conjunto de políticas articuladas e mais pela existência de programas e políticas de caráter permanente. Draibe (1989, p. 33), ao analisar o padrão brasileiro de *Welfare State* até a década de 1980, considera presente o caráter meritocrático-particularista, “entendido basicamente como uma posição ocupacional e de renda adquirida ao nível da estrutura produtiva”, embora destaque que ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980 se apresentaram outras características e desenvolveu-se uma política assistencialista, sendo restrita às tendências universalistas.

As políticas sociais no Brasil contemporâneo remetem a enfoques distintos, a polêmicas, e vêm gerando intensos debates no campo das ciências sociais. Por isso, este estudo se pauta em referenciais teóricos que consideram a dinâmica da sociedade e as configurações que a permeiam, identificando o viés neoliberal presente nas suas formulações e nas implicações das políticas sociais.

Partilha-se, nesse sentido, do entendimento de Behring (2009) de que a análise da política social no Brasil e, em especial, da seguridade – seu núcleo central, que é composto pela previdência social, a saúde e a assistência social – deve ser problematizada tendo como referência a lógica mundial, pois essa lógica, mediada pelas especificidades históricas de cada país, caracteriza o “capitalismo contemporâneo marcado pela mundialização, reestruturação produtiva e o neoliberalismo”. Segundo a autora, “é mais um momento de ‘sono da razão’ na história da humanidade, agora em nome da fantasia do consumo, como se o mercado estivesse acessível para todos e fosse a única possibilidade de plena realização da felicidade” (BEHRING, 2009, p. 45).

Essa referência à lógica mundial se impõe porque sempre houve uma relação entre a “ideia de seguridade social e a tentativa social-democrata de compatibilizar acumulação e equidade, cidadania e desigualdade de classe” (BEHRING, 2009, p. 46), visando a sempre garantir o equilíbrio do sistema e a rentabilidade do capital em detrimento da classe trabalhadora.

A respeito da relação proteção social e capitalismo, Pereira (2013, p. 274), destaca que os programas, projetos, serviços e benefícios postos em prática pela proteção social têm como objetivo principal “preservar este sistema e garantir a sua reprodução longa”. Para a autora, uma proteção social plena e libertária só é possível com a superação do modo capitalista de produção, posto que “a evidente incompatibilidade do capitalismo como a emancipação e o

bem-estar humanos, com a democracia (como soberania popular) e uma proteção social” que permita o reino da liberdade.

É importante salientar que no segundo período pós-guerra, o qual perdurou até os anos 1970, a política social adquiriu importante *status* no contexto da economia política. Esse foi um período fortemente caracterizado pelo intervencionismo keynesiano – teoria econômica que se generalizou pelo mundo do capital desenvolvido. Segundo Draibe (1993), a partir da década de 1970, o neoliberalismo se configurou como receituário de proposições práticas destinadas a governos e a reformas do Estado, tendo a repetição do discurso do Estado mínimo e do mercado como melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos. Ressalta-se que essa vertente não possui um corpo teórico específico que a diferencie de outras correntes de pensamento, pois se baseia no liberalismo e no conservadorismo. Ainda conforme Draibe (1993), na área das políticas sociais as proposições neoliberais, num primeiro momento, passaram a compor negativamente um conjunto de argumentos e ataques ao Estado de Bem-Estar Social, e, num segundo momento, positivamente, compuseram um conjunto de propostas de reformas dos programas sociais direcionados às políticas públicas, consubstanciados na descentralização, privatização, focalização e seletividade.

Portanto, a partir dos anos 1970, a condição da política social se alterou devido à crise econômica emergente e às investidas neoliberais inscritas na reação burguesa, “em busca da retomada das taxas de lucro, iniciativas como a flexibilização das relações de trabalho e dos direitos sociais conquistados no período anterior” (BEHRING, 2009, p. 46), situação que se evidenciou principalmente a partir do final dos anos 1980. Lembra Behring, que houve um redirecionamento do fundo público como pressuposto das condições de produção e reprodução capitalista; porém, diminuído no que concerne às demandas do trabalho, implicando numa “desproteção e barbarização da vida social” (BEHRING, 2009, p. 46), considerando que na realidade não havia oferta de emprego para todos, decorrendo disso a associação entre perda dos direitos e a criminalização da pobreza.

No período entre 1989 e 1991, no contexto mundial de perda da legitimidade do projeto socialista das classes trabalhadoras, as correlações de forças se alteraram em favor do capital, com proposições voltadas para a legitimação do mercado e a perda de direitos, sob o argumento de crise do Estado e da necessidade de uma reforma desse.

Partindo de uma análise sobre as políticas sociais na América Latina e a influência neoliberal, Draibe (1993) afirma que na década de 1990 houve alterações nas proposições

neoliberais no campo das políticas sociais, voltando-se, no caso dos países de primeiro mundo, para os desafios da modernização da produção e competitividade sistêmica, com vistas à integração internacional e ao crescimento sustentado. Na América Latina, as estratégias de desenvolvimento tiveram como foco a pobreza. Isso porque esse problema se constituía num entrave à modernização da economia, e por ser uma questão de estabilidade política.

Desse modo, tendo como foco a pobreza, as políticas sociais se estruturaram a partir do viés neoliberal centrado na conjugação de políticas seletivas e focalizadas, bem como na privatização e na descentralização dos serviços e programas sociais, contradizendo assim o princípio da universalidade e resultando na assistencialização das políticas sociais como estratégia para o equilíbrio financeiro do Estado.

No contexto das reformas sociais preconizadas pelo neoliberalismo, privatizar significa(va) destinar a produção de bens e serviços públicos ao setor privado, como meio para aliviar a crise fiscal e promover melhor racionalidade. A focalização diz (ia) respeito ao direcionamento do gasto social com áreas específicas e à seletividade da priorização de um público-alvo com maior necessidade e urgência. Descentralizar, portanto, implica(va) em eficiência e eficácia dos gastos, pois, dessa forma, aproximam-se os problemas da gestão; mas significa(va), também, transferência de responsabilidades para os demais entes federados, bem como para as Organizações Não Governamentais e para o voluntariado, ou seja, para a própria sociedade civil (DRAIBE, 1993).

Sob o argumento da crise e da cultura de um Estado incompetente e descontrolado nos gastos, as proposições neoliberais em torno das políticas sociais se conformam na sociedade civil, pois essa é tida como o espaço adequado para a implementação de tais políticas. De acordo com Behring (2009), a sociedade civil é o “suposto território da virtude, da eficácia e da solidariedade num contraponto ao Estado ineficiente, perdulário e paternalista” (BEHRING, 2009, p. 48). As políticas sociais, por sua vez, são implementadas de forma residual e complementar, equivalendo a respostas para questões sociais que não podem ser respondidas pelo mercado, comunidade e família (DRAIBE, 1993). Ainda de acordo com a autora, os programas de transferência de renda mínima, combinados com a solidariedade da sociedade civil, são os destaques dessas proposições. Isso porque através deles a ética do trabalho pode ser reeditada, uma vez que se define um teto baixo para não haver desestímulo ao trabalho, num contexto em que não há emprego para todos.

É partir dessa lógica de redução do papel do Estado que a família é convidada a exercer o papel central na provisão do bem-estar social, como bem apontam Campos e Miotto (2010, p. 51):

Com as transformações ocorridas a partir dos anos 1970 no mundo capitalista e que provocou a chamada “crise do *Welfare State*”, o papel da família passa a ser revigorado à medida que cresce, por um lado, a ideia da impossibilidade e inoperância do Estado como provedor e bem-estar social e, de outro, a ideia das possibilidades do mercado e da sociedade civil nessa provisão.

Nesse sentido, resta saber, no contexto da sociedade brasileira, como isso se configura no sistema de proteção social e, especificamente, na política de assistência social, que tem como diretriz central a matricialidade sociofamiliar, motivo pelo qual vem ganhando centralidade no contexto da Seguridade Social.

3.2.1 A centralidade da Política de Assistência Social na Seguridade Social: uma análise sobre a focalização na família e a relação com as estratégias de combate à pobreza

A política de Assistência Social, a partir dos anos 2000, vem adquirindo centralidade na Seguridade Social, porém, à medida que se amplia a Assistência Social como política não contributiva, sob o selo do enfrentamento das desigualdades sociais e combate à pobreza, através de programas de transferência de renda, avança-se em direção à lógica da mercantilização e privatização da saúde e da previdência. A centralidade nessa política vem implicando na perda de direitos universais e constitucionais, bem como no uso do social pelo capital para ampliar o processo de acumulação capitalista (MOTA, 2008, p. 133-134)

O lugar central ocupado pela Política de Assistência Social na seguridade social brasileira se ancora nos modelos liberais e conservadores de proteção social, atualizados a partir da ideologia neoliberal, e por conta do princípio fundante dessa política, que é a matricialidade sociofamiliar. Insere-se numa conjuntura em que a família ressurge em nível nacional e internacional no âmbito das “políticas sociais “pós-ajuste” como agente de proteção social informal dos seus membros” (TEIXEIRA, 2015, p. 211).

Ao discutir a centralidade da família nas políticas públicas no Brasil, Pereira (2006, p. 29) afirma que a “instituição família sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social”, e acrescenta que “os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação

autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros”. Assim, a centralidade na família não é novidade no sistema de proteção social brasileiro.

Porém, para entender os contornos mais recentes dessa questão é importante destacar que nos estertores do regime de arbítrio sob comando militar, e em um quadro de agravamento da questão social, sobretudo a partir dos anos 1980, o Brasil enfrentou várias transformações sociais, políticas e econômicas, levando a sociedade a retomar as lutas populares com vistas a oxigenar a vida política nacional na busca da construção de um regime democrático. Como resultado dessa luta surgiu a Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988, representando a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais, em consonância com as transformações sociopolíticas ocorridas no país durante o processo de transição democrática.

Analisando as mudanças pelas quais passam a família e as políticas sociais a partir dos anos 1990, Goldani (1994) afirma que essas se inserem num contexto de transformações sociais, políticas e econômicas. As famílias brasileiras adquirem não só novas formas, mas também significados, inclusive na legislação, como resultado do processo de modernização, contraditório, em curso no país. Acontece um incremento na industrialização e modernização do setor de infraestrutura, mas também se agravaram as desigualdades sociais. Conforme a autora, há uma tendência à redução do tamanho da família, à diversificação de arranjos domésticos e familiares, a uma maior participação das mulheres e dos filhos no mercado e renda familiar, promovendo, dessa forma, a redefinição nos padrões hierárquicos e de sociabilidade das famílias.

Tais mudanças foram acompanhadas pela presença das mulheres nos espaços públicos nas últimas décadas e pelo debate crescente sobre o feminismo, trabalho, desigualdade e direitos da mulher, como parte de um movimento mais amplo, a luta pela democracia e afirmação de direitos, que tem como marco a Constituição Federal Brasileira de 1988. Por outro lado, o modelo econômico brasileiro se esgota em meio a um “processo de modernização” excludente caracterizado pela perda gradativa da eficiência do setor público, concentração de renda, degradação das condições de vida e aumento das desigualdades sociais.

Conforme Dagnino (2000, p.197), o processo de democratização no Brasil enfrenta um dilema resultante de uma confluência perversa entre dois processos diferentes e vinculados a projetos políticos também distintos. O primeiro processo se refere à ampliação da democracia

no país, em que as forças envolvidas no mesmo compartilham um projeto democratizante e participativo, tendo como resultado a CFB/1988. O segundo processo é marcado pela emergência de um projeto de Estado mínimo “que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos”, eximindo-se das suas responsabilidades e as transferindo para a sociedade civil, como medida de ajuste e adequação ao modelo neoliberal para atender às exigências do Consenso de Washington.

Nesse sentido, o Brasil passa a desenvolver políticas voltadas para a privatização das estatais, a flexibilização dos monopólios e a terceirização dos serviços, criando um campo de disputa e tensão entre os dois projetos políticos, à medida que ambos requerem uma sociedade ativa, porém, com propostas diferentes. Segundo Dagnino (2004), há um deslocamento do conceito de participação e cidadania, sendo apropriados pelo neoliberalismo numa perspectiva desvirtuada do que preconiza o projeto democratizante, passando a sociedade a ser convidada a participar como voluntária e solidária frente às condições de um cidadão que não é mais percebido como sujeito de direito, mas, numa perspectiva de mercado, como uma pessoa carente, que não é capaz de consumir e produzir.

É nesse contexto de confluência perversa entre esses dois projetos políticos que se inserem as formulações das políticas públicas sociais, inclusive a Política de Assistência Social e os programas sociais a essa vinculados, como os programas de transferência de renda condicionada. Ao mesmo tempo em que se consolidam reivindicações do movimento feminista, como o próprio PBF, dada a nova realidade dos arranjos familiares, com um grande número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, estrutura-se o programa numa lógica perversa fundamentada pelo ideal neoliberal, priorizando a efetivação de políticas focalizadas e seletivas, com um forte apelo à participação da família.

Nesse sentido, embora a CFB (1988) tenha avançado ao estabelecer a universalidade como princípio das políticas públicas, o Estado, orientado pelo enfoque neoliberal que se seguiu aos primeiros respiros do processo de democratização, propõe a redução da capacidade de resposta frente às questões sociais, priorizando a operacionalização de políticas públicas focalizadas e seletivas. Foi exatamente nesse contexto da focalização que a família se consolidou como “parceira” fundamental do sistema de proteção social e alvo de programas de combate à pobreza e de transferência de renda condicionada.

A importância dada à família na sociedade brasileira está expressa na CFB de 1998, que a estabeleceu como base da sociedade e conferiu ao Estado a responsabilidade de

promover a proteção desse núcleo social (BRASIL, 1998). Com a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993)²⁴ e da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2005), a família passou a ter centralidade para a concepção e a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos da assistência social, os quais seriam operacionalizados através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a partir de uma das suas diretrizes estruturantes: *a matricialidade sociofamiliar*.

O SUAS possui um caráter público não contributivo, descentralizado e participativo, com o objetivo de promover a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos. Enquanto sistema único, compõe um conjunto articulado e integrado de serviços, projetos, programas e benefícios, de forma unificada e com a mesma organização em todo o território nacional, a partir da sua diretriz estruturante que é a *matricialidade sociofamiliar*. Normativa e operacionalmente, a Assistência Social está hierarquizada em Proteção Social Básica e Especial, conforme níveis de complexidade. A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir as situações de vulnerabilidade e risco social, através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Conforme as orientações técnicas estabelecidas em BRASIL (2009a; p. 9):

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios, e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

Portanto, essa unidade tem como função a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica e a oferta dos serviços oferecidos pelo Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que conforme tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, consiste no trabalho com as famílias de forma integrada a outros serviços e políticas. De acordo com o protocolo de gestão integrada do SUAS, essa modalidade de gestão se refere à articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda. Prioriza-se, na gestão integrada, o acompanhamento das famílias em situação de risco social e em descumprimento das condicionalidades do PBF.

²⁴ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), posteriormente alterada pela Lei nº 12.435/2011.

Fica evidente a força da matriz estruturante da *matricialidade sociofamiliar* nos programas, projetos, serviços e benefícios da política de assistência social, isso porque a PNAS (2005, p. 41) concebe a família como um “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida”. Mas por outro lado, reconhece sua variedade, os conflitos, contradições e desigualdades presentes no seu cotidiano, contudo defende que “nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social” evidenciando seu papel como parceira da proteção social no contexto capitalista.

De acordo com Duque-Arazola (2008, p. 241), a assistência social, enquanto integrante do sistema de proteção social brasileiro, “é mediadora dos interesses do mercado”, seja pela oferta de bens de consumo ou através dos programas de renda mínima, a exemplo do PBF, centralizados na família e focalizados na mulher, reforçando dessa forma os papéis tradicionais a ela atribuídos.

Sob tal perspectiva, cabe analisar, a partir das condicionalidades do Programa Bolsa Família enquanto componente da proteção social, como a família é tomada no processo de promoção do bem-estar social e qual o nível de responsabilidade das mesmas na absorção dos riscos sociais inerentes à sociedade. Como se configura esse programa do ponto de vista do grau de responsabilização das famílias, considerando que o mesmo contempla não apenas um benefício monetário, mas também outros benefícios?

3.2.2 Programa Bolsa família e o reforço à maternagem

Os programas de transferências de renda condicionada (PTRC), dentre eles o PBF, institucionalizam-se e se ampliam num contexto de avanço do desemprego, de precarização do trabalho e aumento da pobreza. A Dinamarca foi um dos primeiros países a implantar as políticas de transferência de renda, visando a combater a pobreza e as desigualdades, no ano de 1933. Posteriormente, foi adotado também em outros países, na Inglaterra (1948), na Alemanha (1961), *Workfare*, nos Estados Unidos, implantado na década de 1980; e na França, o Programa de Renda Mínima de Inserção (RMI), que existe desde 1988. Conforme Rosanvallon (1998, p. 130), essas duas modalidades se enquadram na tipologia das políticas de inserção, que para o autor é uma noção que “deriva da consciência de que é preciso ultrapassar o ponto de vista jurídico ao apreender as relações de obrigação social (ponto de

vista cuja exclusividade caracteriza a concepção de solidariedade praticada pelo Estado Providência”. Segundo Rosanvallon (1998, p. 138), o RMI não se enquadra nem na forma tradicional de assistência social nem no sistema clássico de proteção social,

é um direito baseado em um contrato de inserção fundamentado em compromissos recíprocos: o do interessado, que se compromete a participar em ações e atividades de inserção definidas com ele; e o da coletividade, que se compromete a propor ações e atividades de inserção correspondentes às necessidades.

Dessa forma, são políticas que pressupõem um trabalho produtivo por parte dos beneficiários, em troca dos serviços assistenciais e de benefícios. Ao analisar os PTRC na América Latina, Soto (2015, p. 55) assevera que esses programas emergiram e se expandiram a partir do processo global de redimensionamento dos sistemas de proteção social, frente às transformações sociais e às novas demandas colocadas ao Estado, relacionando-se com

el desplazamiento de la intervención social del Estado hacia la pobreza y junto con esto la expansión de la asistencia [...] a la creciente conflictividad y cuestionamiento social a las políticas de ajuste neoliberal y las consecuencias sociales generadas por estas, a las respuestas construídas por los gobiernos emergentes y organismos internacionales em este contexto de crisis procurando reconstruir la legitimidade.

Dessa forma, Soto (2015, p. 43) esclarece que enquanto estratégia político-institucional, esses programas se massificam, no século XXI, como proteção social visando a melhorar as condições de vida das famílias com crianças, mas “se enmarcan em el debate de la proteccion social centrada em um tipo de ‘universalismo’ adjetivado como mínimo/básico, que pretende romper el ‘circulo’ intergeracional de la pobreza.”

No Brasil, os programas de transferência de renda condicionada surgem dentro dessa mesma perspectiva de ajuste à lógica mundial, orientados pelo neoliberalismo, após a Constituição Federal de 1988. Conforme Silva e Lima (2012, p. 234):

Foi no bojo do processo de amadurecimento da democracia no Brasil que entrou na agenda pública o debate sobre programas de transferência de renda, a partir de 1991, criando-se os primeiros programas municipais em 1995, seguindo-se de experiências similares desenvolvidas em diversos estados brasileiros.

Dessa forma, ocorre inicialmente através de projetos assistenciais de combate à pobreza nas esferas municipais e estaduais, na década de 1990, e, posteriormente, sendo regulamentados, em nível nacional, através de benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e de programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, Rede Social Brasileira de Proteção Social. Em 2000, é criado o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e em 2001, no

governo de Fernando Cardoso, é criado o Programa Bolsa Escola. Com o objetivo de se ter um melhor controle desses programas, foi criado o Cadastro Único (CADUNICO)²⁵. Em 2003, com a criação do Programa Fome Zero, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, o mesmo agregou várias outras iniciativas voltadas para o combate à fome, sem que fosse o acesso a um benefício monetário, como por exemplo, o apoio à agricultura familiar, deixando de ser um programa, em 2005, e se transformando em uma estratégia de política social (SALES, 2015, p. 216-218).

Posterior à criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (2003), é criado o Programa Bolsa Família, por meio da medida provisória nº 132/2003, como estratégia de combate à pobreza, sendo posteriormente regulamentado pela Lei nº 10.836/2004 e pelo Decreto nº 5.209/2004.

Operacionalizado pela Política de Assistência Social, o PBF se constitui como o maior programa de transferência de renda no Brasil, de caráter não contributivo, ocupando centralidade no sistema de proteção social e tendo como objetivo a redução imediata da pobreza, o combate à fome e a redução das desigualdades sociais, tendo como público-alvo famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Os benefícios monetários e os não monetários configuram o programa e dizem respeito, respectivamente, à transferência direta de renda mensalmente e o incentivo ao acesso de direitos sociais básicos, através das condicionalidades nos campos da educação, da saúde e da assistência social, e a integração com programas complementares, que objetivam suplementar e qualificar as famílias, de modo que os beneficiários possam ultrapassar a situação de vulnerabilidade e pobreza (SILVA, 2016).

O PBF é uma estratégia do sistema de proteção social brasileiro, no que diz respeito ao combate à pobreza, com foco na família e, mais especificamente, na mulher. Tratando do PBF como um exemplo paradigmático dessa questão, Mariano e Carloto (2009, p. 901) afirmam que “a mulher, a partir dos seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas”. Com efeito, o enfoque prioritário do programa tem sido as mulheres, com a premissa de que são mais confiáveis do que os homens, tanto na aplicação do benefício quanto para garantir o sucesso do programa. Carloto (2004), ao falar

²⁵ Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, cria o CADUNICO, um mecanismo de armazenamento de informações sobre os beneficiários de programas sociais.

sobre os programas focalizados de desenvolvimento com eixo no combate à pobreza, destaca que os mesmos têm como preocupação:

[...] a eficiência das medidas e, como alvo preferencial, a família e, dentro destas, as mulheres. A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares (CARLOTO, 2004, p. 152).

Essa situação gera uma responsabilização da mulher e, ao mesmo tempo, obscurece os papéis de maternagem, ao repousar sobre essas a responsabilidade pelo bem-estar da família ou, ainda, ao modificar as relações de gênero, quando fica sob seu poder a gestão da renda transferida.

Cabe reforçar que a principal preocupação do PBF é a situação de pobreza. Suas ações são dirigidas à família, pois o próprio direito ao recurso transferido é tipificado como um benefício à família, e não a indivíduos, muito embora os recursos sejam pagos prioritariamente às mulheres. Contudo, essa estratégia se operacionaliza com foco nas funções femininas, reforçando os papéis tradicionais de maternagem, com vistas ao fortalecimento das famílias, e não ao empoderamento das mulheres (MARIANO; CARLOTO, 2009).

Ainda de acordo com os autores supracitados, os programas de transferência de renda criam uma rede de obrigações para as mulheres, sendo passado a elas o papel de representantes da família, função vinculada à figura da mulher e da mãe cuidadora, à medida que lhes é delegada a gestão dos recursos em nome da família e o cumprimento das condicionalidades do programa. Dessa forma, é possibilitado o poder de compra, mas, também, transferida para elas a responsabilidade pelo bem-estar dos membros da família.

Destarte, é por meio das condicionalidades que o Estado continua a vincular a mulher ao espaço privado, além de não haver a “construção de uma percepção valorizante do trabalho remunerado feminino” imprescindível ao processo de autonomia da mulher nas relações desiguais de gênero. Inclusive o vínculo formal de trabalho, devido ao critério de elegibilidade do programa, constitui-se em fator de exclusão do PBF: “o desenho do programa [...] acaba por gerar não desincentivos ao emprego formal [...] mas incompatibilidade e, forçosamente, exclusão entre ser beneficiário de um programa de transferência de renda e ter um emprego formal” (LAVINAS; COBO; VIEIRA, 2012, p. 51-52).

Conforme Sales (2015, p. 230), o PBF tem como critério de elegibilidade ser pobre ou extremamente pobre²⁶ na forma da lei que o regulamenta, limitado ao critério monetário, desconsiderando outros fatores relacionados aos direitos sociais básicos como liberdade, igualdade e democracia. Isso obscurece a percepção da pobreza como uma expressão da questão social no contexto de uma sociedade de classe excludente e desigual, e como um fenômeno multifacetado que não se limita ao nível de renda do indivíduo (SALES, 2015, p. 230).

Para Parella (2001 *apud* MIOTO, 2008, p.140):

As políticas tradicionais, de caráter familista, tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença “secundária” da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional.

Essa perspectiva se relaciona com o modelo de família referência na elaboração e implementação das políticas sociais. Mariano e Carloto (2010) destacam que a concepção de família presente nos documentos produzidos e divulgados pelo MDSA, órgão gestor da política de assistência social, representa apenas um dos seus aspectos, o da harmonia, ao definir a mesma como “núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão” (BRASIL, 2006a, p. 27); enquanto Teixeira (2010, p. 14) defende que a família internamente “não é homogênea, as relações entre seus membros são assimétricas, conservam diferenciações de gênero e de geração e são hierarquizadas”. Assim, a concepção de família adotada pela Política de Assistência Social oculta seu outro lado, pois na família há também as situações de conflito e violência, muitas vezes decorrentes das relações desiguais de gênero. É com base nessa concepção de família, orientada pela perspectiva de cooperação e harmonia, que se assentam as metodologias de trabalho com família, as ações, os projetos e os programas de assistência social, tais como o PBF.

O modelo de família hegemônico presente não apenas no senso comum, mas também nas políticas públicas, tem como representação a família moderna, natural, nuclear, formada por pai, mãe e filhos. Uma concepção em que os papéis de gênero são definidos através de

²⁶ “O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente” (Decreto nº 8.794/2016, art. 18).

uma separação e hierarquização das esferas pública e privada. A primeira referente à produção e provisão material, destinada aos homens e a segunda referente à reprodução e ao cuidado, designada à mulher, porém sendo a esfera privada inferiorizada em relação à pública. Essa divisão expressa relações de poder, dominação e subordinação, à medida que distribui de forma desigual privilégios, direitos e deveres no interior da família, o que contribui até os dias atuais para que mesmo se ampliando a participação das mulheres nos espaços públicos, persista ainda o entendimento de que a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado sejam delas.

A família tem passado por muitas mudanças decorrentes de abalos internos e interferências externas, proporcionando uma ressignificação da concepção de família e questionamento daquela associada à natureza. Parte dessas transformações se relaciona com o desenvolvimento tecnológico voltado para a questão da reprodução humana, bem como a própria inserção da mulher no mercado de trabalho. Embora essas mudanças incidam sobre todas as famílias, cada uma tem suas singularidades e especificidades no contexto de uma sociedade desigual, e os significados dados a essas mudanças variam entre as classes sociais (SARTI, 2015). A pontando para essa perspectiva, Miotto (2010, p. 167-168) entende que a família “é construída e reconstruída histórica e cotidianamente” através de relações entre seus membros, e outras esferas da sociedade como o Estado, o mercado e o trabalho, sendo portanto, uma construção pública e privada.

Todavia, enquanto instituição de caráter social, histórico e cultural, a família pode assumir configurações diferenciadas dependendo do contexto em que esteja inserida. Conforme Teixeira (2013, p. 23) a família é resultado das múltiplas determinações, formando uma totalidade dinâmica e contraditória, uma definição que põe em questão seu caráter natural e homogêneo. Nessa perspectiva, a família deve ser compreendida no contexto das relações sociais mais amplas e complexas, posto que como bem afirma Freitas (2000a) famílias podem ser definidas como “um *processo de articulação de diferentes trajetórias de vida*, que possuem um caminhar conjunto e a vivência de relações íntimas, um processo que se constrói a partir de várias relações, como classe, gênero, etnia e idade” (FREITAS, 2000a, p. 8 *apud* FREITAS, 2013, p. 1131-1132).

Considerando as mudanças pelas quais tem passando a família historicamente, fica evidente que não podemos falar de família, mas de famílias, com “ênfase no plural” (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2010, p. 2). Essas transformações impactaram tanto nas

famílias como nas legislações e políticas a estas dirigidas, colocando como necessário considerar as especificidades das realidades nas quais estão inseridas. Para Freitas, Braga e Barros (2010, p. 6; 2012, p.115) para se pensar as famílias brasileiras, é necessário pensá-las numa perspectiva de redes sociais, de circulação das crianças; solidariedade entre parentes, amigos e vizinhos; e de maternidades transferidas, portanto, indo além dos laços parentescos, posto que no Brasil as redes de solidariedades estão presentes em todas as classes sociais.

As concepções de família incidem sobre a formulação e implementação das políticas públicas sobretudo daquelas de caráter familista que estão centralizadas na família, mas com foco nas mulheres, a exemplo da política de assistência social e de programas de combate à pobreza como o PBF. As políticas familistas reiteram padrões tradicionais de família e de gênero, bem como transferem para a família o bem-estar dos seus membros, de forma alheia aos conflitos que permeia a família no que concerne a conciliação do trabalho remunerado com a vida familiar. Tornam a família responsável pelo cuidado e através das suas equipes operacionais, criam expectativas em torno delas projetando “na família o protagonismo no acompanhamento e cuidado do usuário” (MIOTO, 2015, 708-709).

Pelo exposto até aqui, compreendemos que pensar as famílias requer considerar seu caráter mutável, plural e em rede, mas também observar que o significado dado à elas varia de acordo com cada grupo social e contexto no qual estão inseridas. Nesse sentido, temos como preocupação, ao analisar os efeitos do PBF enquanto componente do sistema de proteção que se volta para o alcance dos mínimos sociais de sobrevivência e inclusão, de forma a caracterizar essas famílias beneficiadas pelo programa, a partir do entendimento de Sarti (2015, p. 37) de que “cada família terá uma versão da sua história, a qual dá significado à experiência vivida”, ou seja, é preciso ver como essas formulam seus entendimentos sobre suas próprias famílias, sem perder de vista a perspectiva de gênero.

4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: ALTERAÇÃO E REFORÇO DOS PADRÕES TRADICIONAIS DE GÊNERO

O estudo sobre PBF e as relações de gênero requer uma análise sobre como o mesmo é operacionalizado no âmbito dos CRAS, verificando como a questão de gênero atravessa o trabalho das equipes, e quais as concepções de família presentes não só nas práticas da instituição, mas dos próprios beneficiários.

Nesse sentido, busca-se, neste capítulo, analisar os efeitos do PBF nas relações de gênero, bem como a dinâmica de funcionamento dessas unidades operacionais da proteção básica da assistência social.

4.1 Os Centros de Referência de Assistência Social: uma porta entreaberta

Os CRAS são uma unidade pública responsável pela organização e oferta dos serviços de proteção básica do SUAS, naquelas áreas de maior vulnerabilidade e risco social, constituindo-se a principal porta de entrada e acesso à rede de proteção social da política de assistência social. A operacionalização do PBF se dá no âmbito dos CRAS, que do ponto de vista normativo, deve operar em rede e de forma articulada.

Nesse sentido, visando a cumprir com os objetivos deste estudo, por sorteio, foram selecionados 6 (seis) CRAS. Através da observação não participante, buscou-se obter informações sobre a dinâmica de atendimento desses CRAS, sobre as demandas apresentadas à equipe de atendimento pelas famílias beneficiárias, os tipos de atividades desenvolvidas com as famílias beneficiárias do PBF, temas trabalhados nas reuniões e/ou palestras, entre outros. As unidades selecionadas foram: CRAS Leste I “Pedra Mole” (Pedra Mole), CRAS Leste V “Mata dos Cocais” (Povoado Santa Teresa), CRAS Sul IV “Espaço Família Cidadã” (Monte Castelo), CRAS Sudeste II “Dirceu Arcoverde” (Dirceu I), CRAS Norte I “Maria Avani Sousa da Silva” (Parque Wall Ferraz) e CRAS Norte V “Vieira Toranga” (Parque Stael). Foram indagadas trinta beneficiárias do programa, através do uso de um questionário, e realizadas dez entrevistas, durante três semanas, além de permanecer de um a dois turnos em cada CRAS, momento em que conversamos também com a equipe e os gestores da instituição.

Foi possível verificar, durante a observação e a conversa com os profissionais e coordenadores, que a operacionalização da política de assistência social no âmbito dos CRAS,

em Teresina, tem características específicas, conforme a realidade de cada território, assim como devido ao nível de organização da unidade e a composição das equipes, que se diferenciam no atendimento à população. As unidades que têm uma equipe ampliada conseguem desenvolver suas atividades com uma certa aproximação das demandas do território socioassistencial e de forma mais articulada, como estabelece a legislação e os instrumentos normativos.

Verificou-se que as atividades concernentes ao PBF estão, em sua maioria, voltadas para demandas mais imediatas, como cadastro no CADUNICO, atualização cadastral, bloqueio/desbloqueio/cancelamento do benefício, emissão de declaração/folha resumo para obter redução de taxas para os casos previstos em lei, reuniões sobre o programa (chamadas de reuniões de primeira vez) e acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades, através de reuniões e visitas domiciliares. Outras demandas que podem estar ou não relacionadas com o PBF dizem respeito à solicitação de passe livre para os idosos (municipal e interestadual); inserção nos cursos do PRONATEC; encaminhamento para acesso ao BPC; solicitação de benefícios eventuais (kit enxoval); cadastro no programa mãe teresinense (que garante o transporte da mulher após o parto).

Nos CRAS com um melhor nível de organização, há uma interface do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV), PAIF e PBF, conforme prevê o protocolo de gestão integrada da assistência social. Dessa forma, através do PAIF e do SCFV são realizadas reuniões, palestras, cursos e oficinas onde são trabalhados os seguintes temas: sexualidade, drogas, gravidez na adolescência, abuso sexual, trabalho infantil, higiene, violência contra o idoso e a criança, família, direitos e deveres da família no PBF. Apenas em dois CRAS a temática gênero já teria sido trabalhada nas ações educativas. Em alguns CRAS são ofertados para famílias em acompanhamento no PAIF, através do SCFV, atividades esportivas e cursos profissionalizantes (artesanato, garçom, auxiliar de almoxarifado, auxiliar administrativo, produtos de limpeza, dentre outros).

Analisando os avanços e desafios da assistência social, Duriguetto (2011) afirma que a consolidação do SUAS e a criação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) é um avanço, pois o primeiro (Suas) representa a concretização das políticas de assistência social, e a segunda, a profissionalização dos serviços prestados pelos CRAS. Entretanto, em muitos municípios, e Teresina se insere nessa realidade, as equipes ainda estão

incompletas, o que compromete a implementação das políticas de forma articulada com os diversos serviços e programas da assistência e das demais políticas públicas.

Ademais, apesar de a política de assistência social ter, do ponto de vista legal, um caráter universal, contradiz-se com sua implementação, à medida que é focalista e seletiva, devido ao seu corte neoliberal, estando centralizada nas políticas de transferência de renda, o que compromete a atuação das equipes profissionais ou, como afirma Duriguetto, “se temos políticas sociais reduzidas e focalizadas, a atuação profissional tende a ser direcionada para a lógica da vigilância e do monitoramento das condicionalidades e em intervenções pautadas no imediatismo das demandas apresentadas e na individualização dos cidadãos usuários dos serviços” (DURIGUETTO, 2011, p. 7). A prática no âmbito dos CRAS termina por se limitar às demandas anteriormente citadas, onde questões como gênero não aparecem de forma transversal na implementação da política.

Conforme a PNAS (BRASIL, 2005, p. 36) os CRAS visam:

a prevenção de situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiências, dentre outras).

Pelas observações feitas nos CRAS de Teresina, foi possível verificar que pela forma como eles estão organizados e estruturados, ainda andam a passos largos daquilo que se propõe a política normativamente, sendo apenas uma porta entreaberta para o acesso a outras políticas, posto que ainda enfrentam muitas dificuldades na operacionalização da política, não por falta de compromisso das equipes, mas pela forma como essas unidades estão organizadas e estruturadas. É uma realidade que se insere num contexto maior, relaciona-se com a redução do papel do Estado e com as investidas neoliberais.

4.2 Perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família em Teresina-PI

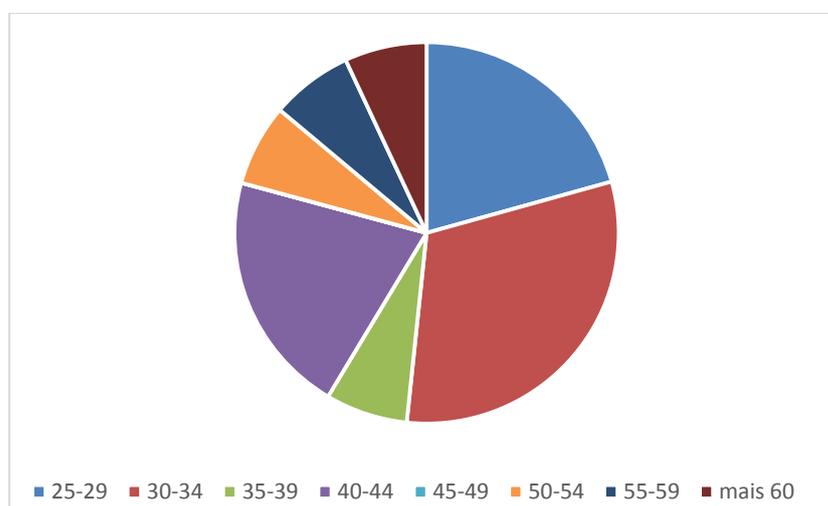
Durante a observação não-participante, convidamos 05 (cinco) pessoas em atendimento em cada CRAS, beneficiárias do PBF há pelo menos 01(um) ano, para ouvi-las a partir do uso de um questionário. Ao todo, aplicaram-se 30 (trinta) questionários contendo

perguntas sobre faixa etária, escolaridade, estado civil, composição familiar, ocupação e outras fontes de renda²⁷, além do benefício, cujo objetivo era traçar o perfil das beneficiárias.

No que concerne ao sexo, 100% das participantes da pesquisa eram do sexo feminino; apesar de haver beneficiários do sexo masculino, no período da pesquisa esses não se apresentaram para fazer atendimento nos CRAS. Esse percentual se aproxima dos dados oficiais da Prefeitura de Teresina²⁸, dos quais 96,10% (noventa e seis vírgula dez por cento) dos beneficiários/titulares no município são mulheres, e apenas 3,90% (três vírgula noventa por cento) são homens.

Quanto à idade das beneficiárias, as mesmas são, na sua maioria, mulheres relativamente jovens, 20% (vinte por cento) têm entre 25 e 29 anos; 30% (trinta por cento) têm entre 30 e 34 anos; 6,7% (seis vírgula sete por cento) têm idade na faixa de 35 a 39 anos; 20% (vinte por cento) têm entre 40 e 44 anos; 3,3% (três vírgula três por cento) estão na faixa etária de 45 a 49 anos; 6,7% (seis vírgula sete por cento) de 50 a 54 anos; 6,7% (seis vírgula sete por cento) de 55 a 59, e 6,7% (seis vírgula sete por cento) com mais de 60 anos.

Gráfico 1 - Faixa etária das beneficiárias do PBF abordadas pela pesquisa



Fonte: Pesquisa Direta.

²⁷ Não foi possível obter essas informações sobre renda com segurança, posto que muitas tinham dificuldade em informar, seja porque a mesma varia, seja por medo que isso interferisse no cadastro único, apesar dos esclarecimentos prestados antes, durante e depois da pesquisa.

²⁸ Dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Teresina, através da Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas – SEMCASPI/Gerência de Programas de Renda Mínima e Benefícios (GPRM)/Nov/2017.

No que se refere ao estado civil e ao tipo de família, verificou-se que 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) se autodenominam solteiras; 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento) afirmam ser casadas; 23,3% (vinte e três vírgula três por cento) dizem que vivem uma união estável e 26,7% (vinte e seis vírgula sete por cento) são viúvas, separadas ou divorciadas. Observou-se que 36,7% (trinta e seis vírgula sete por cento) das beneficiárias têm marido/companheiro, constituindo a denominada família “casal com filhos”²⁹, e 3,3% (três vírgula três por cento) são constituídas (família) por “famílias biparental e outros parentes”, sendo, em ambas as situações, identificados os maridos e companheiros como a pessoa de referência na família. O restante, 60% (sessenta por cento), são famílias monoparentais femininas com filhos e tendo como pessoa de referência uma mulher, seja a própria titular do benefício, seja outra mulher da família.

Esses dados mostram uma mudança contemporânea na formação das famílias pobres brasileiras, mas conforme dados do MDSA (BRASIL, 2014, p. 164), a expressividade das famílias monoparentais femininas “pode indicar uma estratégia de sobrevivência das famílias mais vulneráveis, mas expressa também o novo fenômeno de incremento na participação de mulheres com filhos e sem cônjuge entre as famílias brasileiras”. Mas devemos considerar também que esse número expressivo de famílias monoparentais apresentado na pesquisa pode estar associado ao fato de ser o público a quem se dirigem prioritariamente os programas de erradicação da pobreza, como bem afirmam Sorj e Fontes (2008, p. 203), “diversos programas de combate à pobreza passaram a focalizar as famílias monoparentais femininas como alvo privilegiado de suas ações”.

Conforme dados do IPEA³⁰ referentes a 2015, os lares brasileiros vêm passando por mudanças e aumentado o número daqueles que são “chefiados” por mulheres. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência, enquanto que em 2005, esse número chegou a 40%. Em alguns casos, as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas havia a presença de um cônjuge/companheiro, dado que difere da nossa pesquisa em Teresina, podendo ser essa uma realidade dos centros urbanos mais desenvolvidos, ou simplesmente como a amostra foi pequena e o estudo não objetivou identificar todas as situações, a ponto de

²⁹ Aqui utilizamos a mesma classificação de família da PNAD: unipessoal; monoparental feminino; monoparental masculino; casal com filhos; biparental e outros parentes; monoparental feminino e parentes; monoparental masculino e parentes; sem parentesco e outros.

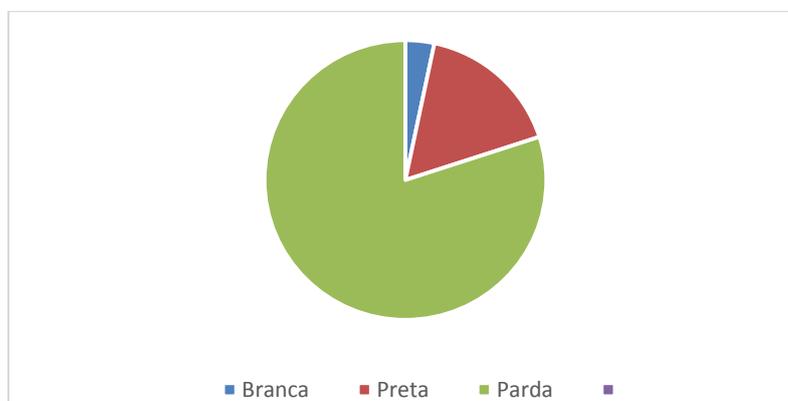
³⁰ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 25/out/2017.

mensurá-la ou estimar números, não pode revelar eventual ocorrência dessa situação. Conforme Mendes (2008, p. 50), estar na condição de chefe de família, um fenômeno social crescente, pode indicar mudanças no âmbito familiar, como também no comportamento feminino, sendo imperativo considerar também outros fatores como “desemprego na família, separação conjugal, migração masculina, condições de pobreza, etc.”

Há de se destacar, ainda, a informação repassada pela equipe de dois CRAS da existência de beneficiários homossexuais, e em uma das unidades foi relatada a existência de casais homoafetivos que são beneficiários do PBF. Contudo, atendendo aos critérios de seleção dos sujeitos, a partir da presença espontânea nos dias determinados de observação e aplicação dos questionários, e em face desses sujeitos não terem procurado os CRAS nesse período, não foram incluídos na amostra.

Outro dado importante diz respeito à composição familiar, que também se relaciona com as novas tendências da sociedade brasileira. Embora partamos do entendimento de que a família pobre se define além da extensão da casa, posto que entre as mesmas circula uma rede de solidariedade, principalmente no suporte aos cuidados dos membros da família, optou-se, por questões práticas, por caracterizar a composição familiar no domicílio. Constatamos que a média de membros da família fica em torno de 4 (quatro) pessoas, dados condizentes com as mudanças apontadas recentemente pelo IBGE (BRASIL, 2017), que apontam para uma queda de 3,7% no número de nascidos, impactando diretamente na redução do número de membros das famílias.

Gráfico 2 - Caracterização das beneficiárias abordadas pela pesquisa por raça/cor



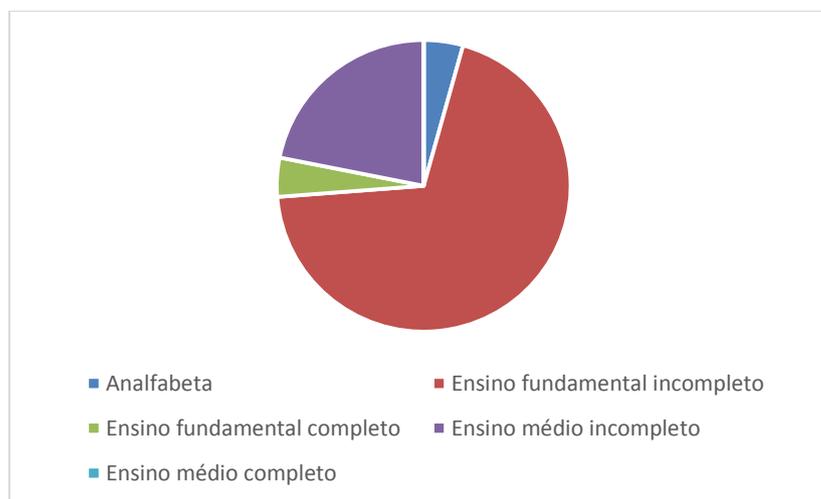
Fonte: Pesquisa Direta.

No que tange à raça e à cor, 3,3% (três vírgula três por cento) dizem ser brancas; 16,7% (dezesesseis vírgula sete por cento) se reconhecem como negras e 80% (oitenta por cento) como pardas. Se somarmos o percentual de pardas e pretas, obtemos uma predominância expressiva de beneficiárias afrodescendentes, ou seja 96,7% (noventa e seis vírgula sete por cento), um cruzamento de dados que reflete a desigualdade social prevalente na intersecção gênero, cor/etnia e classe social.

Esses dados se aproximam dos dados oficiais da Prefeitura de Teresina, segundo os quais, do universo de 50.881 (cinquenta mil, oitocentos e oitenta e um) beneficiários, 84,62% (oitenta e quatro vírgula sessenta e dois por cento) são da cor parda; 6,86% (seis vírgula oitenta e seis por cento) da cor preta; e 6,45% (seis vírgula quarenta e cinco por cento) da cor branca.

Quanto ao nível de escolaridade, evidencia-se um baixo nível de instrução entre as titulares do programa, em que 53% não concluíram sequer o ensino fundamental, o que repercute nas ocupações profissionais e faixa de renda. O gráfico seguinte mostra a distribuição por nível de escolaridade.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade das beneficiárias do PBF abordadas pela pesquisa



Fonte: Pesquisa Direta.

As ocupações profissionais daquelas que desenvolvem algum tipo de atividade remunerada, 56,7% (cinquenta e seis vírgula sete por cento) dizem respeito a atividades que exigem pouca instrução e com baixa remuneração: tais como diarista para trabalhos domésticos, sacoleira (venda de roupas, enxovais e peças íntimas, confeccionados em

domicílio), trabalhos manuais/artesanato, trabalho agrícola (plantação e colheita em roças e hortas) e manicure; na sua maioria, sem vínculo formal e com uma remuneração que não altera o padrão de pobreza delas. Do universo de 30 (trinta) beneficiárias, apenas 6,7% (seis vírgula sete por cento) têm vínculo formal com carteira de trabalho assinada e previdência social, com remuneração até um salário mínimo, tendo ocupações como de empregada doméstica e auxiliar de ambulatório, sendo ainda do grupo das famílias monoparentais femininas.

Quanto aos demais membros da família, somente em 13,3% (treze vírgula três por cento) os esposos/companheiros estão trabalhando com vínculo formal; 6,7% (seis vírgula sete por cento) têm a renda complementada pelo trabalho formal do(a) filho(a); 3,3% (três vírgula três por cento) têm companheiro aposentado e 3,3% (três vírgula três por cento) contam com o BPC de um dos membros da família.

Aqui fica evidente que apesar de o número de famílias monoparentais ser maior que as de casal, o percentual de homens em trabalho formal é superior ao de mulheres como chefes, ficando clara a circularidade da ordem de gênero que atravessa inclusive o mercado de trabalho, como mostram os dados oficiais, há desigualdades de gênero também no trabalho. Conforme dados do IBGE (BRASIL, 2012), em 2012 a taxa de atividade das mulheres entre 16 e 59 anos era de 64,25% (sessenta e quatro vírgula vinte e cinco por cento), enquanto que a dos homens era de 86,2% (oitenta e seis vírgula dois por cento). Para Carloto e Gomes (2011, p. 138), as desigualdades no mercado de trabalho impactam na sobrevivência das mulheres e interferem nos índices de pobreza feminina.

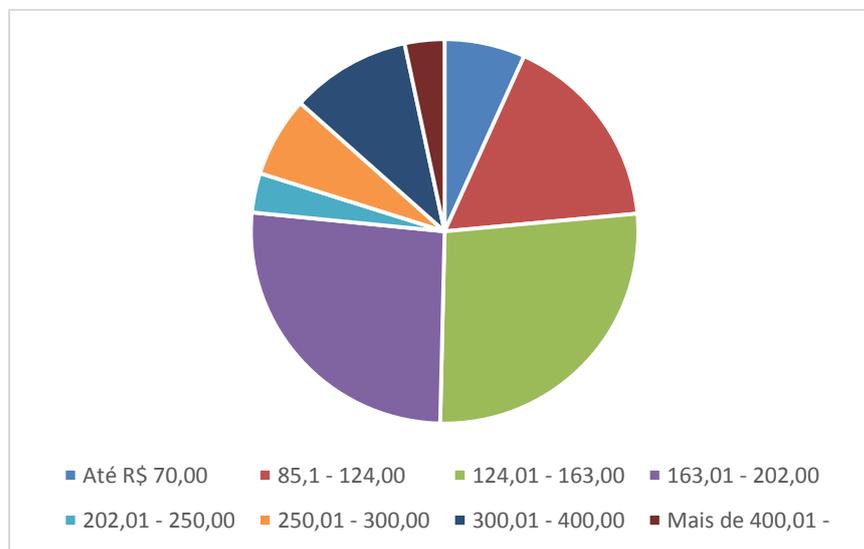
Dados oficiais mostram que a maioria dos beneficiários do programa, 95,21% (noventa e cinco vírgula vinte e um por cento) se encontram em situação de extrema pobreza e 4,79% (quatro vírgula setenta e nove por cento) estão em situação de pobreza, sendo a média da renda *per capita* de R\$ 57,54 (cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Esses dados expressam a situação de pobreza e extrema pobreza em que vivem as beneficiárias do PBF, conforme podemos ver na caracterização dos tipos de benefício que as mesmas recebem. Os benefícios são tipificados em Benefício Básico (para famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal por pessoa de R\$ 85,00); Benefício Variável (para famílias em situação de extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 170,00 e que tenham gestantes ou crianças/adolescentes de 0 a 15 anos na composição familiar, sendo que cada família só pode receber até cinco benefícios variáveis) e Variável Vinculado (ao

adolescente de 16 a 17 anos - BVJ, à gestante - BVG e à nutriz - BVN), e, ainda, o de Superação de Extrema Pobreza (para todas as famílias que mesmo recebendo os demais benefícios continuam com uma renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00).

Verificou-se que 10% (dez por cento) recebem somente o benefício básico e 90% (noventa por cento) recebem o benefício básico mais outro tipo de benefício do PBF; dentre esses, 85,2% (oitenta e cinco vírgula dois por cento) recebem o benefício variável, 11,1% (onze vírgula um por cento) recebem BVJ e 3,7% (três vírgula sete por cento) recebem BVN. Identificamos, ainda, que 30% (trinta por cento) recebem o benefício de superação de extrema pobreza.

Quanto ao valor dos benefícios, constatou-se que a faixa com maior número de beneficiárias está entre R\$ 124,01 (cento e vinte e quatro reais e um centavos) e R\$ 202,00 (duzentos e dois reais), consistindo em mais da metade, ou seja, 53,4% (cinquenta e três vírgula quatro por cento), como podemos constatar no gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Valor do benefício do PBF das famílias pesquisadas



Fonte: Pesquisa Direta.

Esses dados mostram que apesar da relevância do PBF para alívio da situação de extrema pobreza e pobreza, apenas por esses valores monetários não se pode afirmar que o programa cumpra com seu objetivo de erradicar a pobreza, posto que ela não pode ser mensurada apenas pelo critério monetário; e no caso da pobreza feminina, impõe-se um recorte de gênero. Para Sorj e Fontes (2008), “a tendência das famílias chefiadas por mulheres

sozinhas de apresentarem percentuais tão elevados de pobreza monetária se relaciona fortemente com as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas responsabilidades familiares". Castro (1999, p. 89) alerta para o fato de que o tipo de leitura que se faz da pobreza feminina "condiciona a interpretação que se pode dar ao alcance estrutural de políticas", sejam elas políticas voltadas para a geração de emprego, quer sejam compensatórias. Portanto, cabe um olhar crítico sobre o PBF e situar seu público-alvo, as mulheres, no contexto de uma sociedade desigual e atravessada por uma ordem de gênero que promove a desigualdade, inferiorizando as mulheres em diferentes espaços, de forma que os problemas sociais pelos quais passa a classe trabalhadora refletem de forma mais grave sobre as mulheres, tornando a condição delas mais vulnerável socialmente.

4.3 Os efeitos do PBF nos padrões de gênero: alteração ou reforço?

Neste item, analisamos os efeitos do PBF nas relações de gênero das famílias beneficiárias do programa, a partir de categorias conceituais como gênero, patriarcado, familismo, pobreza, vulnerabilidade, família, autonomia, dentre outras. Nesse sentido, a partir das questões levantadas na entrevista semiestruturada, ordenamos as informações referentes às atribuições e responsabilidades por gênero quanto ao cumprimento das condicionalidades do programa, das tarefas domésticas e do provimento material da família, além das informações quanto ao poder de agir e decidir no âmbito da família; concepção sobre família e relações de gênero³¹.

O objetivo principal era saber se o benefício ocasionou algum tipo de autonomia na vida das mulheres titulares do Programa, se o acesso aos benefícios monetários e não monetários possibilitou alterações nas relações de gênero, no que diz respeito a ter autonomia para decidir sobre vários aspectos (como educação dos filhos, gastos/aplicação do benefício e de outras rendas da família), divisão das tarefas domésticas, quanto aos conflitos familiares, quanto a poder ou não trabalhar e como conciliam as atividades remuneradas com as obrigações do programa e as atividades domésticas.

É importante, antes de partirmos para a análise dos dados sobre os efeitos do PBF nas relações de gênero, discorrermos sobre os fatores que contribuíram para que as mulheres

³¹ Cabe esclarecer que as entrevistadas receberam pseudônimos, para assegurar o sigilo e anonimato das mesmas.

passassem a ser o foco prioritário das políticas de combate à pobreza, como os programas de geração de emprego e renda, e mais especificamente o PBF, para que possamos entender sob qual enfoque essas políticas foram construídas.

A partir dos anos 1990 as políticas sociais passam por uma reforma, no contexto de ajuste fiscal e redução do papel do Estado, imprimindo às políticas sociais uma forte tendência à implementação de políticas de combate à pobreza. Sob forte influência de uma base ideológica de cunho neoliberal, essas políticas se caracterizam pelo seu desenho centralizado na família e focalizado na mulher. Farah (2003, p. 139) aponta que a priorização das mulheres nessas políticas decorre de diferentes fatores, dentre eles: “da influência da atual agenda de reformas das políticas sociais” com foco na pobreza e da influência “da agenda formulada por movimentos e entidades ligadas a gênero que recomendam que se privilegie o atendimento a mulheres neste tipo de programa”, porém, a focalização na mulher nem sempre significa a transversalidade³² de gênero nessas políticas e programas. Muitas vezes, “embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos dos programas mais gerais, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado”, o que pode estar relacionado às perspectivas de gênero adotadas pelo Estado, que se fundamentam na função da família, reforçando os papéis da maternagem e do cuidado, atributos historicamente destinados à mulher. Portanto, difere substancialmente do que defendem os movimentos de mulheres, cujas proposições defendem a priorização das mulheres na perspectiva de ampliação de direitos que promovam a autonomia delas. Assim, percebe-se que a formulação dessas políticas se inscrevem num campo de contradições.

Desta feita, procuramos responder, através desta pesquisa, como o PBF se configura na realidade de Teresina, no que concerne às questões de gênero. Da forma como o mesmo é desenhado e implementado no âmbito dos CRAS, quais efeitos esse programa tem sobre a vida das beneficiárias no que se refere aos padrões de gênero?

Considerando que o PBF contempla benefícios monetários e não monetários, esse último relacionado ao acesso a direitos, benefícios, programas e outras políticas públicas, perguntamos às beneficiárias do PBF se o acesso aos benefícios teria tido algum efeito nas

³² Conforme Bandeira (2005, p. 5), transversalidade diz respeito à “ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas de governo”.

suas vidas, principalmente nas relações de gênero. As entrevistadas evidenciam que as contribuições do programa estão limitadas ao poder de compra, consumo e ao alívio daquelas necessidades mínimas de sobrevivência, conforme podemos ver nos trechos de algumas falas. Para Mirna, “melhorou muito, [...] nossos filhos não tinham um chinelo, não tinham roupa, não tinha assim nada, ficavam tudo dependendo de terceiros, né? Para ganhar uma roupa, essas coisas, mas aí, depois do Bolsa Família não faltou mais não”. Conforme Fabiana: “Até melhorou, porque a gente se ajuda, porque se faltar uma comida, um ajuda, põe uma gasolina [...] Desaperriou em termos de saúde, porque tinha vezes que a gente...compra medicamentos, frutas, uma fralda, um leite também”. Marília também afirma que “ajuda a comprar material escolar, na medicação, a roupa, o calçado”. Para outra entrevistada:

Mudou bastante. Assim, muitas vezes eu não tinha nem dinheiro pra comprar uma coisa pra comer, e quando eu comecei a receber, meu marido até desempregado estava, a gente passava muita necessidade. Depois que eu comecei a receber melhorou um pouco. Serviu para muita coisa: comprar o material das minhas filhas, a farda do colégio. Mudou muita coisa (CARMEM).

Aqui fica claro que a prioridade dos gastos é com os filhos e que o discurso dessas mulheres se articula com as exigências do programa, como por exemplo, a compra de material escolar – que se repete em várias falas –, evidenciado que o círculo da maternagem é difícil de ser rompido.

Apenas uma das entrevistadas aponta que depois do PBF teve coragem de romper um relacionamento que lhe oprimia.

Mudou. Sofri demais nas mãos dele. Decidi que ia me separar dele, porque ele queria o dinheiro só para beber cachaça, tomava o cartão. Eu peguei umas duas vezes ele com o cartão escondido para tirar dinheiro. Não comprava nada para minhas filhas. [...] Agora eu compro as coisas para minhas filhas, pra mim mesmo [...] material escolar (RUTE).

Entretanto, em outras falas da entrevistada, a mesma expressa uma compreensão subordinada da condição da mulher em relação ao homem, dentro do novo relacionamento que está vivendo, entendendo por acordo a autorização do companheiro.

A gente tem que viver em acordo, eu sou assim: se eu quiser comprar uma coisa eu falo primeiro com ele, eu digo “amor, eu preciso comprar isso. Tu me ajuda?” Com o outro eu também era assim, só comprava uma coisa se ele dissesse: “pode comprar que eu lhe dou o dinheiro” (RUTE).

Quando inquiridas sobre as possibilidades de o programa ter tido algum efeito na forma como as mesmas se relacionam com pais, filhos, maridos e companheiros, as entrevistadas, na sua maioria, deixam claro que não houve alterações nas relações de gênero, e

pouco se aprofundam em torno da questão, como bem representa a fala de Gisele e Mirna: “Não, não mudou nada, continua a mesma coisa”; “Não, sempre foi assim minha relação com ele, o Bolsa Família não mudou nada”.

Para uma das entrevistadas, o PBF teve efeito negativo: “Mudou porque assim: como ele viu que eu já estava recebendo, ele passou a diminuir o pouco do dinheiro que ele dava pros meninos” (MARÍLIA).

Observa-se, também, que se a operacionalização das políticas focalizadas na mulher tivesse uma melhor articulação das ações do PBF com outros serviços, programas e políticas, o PBF, ainda que timidamente, poderia contribuir com elementos que favorecessem a promoção da autonomia da mulher, conforme podemos ver na fala da entrevistada, quando perguntada sobre os efeitos do programa em sua vida:

Fica melhor porque não depende dos outros. Porque a gente não fica esperando por aquele dinheiro, pelo menos eu não. Eu recebo e faço ele virar um pouquinho a mais [...] Eu aprendi fazer boneca sozinha, porque teve o curso mas não consegui fazer porque o menino era atentado. Aí eu voltei e dois meses depois fui no Paraíba comprar uma máquina e comecei a fazer [...] Aí eu comecei a fazer sozinha, aí com o dinheiro que eu passei a receber dele ficou melhor porque com o dinheiro eu compro o material [...] aí quando eu recebo encomenda eu tiro o dobro do que eu ganhava (CRISTINA).

Fica evidente também nessa fala a responsabilidade que recai e é assumida pela mulher no cuidado com os filhos, a ponto de abrir mão de projetos pessoais. A entrevistada ainda reforça que, no caso específico dela, o PBF possibilitou o acesso ao crédito, como afirma Cristina: “Abriu mais caminhos como o acesso a cartão de crédito que não tinha,... a tirar empréstimo que eu não fazia, depois que eu passei a receber eu fiz duas vezes seguidas o ‘Microcrédito Crescer’ e investi no artesanato”.

Para Lavinias, Cobo e Veiga (2012, p. 51), “não existe ‘efeito bf’ na construção de uma percepção valorizante do trabalho remunerado feminino, que nosso entender, é central no processo de autonomização das mulheres no âmbito das relações assimétricas de gênero”. Posto que a política não se volta para promover essa autonomia, devido ao seu caráter, que apenas reforça papéis tradicionais de gênero. A autonomia da mulher não está limitada única e exclusivamente a um benefício monetário como o do PBF, consistindo em algo mais complexo, que envolve o acesso ao mercado de trabalho, a rendimentos, mas também passa pela divisão equitativa das atividades domésticas, de uma ampla rede de proteção social com creches, escolas com segundo turno, espaços de convivência para idosos, funcionamento efetivo e eficaz do SCFV e do PAIF, dentre outros. A falta dessa rede de serviços, associada à

divisão sexual do trabalho, inviabiliza a promoção da autonomia da mulher, via inserção no mercado de trabalho formal, devido à sobrecarga de trabalho doméstico e do cuidado.

4.3.1 Responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades do PBF: a quem cabe esse papel?

Tendo o PBF como condicionalidades a frequência escolar de pelo menos 85% (educação), cumprimento do calendário vacinal das crianças de 0 a 6 anos, exames de pré-natal para gestantes e pós-natal, acompanhamento nutricional (saúde), bem como participação nas atividades da assistência social, os estudos vêm mostrando que as condicionalidades dos programas de transferência de renda mínima se baseiam numa visão de família nuclear, promovendo, dessa forma, o reforço dos papéis de maternagem e sobrecarregando as mulheres. Embora oficialmente seja tipificado como um benefício para a família, há um deslocamento na operacionalização do mesmo, posto que são as mulheres “as principais responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, seja participando diretamente das atividades programadas, seja zelando para que os demais membros da família também cumpram as exigências” (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 460).

Através da fala das entrevistadas podemos verificar que o programa não tem alterado as relações de gênero, no que diz respeito ao cumprimento das condicionalidades. Isso pode estar associado ao padrão de gênero que orienta as práticas dessas famílias, como também ao fato de que embora o benefício seja tipificado como da família, tem, na maioria das vezes, como titular a mulher, recaindo sobre essa a responsabilidade pelo cumprimento das exigências do programa. Isso se evidencia na fala das entrevistadas, quando perguntamos quem é a pessoa da família responsável pelo acompanhamento da frequência dos filhos na escola, por colocar o cartão de vacina em dia e pela participação nas reuniões e palestras relativas ao PBF, dentre outras exigências do programa, predominam falas em que a mulher é a responsável, como a de Marília: “Só eu mesmo. Os pais dos meninos só ajudam quando eu brigo muito”, a de Carmem: “Sou eu e nas reuniões e palestras eu também”, e a de Gisele:

É eu porque ele não pode, mas é eu, ele vem só me deixar [...] Ele tem cabeça muito quente, ele não resolve, eu estou uma semana indo atrás, se fosse ele já tinha desistido, não vinha mais, eu vou porque eu preciso, meus filhos também precisam, eu vou só, não estava fazendo nada mesmo (GISELE).

Aqui está presente a força da ideologia sexista do patriarcado, quando transparece um entendimento de atributos como paciência e capacidade de mediação como sendo femininos, e agressividade masculina, uma ideologia que, segundo Saffioti (2015, p. 37), “socializa as mulheres “para desenvolverem comportamentos dóceis, cordatos apaziguadores [...] Os homens ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem”. Quando Gisele afirma que “não estava fazendo nada mesmo”, denota uma desvalorização do trabalho doméstico em relação ao trabalho formal do marido.

Ainda temos falas como a de Cristina, que mostra seu desespero em ter que acompanhar a criança junto a outros profissionais: “Eu. Na escola eu estou indo não, ou meu Deus do céu. Estou pra desistir [...] porque o menino é danado e a diretora faz que não vê, e aí inventaram um negócio de uma psicóloga, de uma psicopedagoga!”. Enquanto Mirna relata: “Eu acompanho ele na escola, boto as vacinas em dia, mas palestra e reunião eu nunca participei não. Antigamente eu era avisada, mas agora não sei mais de nada”.

Verifica-se aqui, no que se refere à questão de gênero, uma contradição entre a prática do programa, que se volta para a participação da mulher, com o que preconiza o MDSA (BRASIL, 2006, p. 41) nos seus documentos, ao afirmar que “a equidade entre gêneros deve ser tema orientador, no sentido de reverter situações injustas e onerosas para as mulheres dentro do contexto familiar”. Na verdade, a própria política descumpre tais postulados, na medida que cria uma série de obrigações que remetem a mulher à esfera privada, da reprodução social e do cuidado dos membros da família. Para Ferreira e Mariano (2014, p. 7), “a posição do Estado tem sido em continuar a relacionar a mulher ao mundo privado, por meio do programa bolsa família”, na medida em que não aproveita a potencialidade do programa para promover a equidade de gênero.

O programa na verdade sobrecarrega as mulheres e reforça os papéis tradicionais de gênero, o que se evidencia na fala da entrevistada beneficiária Cristina, e muito bem explicada no estudo de Mariano e Carloto (2009, p. 104-105), que afirmam que os programas de transferência de renda condicionada “envolvem-nas em uma rede de obrigações com as ações estatais”, e afirmando que “são primordialmente consideradas femininas”.

Outra questão evidenciada é que as beneficiárias até justificam a não participação do homem, como fica claro na fala da beneficiária Gisele. Conforme Carloto e Mariano (2010, p. 461), o marcador de gênero, presente em programas como o Bolsa Família, “influencia a conduta de homens e mulheres, de forma a orientar quem busca quais bens e serviços. Isso diz

respeito ao modo como um padrão de valor cultural é institucionalizado na política de assistência social, como, por exemplo, convocar sempre as mulheres para as reuniões”.

Dessa forma, a própria operacionalização da política de assistência social e do programa termina por influenciar esses comportamentos, reforçando uma cultura de que os participantes das atividades e demandatários dos serviços devem ser as mulheres. Para Carloto e Mariano (2010, p. 461), o papel de cuidadora incide mais sobre as mulheres pobres receptoras de serviços públicos, às vezes sem qualidade, e por ser também o papel invocado com mais frequência pela política de assistência social, ao se voltar para as mulheres pobres, ganhando corpo a combinação classe e gênero no desenho das políticas sociais. Eu diria ainda que sendo uma mulher negra esse reforço e combinação se ampliam.

Outra questão importante que incide sobre a possibilidade de um recorte de gênero na implementação da política de assistência social é que nem todos os CRAS funcionam o PAIF e o SCFV, inviabilizando o desenvolvimento de atividades educativas envolvendo os beneficiários do PBF, numa perspectiva de gênero. Ainda que desenvolvam, com base na fala da entrevistada Mirna, nem sempre as famílias são convidadas a participar.

4.3.2 Distribuição de tarefas domésticas e de cuidado por gênero: a sobrecarga de um trabalho não pago

Neste item, buscamos compreender se o benefício possibilitou alterações nas relações de gênero, no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas e ao cuidado. Foi possível observar que no âmbito das famílias estudadas, o trabalho doméstico e o cuidado ainda são predominantemente atribuições das mulheres, embora algumas das entrevistadas relatem a participação do marido, companheiro, filho ou de outros homens da família, mas sem que tenha nenhuma relação com o PBF. Lúcia relata: “Eu limpo casa, lavo roupa, faço comida. Meu marido boto pra lavar louça, vá lavar, não comeu, sujou? Vá lavar também [...] mas meu filho não”. Carmem diz: “Faço tudo. Levo menino para colégio, vou buscar. Quando ele está desempregado e está em casa, as vezes ele vai pegar na escola. Tarefa doméstica é difícil ele fazer dentro de casa. Marília diz: “Sou eu. E aí quem me ajuda dentro de casa é a minha menina de 14 anos”. As demais também evidenciam que a maior carga de trabalho é delas:

A maioria sou eu. Ele ajuda, assim a passar roupas, eu não passo as roupas dele, ele mesmo passa. Café da manhã quem faz é ele, não eu, agora na parte da comida sou eu, lavar as roupas, na parte de limpar a casa ele me ajuda, ele

sempre me ajuda em algumas coisas [...] Isso foi sempre assim, mesmo sem ter o bolsa família, ele sempre ajuda (GISELE).

Quando ele chega em casa, o restante da tarde todinha ele fica com a Maria para eu ajeitar a casa e lavar banheiro e terminar de ajeitar as coisas porque tem vezes, de manhã, que não dá pra fazer tudo por causa dela, mas aí quando ele chega ele fica com ela. Tem dias que ele lava o banheiro. Mas ele cuida mais é da Maria. Comigo é, a comida, lavar roupa, é tudo eu. Ele ajuda mais no cuidado da criança (FABIANA).

Eu faço tudo e mais alguma coisa, trabalhar, capinar, plantar. Eu começo sete horas da manhã até as cinco da tarde. Só paro para almoçar um pouquinho e depois pego de novo. Ele faz também a mesma coisa, arranca toco, faz tudo. Mas dentro de casa lavar, passar, fazer comida não (RUTE).

A respeito da participação masculina no trabalho doméstico, podemos ver pelas falas que há atividades que os homens não realizam. Como bem explica Roazzi (1999, p. 19):

dentre as tarefas onde se aceita a participação masculina, estão as que se realizam principalmente fora de casa e se referem à educação e ao lazer dos filhos. De certo modo, estes tipos de tarefas não mexem tanto com a concepção tradicional do papel masculino por serem tarefas que têm a conotação de gratificação e prestígio, além de não deixarem de ser papéis externos à própria unidade doméstica, o lar.

Percebe-se, pelas falas, também que quando há divisão de tarefas o uso do termo “ajuda” evidencia a visão que a própria mulher tem, baseada num padrão de gênero que presume que as atividades domésticas são tarefas destinadas às mulheres, que quando o homem faz é como se estivesse sendo solidário, pois se subentende que a obrigação é da mulher, uma visão sexista que orienta os modos de agir e pensar de homens e mulheres. Para Saffioti (2015, p. 131), “o sexismo não é meramente uma ideologia, sendo também o poder de agir de acordo com ele”, posto que ideologia é prática, ela se corporifica efetivamente e simbolicamente, determinando os comportamentos, e esse é o caso da ideologia patriarcal.

Observa-se, ainda, uma extensa jornada de trabalho despendida com as atividades domésticas, de cuidados e com o cumprimento das condicionalidades do PBF.

Eu me levanto 4:30h da manhã pra fazer o café das meninas que vão para o colégio e porque também faço caminhada todos os dias. Aí tenho que levantar mais cedo pra fazer caminhada e 6 h voltar pra ir deixar o outro na parada quando ele não pode ir. Aí todos os dias eu me levanto nesse horário [...] Ah! Só paro lá pra umas dez horas da noite (CARMEM).

Quando as beneficiárias desenvolvem alguma atividade remunerada, ficam mais sobrecarregadas, como mostram as falas, respectivamente, de Marília e Cristina: “Às vezes eu acho muito pesado, porque tem dias que eu saio para trabalhar e quando chego não tenho coragem de fazer nada. Aí no outro dia eu tenho uma consulta, aí tenho que pesar meus filhos,

levar algum deles no colégio”; “Acordo 6 h e quando paro é 8 h da noite. Nas folgas faço minhas bonecas. Mas as atividades domésticas é só eu”.

Muitas já reproduzem padrões de relações desiguais de gênero junto às filhas e aos filhos, reforçando papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica, como podemos ver na fala de Rute: “Ela já lava a louça, varre o quarto, tem que botar porque se não...”; na fala de Marília: “E aí quem me ajuda dentro de casa é a minha menina de 14 anos”; e na fala de Mirna: “É sempre eu, mas como eu tenho as minhas filhas lá comigo, eu me viro com elas [...] Os meninos, eles ficam com a parte de pegar água, alguma coisa assim, porque onde a gente mora a água não chega”. Nessa última, a divisão sexual do trabalho é muito bem reproduzida.

É possível inferir que já há algumas mudanças no que concerne à divisão de tarefas, mas ainda persiste, de forma predominante, a tradicional divisão sexual do trabalho.

4.3.3 O poder de agir e decidir

Partimos aqui do entendimento que o poder se produz e reproduz no cotidiano dos indivíduos, estando presente nas relações sociais. Contudo, a materialidade dada ao poder também pode provocar resistências e, por conseguinte, nova visão de mundo.

É a partir dessa perspectiva que procuramos analisar como o poder de decidir e agir se dá na realidade das famílias participantes deste estudo. Nesse sentido, perguntamos sobre a quem cabe decidir e agir, no que se refere ao uso da renda da família, incluído o benefício do bolsa família, sobre a educação dos filhos, sobre os cuidados com os membros da família.

Quanto aos gastos com a renda, afirmam: “É ele. O Bolsa Família não. É só pra mim, é só pra comprar as coisas pra mim, pra minha filha, para o colégio. Esse daí ele não interfere” (RUTE). Outra participante diz: “É dependendo da necessidade. Se está faltando um chinelo, de uma outra coisa, aí tem que ser para aquela necessidade (MIRNA).

Eu decido com o que vou gastar o bolsa família. Agora a renda dele é entre nós dois, né? Vai pagar o que vai precisar agora. O das bonecas eu compro o que está precisando para mim e para os meninos. Se está doente compro remédio, se tiver precisando de calçado eu compro um calçado, se tiver precisando material escolar eu compro. Quando pego no dinheiro eu compro o que está precisando no momento (CRISTINA).

Do Bolsa Família eu compro coisa para a Maria. Eu compro fralda, fruta, leite, danone. O dinheiro dela é pra ela, a gente não gasta, são pouquíssimas vezes que a gente pega. O dinheiro dele, ele faz a feira, ele ganha aquele

ticket alimentação, aí ele faz a compra do mês e o restante que fica no cartão a gente fica para comprar uma mistura, uma carne. Mas é ele quem administra. O meu de manicure fico para comprar alguma coisa que falta em casa, um tempero (FABIANA).

O dinheiro do Bolsa Família sou eu. O que ele recebe é ele mesmo. Ele paga as contas dele, o que sobra às vezes ele me dá para eu comprar alguma coisa para as meninas. O que recebo das faxinas a gente coloca também junto para comprar coisas em casa quando precisa. Decidimos juntos (CARMEM).

Sou eu quem decide, ele não opina em nada, ele reclama, mas ele não tem coragem de nada porque o cartão fica comigo. No que é de responsabilidade dele, é ele quem resolve, até quem vai fazer as compras é ele, eu nem vou com ele [...] todo dia ele faz compra, é raro ele fazer compras por mês, ele compra todo dia de pouco em pouco (GISELE).

Nas falas, há uma afirmação do poder de decisão em relação ao uso do dinheiro, bem como do emprego do dinheiro delas para os filhos, havendo uma associação com a representação de mãe como cuidadora. Observa-se, ainda, que nas famílias pobres a questão do dinheiro está muito ligada às necessidades imediatas, diferente de outras classes sociais em que o dinheiro expressa poder pelo montante acumulado e enquanto patrimônio da família. Mas mesmo assim, é visível que mesmo quando as mulheres afirmam decidir juntas com o marido ou companheiro, esse poder está nas mãos deles, e que mesmo ficando o dinheiro do benefício e do trabalho das mulheres sob o poder dessas, sua aplicação é feita em conformidade com as necessidades mais imediatas da família, até porque o programa visa a prover os mínimos sociais.

No que concerne à educação (tanto escolar quanto a valores, princípios, comportamentos) dos filhos, elas responderam: “Se a senhora ver a dedicação dele por ela, no colégio então!” (RUTE); “Mais é ele que é exigente. Ele diz que não sirvo para nada “essa mulher não serve nem para botar moral nesses meninos, ele briga comigo. Eu digo “aí tu é o chefe, pois resolve tudo aí”. (GISELE); “É sempre assim um concordando com o outro, né?” (MIRNA); “São os dois juntos” (CRISTINA).

As falas expressam que há o entendimento de responsabilidade de ambos na educação dos filhos, o que já representa um avanço, mas ao mesmo tempo, é incoerente com as falas anteriores relacionadas ao cumprimento das condicionalidades do programa na área da educação, que se limitam às mulheres. A fala de Gisele expressa uma visão patriarcal de educação dos filhos, tanto por parte dela quanto do marido. Para Saffioti (2015, p. 130), ainda que as mulheres não sejam cúmplices do patriarcado, elas contribuem para manter a ordem

dele, por que esse, enquanto parte de uma ordem de gênero, permeia todo o corpo social, de tal forma que “ninguém [...] fica de fora do esquema de gênero patriarcal”.

A respeito do cuidado e atenção à saúde dos membros da família, para as entrevistadas, fica evidente que os maridos e companheiros participam, mas que a tarefa de marcar consultas, exames e de cuidar recai mais sobre a mulher. Mirna afirma: “É sempre os dois. O cunhado dele que é deficiente é mais ele, eu ajudo, mas quem é responsável por cuidar é ele. Meus filhos e minhas filhas, como hoje ficam só para dar o café dele”. Cristina diz que “quando está doente ficam os dois preocupados, mas quando é para ir ao médico, quem vai sempre sou eu para a consulta, para fazer exame”. Fabiana relata: “Ele é muito atento à saúde... Mas eu sempre marco consulta para nós três”. Carmem reforça na sua fala que “na questão de saúde são os dois, mesmo porque, quando é para consulta de rotina sou eu mesmo, mas ele sempre me leva também para eu marcar consulta, quando tem urgência [...] ele vai”. Já Gisele diz: “É ele, tanto ele como a mãe dele, o pai dele [...] A mãe dele, o pai dele, sempre ajudam, sempre é ele quem está disposto a tudo”.

A última fala retrata a perspectiva de família em rede, muito bem esclarecida por Sarti (1999). A autora lembra que família se caracteriza não pelo núcleo, mas pelas relações em torno de recursos materiais e afetivos, para suprir as necessidades da família. E que isso ocorre principalmente no caso das famílias desfeitas, monoparentais femininas, em que as uniões conjugais acabam, mas as relações em rede familiar se mantêm.

4.3.4 Concepção de família e relações de gênero: reproduzindo visões tradicionais

Antes de adentrar na análise da concepção de família expressa pelas entrevistadas, é importante deixar claro nosso entendimento. Vislumbramos família como uma construção social e histórica, heterogênea, não sendo, portanto, um instituto biológico e natural. Essa concepção naturalizada de família está associada ao processo de industrialização e modernização da sociedade. Com a industrialização, a família é separada da esfera pública, esfera da produção, do trabalho, deixando de ser uma unidade produtiva, ficando restrita à esfera privada, decorrendo daí a sua naturalização (MARIANO; CARLOTO, 2010).

Para Sarti (2014, p. 38-39), família é diferente da unidade doméstica, da casa, e que tratar casa e família como sendo a mesma coisa, tem como consequência desconsiderar a rede de relações que envolve a família. Segundo a autora, nas famílias pobres, “casa e família,

como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico”. O homem é considerado o chefe da família, a autoridade moral que faz as mediações da família com o mundo externo, enquanto que a mulher é a chefe da casa, revestida de uma autoridade interna, cujo objetivo é manter a unidade do grupo familiar e o cuidado dos seus membros.

No âmbito das políticas sociais, inclusive no que se refere aos seus operadores, baseiam-se numa visão de família nuclear, homogênea e harmônica, esquecendo os processos dinâmicos pelos quais passou a família. Conforme Goldani (1994), as famílias passaram por processos de reorganização e se diversificaram, adquirindo novas formas e tamanho, assim como novos significados, tanto para seus membros como para a sociedade. Dessa forma, é sob esse enfoque que podemos analisar a fala das entrevistadas. Dalva afirma que “família é conviver bem dentro de casa. Se elas se respeitarem e se tratarem como família, eu acho que é uma família”. Para outras entrevistadas:

Se a gente não tivesse uma família a gente não era ninguém. Viver só no mundo! Tem que ter família, né? Ter outros tipos de família, agora não sei explicar. Tipo assim, diferente da minha, porque acho assim, são duas mulheres [...] é uma família [...] dois homens também, é uma família, pra mim eu acho (GISELE).

Em termos de avô criar neto ou neta eu não tenho nada contra, até porque fui criada pelo meu avô. Uma parte da minha vida eu fui criada por uma tia [...] depois vim morar com minha mãe. Em relação homem com homem e mulher com mulher, eu não tenho nenhum preconceito. Acho que a pessoa vive da forma que quer e que acha bem (MARÍLIA).

As falas acima apontam para a formação de outros tipos de família, que não seja a heterossexual, configurando um significado de família associado às mudanças que vêm ocorrendo, inclusive no que se refere a outras formas de parentesco. Porém, ainda predominam as concepções tradicionais de família, algumas com uma forte influência religiosa como podemos observar na fala abaixo:

Meu jeito, meu pensar, uma família, a mãe tem que respeitar os filhos, os filhos tem que respeitar a mãe, os filhos tem que respeitar o pai, o pai tem que respeitar os filhos [...] se a mãe não respeita os filhos, os filhos não respeitam as mães, os pais não respeitam os filhos, os filhos não respeitam os pais, pra mim não é família, lá em casa nós não bebe, nenhum bebe, nenhum fuma, nenhum participa de festa, batizado, aniversário. *Deus deixou o homem para a mulher e a mulher para o homem, Deus não deixou homem para homem, e nem mulher para mulher* (LÚCIA, grifo nosso).

Para a entrevistada Rute, “família é uma coisa muito boa. Eu acho que é bom, né? Para mim é. Depois que eu tive minhas filhas, Ave Maria, uma mãe e um pai é bom demais”. Está presente aqui o entendimento de família nuclear, cuja concepção é interiorizada pelo

imaginário das pessoas como sendo a da família ideal, a normal e estruturada, e as demais famílias que fogem do modelo são estereotipadas como famílias desestruturadas. Somada a essa concepção estão presentes nas falas as visões de “boa família”, harmônica e heterossexual.

Ainda sobre a concepção de família, Cristina destaca: “Eu acho que família só é família assim do jeito normal [...] o pai, a mãe e os filhos [...] sem brigas, sem essas coisas, porque do outro jeito fica até esquisito”. Para Carmem, a família “deve ser unida. A mulher sempre que for fazer uma coisa tem que concordar com o homem e o homem também tem que combinar com a mulher”; também para Marília, “família acima de tudo tem que ser unida. [...] eu tenho que estar atenta a todos os passos dos meus filhos, e graças a Deus meus filhos são todos unidos. Isso é bom”. A visão de Mirna da família é a base de tudo.

Eu acho que a base de uma boa vida começa na família, não é? A boa educação. Para a pessoa ser cidadã a base é a família, depende de como foi criada. Até a parte da mulher sozinha eu acho bacana, mas entrou dois homens já é meio estranho. Na cabeça deles é uma família, mas na nossa já é bobagem. Lá perto da gente têm dois homens que criam uma meninazinha, os dois. Aí fico pensando a cabeça daquela criança, eu digo que é uma confusão (MIRNA).

Em primeiro lugar é pai e filho, mãe e pai, a mulher e o homem, a gente entende assim. Você tem que dar educação, levar para a escola [...] dentista [...] levar na consulta, família é responsabilidade, né? Eu entendo que família é assim ter cuidado (FABIANA).

De acordo com Carloto e Mariano (2010), a “boa família” é aquela que vai além da provisão material em termos de alimentação e vestuário, o cuidar significa também a transmissão de valores que contribuam para a formação de uma família sem conflitos.

Dessa forma, inferimos que as beneficiárias do PBF reproduzem, predominantemente, através das suas falas e práticas, as concepções de família que norteiam as políticas sociais, inclusive a assistência social, à medida que incorporam o entendimento tradicional de família, caracterizada como *locus* natural de proteção, formada por pai, mãe e filhos convivendo em harmonia.

No que concerne às relações de gênero e atributos por gênero (atividades domésticas, cuidado, responsabilidade pelo provimento, relacionamento com pessoas do sexo oposto), verificamos contradições na fala das entrevistadas, quando comparadas com outras falas, posto que ao mesmo tempo que apresentam uma visão que enaltece a autonomia das mulheres, reproduzem concepções tradicionais acerca das relações de gênero, como podemos ver em seguida:

É direitos iguais, tanto a mulher como o homem tem o “direito” de fazer as coisas dentro de casa, e dizer, não porque o homem fazer isso e a mulher não vai fazer, vai botar costume e também vai cair na mão do homem, tem que ser igual os direitos (GISELE).

As relações devem ser bem conversadas. Lá em casa é tudo concordado. Como ontem eu fui para um lazer de piscina com os meninos, ele já não gosta dessas coisas. Só que ele não se incomoda, aí eu pergunto “meu fi posso ir?”, se ele disser assim “vai”, se ele disser também assim “não vai” aí fico, não passo assim por cima da ordem dele, justamente assim porque não quero que ele faça coisa assim que eu não goste também, sempre quero está assim igual (GISELE).

Comparando as falas da entrevistada, percebe-se contradições, principalmente quando considera que o homem deve ser o provedor da família, quando afirma assumir a maior sobrecarga de trabalho doméstico e ao confundir acordo com autorização. Mas há de se considerar que ficam claras permanências e mudanças também na representação que tem sobre relações de gênero e seus atributos. Trabalhos como o de Sorj (2005, p. 83) contribuem para entender a questão, quando afirma “que não se encontra um padrão consistente de juízos morais sobre papéis de gênero no trabalho e na família”, motivo pelo qual as respostas dadas a sua pesquisa sugerem “a convivência de valores tradicionais e igualitários no sistema cultural dos brasileiros”.

Quando perguntadas sobre a responsabilidade pela provisão material da família, embora parte das beneficiárias diga que a responsabilidade deva ser de ambos, predomina o entendimento do homem como provedor, e da mulher responsável pelo cuidado e tarefas doméstica, uma visão muito bem representada pelas falas de Gisele: “As despesas da casa têm que ser os dois, porque quando eu estou trabalhando eu sempre ajudo ele, comida, ajudo pagar a luz, pagar a água”; de Rute: “O homem deve manter a família. Eu acho que é o homem. Ele é o cabeça. O homem tem que ter a responsabilidade”; e de Lúcia:

O homem foi feito para trabalhar [...] é o homem quem tem que botar o alimento dentro de casa. No meu ponto de vista ele tem que trabalhar botar tudo dentro de casa e a mulher tem que varrer a casa, lavar as louças, fazer a comida, tomar conta da casa, olhar as crianças e ele trabalhar e botar o de comer dentro de casa (LÚCIA).

Analisamos a questão do homem como provedor, a partir da perspectiva teórica de Saffioti (2015) sobre o poder, esse entendido como tendo duas faces, a da potência e a da impotência, onde mulheres são socializadas para serem impotentes e homens preparados para fazerem uso da força e para exercerem o poder. A autora, assim como Sarti (2015), analisa o papel de provedor como revestido de poder e definidor da masculinidade, constituindo-se numa perda da virilidade a incapacidade de fazer a provisão material da família. Por isso,

aquele que detém a capacidade de provedor expressa a face da potência, e aquele que perde essa condição, expressa a face da impotência. No caso das famílias monoparentais femininas, em que as mulheres assumem a posição de referência na família, ou algum outro membro, há uma subversão da hierarquia doméstica (SARTI, 2015; SAFFIOTI 2015).

A esse respeito, Oliveira (2003, p. 75-76) argumenta que a figura do “provedor saiu do ar”, fato associado inicialmente à entrada das mulheres no mercado de trabalho, visando a autonomia e a valorização pessoal e, posteriormente, na década de 1990, pela necessidade de contribuir com o sustento da família, como decorrência das transformações econômicas que impactaram no emprego dos homens. Para a autora, isso provocou mudanças na democracia da família e na estrutura hierárquica familiar.

No que se refere às relações de gênero envolvendo os demais membros da família, sobressaem-se as falas que consideram que as relações devem ser baseadas em respeito mútuo, sem fazer qualquer referência às desigualdades de gênero, à condição inferiorizada das mulheres, à sobrecarga de atividades doméstica centradas na mulher, tão arraigadas e reforçadas tanto pela sociedade como pelas políticas sociais. Expressam uma visão das relações de gênero limitada às relações pessoais, e não como constituídas no campo das relações sociais, tendo ainda uma forte conotação patriarcal quando falam da educação e disciplina dos filhos:

Hoje é muito difícil, porque a gente quer botar os filhos de um jeito e a lei não permite, né? Porque não pode bater, não pode fazer isso, e se deixar, os filhos querem é bater na gente, né? Aí é bem difícil esse negócio de criar [...] tem que falar sério mesmo porque se não falar... O filho tem que respeitar o pai e o pai tem que respeitar o filho. O homem não pode mandar na mulher e a mulher não pode mandar no homem [...] tem que viver num acordo (RUTE).

A gente tem que ter respeito um com o outro, marido com mulher, e filhos também. Não é porque a gente mora junto e ele é meu marido que ele vai me humilhar, que vou me submeter a tudo que ele mandar [...] não é assim a gente tem que conversar (FABIANA).

As falas de Rute e Fabiana expressam também a necessidade de uma família democrática, quando falam que têm que viver num acordo e com respeito, o que pode ser compreendido pela explicação de Giddens (1991 *apud* JAMIESON; WAJCMAN, 2014, p. 125), que diz que no âmbito da família “a democratização supõe igualdade, o respeito mútuo, a autonomia, a tomada de decisão pela comunicação e uma libertação da violência”. Outras entrevistadas apontam para mudanças nas suas percepções de gênero em relação aos padrões tradicionais, como podemos ver:

Eu acho que cada qual deve fazer o que quiser. Estou botando desde cedo todos os dias para aprender [...] os meus meninos [...] banhou guarde a toalha, levantou, arruma cama. Já disse para ele... “quando você completar nove anos, aí você vai comer e lavar teu prato” (CRISTINA).

Algumas afirmam ainda que “a divisão das tarefas, o que é do homem e o que é da mulher, eu acho que tudo isso é preconceito”. Cristina diz que “muitas vezes as coisas que a mulher faz, o homem não quer fazer, né? Então, eu acho que é papel diferente do homem e da mulher”.

As beneficiárias foram perguntadas ainda sobre a importância de a mulher ter uma atividade profissional, e elas deixaram claro que ter uma profissão ou desenvolver alguma atividade profissional, bem como estudar, é importante para a independência, a vaidade e, sobretudo, a liberdade para fazer escolhas, como podemos conferir na fala de Cristina, Gisele e Dalva, respectivamente: “Para a mulher não ficar esperando pelos outros ela tem que ter, sua profissão, ter suas próprias coisas, como um carro; decidir se vai casar; se vai ter filho...ficar por conta da pessoa mesmo, porque esperar pelos outros é ruim”; “Para ter sua vaidade, a mulher tem que ter o sustento dela”; “A mulher deve estudar e trabalhar para ter independência”. Outras afirmam:

Eu acho que a mulher deve ter uma profissão. Por exemplo, se eu tiver uma profissão, eu posso fazer o que quero. Porque se eu quiser comprar eu tenho que pedir para meu marido e eu tendo meu trabalho, eu já compro. Essa é a minha questão de fazer esses bicos porque eu não gosto de estar pedindo, dependendo do marido para tudo. Eu sempre trabalhei, quando era solteira eu sempre trabalhei, eu não gostava de depender da minha mãe e do meu pai para tudo (CARMEM).

A mulher ter uma profissão eu acho que é bom. Eu terminei meu terceiro ano do ensino médio e se eu pudesse eu estava trabalhando num emprego ótimo. O negócio é que tenho uma criança e hoje em dia a gente não confia em deixar a criança com todo mundo [...] eu prefiro não trabalhar e ver ela bem (FABIANA).

A fala de Fabiana expressa a realidade de muitas mulheres brasileiras, que deixam de ter uma renda e promover sua autonomia pela falta de uma rede de proteção social segura e de qualidade. Entretanto, ainda aparecem os discursos atravessados pela ideologia patriarcal, constituindo uma contradição com o enunciado da fala de Lúcia:

Eu dou o maior apoio à mulher que trabalha [...] agora sem vergonha que trabalha e deixa o marido em casa, isso aí eu acho errado. Sem ele trabalhar não. O marido fica em casa, tomando de conta da casa. Para a outra dar o que comer, isso é errado, a mulher trabalha para um lado e ele para o outro, aí eles juntam o dinheiro [...] compra uma cesta básica boa (LÚCIA).

Essa fala reforça a concepção tradicional de divisão de papéis. Em sociedades mais democráticas, como dos países escandinavos, essa mudança já vem ocorrendo, graças a uma vasta rede de proteção social que possibilita a inserção da mulher no mercado de trabalho, e também por uma questão cultural em que muitas vezes a mulher é a provedora e o homem não estando trabalhando, esse assume a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tecermos as considerações finais, reafirmamos a premissa na qual nos fundamentamos, a de que o estudo sobre um determinado fenômeno da realidade, não se esgota em um trabalho como este – uma pesquisa e dissertação de mestrado, mas pode contribuir com reflexões acerca do tema e das práticas profissionais, bem como da elaboração e operacionalização de programas e serviços na área da assistência social, quiçá despertar e até mesmo encorajar a investida em outros estudos sobre a temática. Dessa forma, não tínhamos como pretensão estabelecer como verdade absoluta os resultados desta pesquisa, mas apresentá-los como dados o mais próximo possível da realidade, após sua análise à luz de determinadas categorias conceituais. Porém, retratar a fala dessas mulheres participantes da pesquisa, em torno das suas vivências, subjetividades e modos de vida constituiu-se um grande desafio.

As visitas aos seis CRAS, em quatro regiões da cidade de Teresina, através da observação não-participante, contribuiu para termos uma aproximação da dinâmica dessas localidades e da própria instituição, somada à aplicação dos questionários e às entrevistas, nos possibilitou uma aproximação das formas de sociabilidade característica do modo de viver de populações pobres, alvo do PBF.

O estudo foi dirigido às mulheres, considerando que o PBF é uma estratégia de combate à pobreza, com foco na mulher, embora aberto para envolver na pesquisa os vários arranjos de gênero e família.

Com base no estudo realizado foi possível inferir que o PBF, enquanto estratégia de combate à pobreza, e operacionalizado pela política de assistência social, que tem como eixo estruturante dos seus serviços, projetos e programas a matricialidade sociofamiliar, reveste-se de um caráter familista, no sentido utilizado por Esping-Andersen (1999, p. 51), que afirma não ser o mesmo que pró-família, mas se configura pela responsabilização das unidades familiares pelo bem-estar dos seus membros, recaindo sobre as mulheres tal responsabilidade, posto que reforça papéis tradicionais de homens e mulheres, tanto na esfera doméstica quanto no mercado de trabalho.

A política de Assistência Social e o PBF envolvem contradições e antagonismos. A assistência social, ao mesmo tempo que se fundamenta no princípio da universalidade, elabora e implementa serviços e programas de caráter focalista, tendo como alvo a pobreza e a

mulher. Nessa perspectiva, também contraditoriamente, visa à proteção da família, mas promove o controle e a responsabilização da mesma, incentivando suas funções protetivas, posto que estabelece como objetivo dos procedimentos de trabalho com as famílias “proteger direitos, apoiá-las no desempenho de sua função de proteção e socialização dos seus membros” (BRASIL, 2012c, p. 12) e “fortalecer a função protetiva da família” (BRASIL, 2009, p. 6). O familismo se encontra transversalmente presente na operacionalização dessa política, e transfere para a família papéis que deveriam ser assumidos pelo Estado, na medida em que reforça suas funções protetivas, funções essas que recaem mais sobre as mulheres. Dessa forma, como bem afirmam Carloto e Mariano (2010), a matricialidade é confundida com maternagem.

O PBF envolve contradições porque ao mesmo tempo em que é uma resposta às demandas do movimento feminista, é também uma estratégia do Estado sob a égide do neoliberalismo, pois num contexto de reestruturação produtiva, reajuste fiscal e expansão da pobreza estrutural, institucionaliza-se como uma resposta do Estado para alívio da pobreza e das desigualdades sociais, porém, numa perspectiva desvirtuada da proposta feminista, que se volta para a ampliação da cidadania da mulher e promoção da sua autonomia.

Programas de transferência de renda condicionada, como o PBF, têm foco na mulher porque historicamente a família (a esfera privada e da reprodução social) tem se constituído o *locus* de atuação da mulher, enquanto que ao homem foi reservado o mercado (esfera da produção, a esfera pública). Tal concepção é incorporada pelo Estado mediante operacionalização das políticas públicas, muito embora nos documentos oficiais vislumbre um recorte de gênero. Dessa forma, são dirigidas às mulheres, porque as políticas de combate à pobreza se voltam para o cuidado das crianças, através das condicionalidades na área da saúde, educação e assistência social, com o objetivo de romper os ciclos geracionais de pobreza. Portanto, segundo Carloto e Mariano (2010), essas políticas se centralizam na família, com a estratégia de instrumentalização das mulheres, sob o argumento de que através dessas o programa garante uma melhor eficácia, posto que são consideradas mais confiáveis na aplicação do benefício, assim atendendo também aos pressupostos neoliberais, que se baseiam na redução dos gastos sociais.

Embora o PFB não tenha como objeto as relações de gênero e os conflitos daí decorrentes, dirige-se, prioritariamente, a famílias monoparentais femininas. O esforço empreendido nesta pesquisa apontou que tal Programa não vem alterando os padrões

tradicionais de gênero, à medida que o ingresso e a permanência das mulheres sob atenção do Bolsa Família indicou somente um reforço desses padrões, através das condicionalidades. Verifica-se, pela análise das entrevistas, que os efeitos do programa estão limitados ao poder de compra, consumo e ao alívio das necessidades mínimas de sobrevivência. Quando inquiridas sobre as possibilidades de o programa ter tido algum efeito na forma como se relacionam com pais, filhos, maridos e companheiros, as entrevistadas deixam claro que não houve alterações nas relações de gênero, e pouco se aprofundam em torno da questão.

Como o silêncio é também uma forma de se comunicar, paira no ar o questionamento sobre a existência de conflitos e situações de violência, posto que as equipes relataram, durante as visitas, que essas são situações possivelmente reservadas à esfera privada, não aparecendo entre as demandas da instituição.

A falta de uma melhor articulação das ações do PBF com outros serviços, programas e políticas é também um elemento observado durante a pesquisa, o que inviabiliza a promoção da autonomia da mulher e a transversalidade do tema gênero no trabalho social com as famílias no âmbito dos CRAS, fator relacionado com o imediatismo das práticas e a falta do recorte de gênero na implementação das políticas voltadas para as mulheres.

Conclui-se, ainda, que o marcador de gênero está presente em programas como o Bolsa Família, de forma a influenciar a quem cabe participar das atividades do programa e do cumprimento das condicionalidades, sendo, inclusive, uma perspectiva incorporada pelas beneficiárias. O reforço aos padrões tradicionais de gênero pelas políticas sociais resulta na naturalização das tarefas domésticas e do cuidado designado às mulheres.

Cumprido, no entanto, observar que embora as mulheres não identifiquem relação direta entre o PBF e eventuais mudanças que sinalizem declínio das formas patriarcais de mando e, portanto, relações de gênero mais horizontais, há que se observar que algumas falas denotam sinais de mudanças no universo das relações de gênero, certamente como resultado das tensões geradas pelas lutas das mulheres contra as desigualdades e as mudanças pelas quais vêm passando a família, o que elas acabam absorvendo no universo de suas vidas – embora parcialmente –, já que o discurso das entrevistadas é permeado pela influência de uma visão sexista que orienta os modos de agir e pensar de homens e mulheres, baseada ainda na ideologia do patriarcado, que pressupõe a subordinação feminina e a restrição da mulher à esfera privada. Sendo essa vista como hierarquicamente inferior à pública, resulta daí uma relação de dependência da primeira em relação à segunda. Isso se evidencia pelo uso do termo

“ajuda”, pelas beneficiárias, quando se reportam à participação do homem nas atividades domésticas e naquelas referentes ao cuidado, embora mostrem, através das entrevistas, a extensa jornada de trabalho despendida com essas tarefas e com o cumprimento das condicionalidades do PBF, situação agravada quando desenvolvem alguma atividade remunerada.

Como se constitui uma ideologia, o patriarcado, segundo Saffiotti (2015, p. 131), embora “diga respeito, em termos específicos, à uma ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social”, atingindo e influenciando homens e mulheres, e as diferentes instituições. Nota-se que muitas das entrevistadas reproduzem noções de gênero baseadas no patriarcado, junto às filhas e filhos, reforçando papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica. Isso torna nítido que gênero não vem sendo trabalhado de forma transversal junto a essas famílias.

A questão do poder também foi outra questão que se tentou averiguar junto às beneficiárias, no que concerne às decisões e à ação. Partindo do entendimento que o poder também pode gerar a resistência, a partir de suas bases materiais e contradições, pode redundar em mudanças em uma nova cultura. Ou seja, as mudanças já ocorridas quanto ao papel social das mulheres, valores igualitários de gênero e ocupação da esfera pública, foram gestadas a partir de sua base material, do cotidiano dessas mulheres que, inquietas e insatisfeitas com os padrões tradicionais de gênero, vêm contribuindo com uma nova cultura e valores de gênero. Com base nessa perspectiva foi possível verificar que o poder para essas mulheres se fundamenta no controle, na gestão e na aplicação do dinheiro do benefício e na capacidade de cuidar do bem-estar dos membros da família. Fica evidente, quanto ao cuidado e à atenção à saúde dos membros da família, que os maridos e companheiros participam, mas que a tarefa de marcar consultas, exames e de cuidar recai mais sobre a mulher. Portanto, como assevera Barbieri (1993, p. 12):

que os lugares de controle sobre as mulheres – em nossas sociedades – o desempenho dos papéis das mães-esposas-donas de casa – sejam também espaços de poder das mulheres: o reprodutivo, o acesso ao corpo e a sedução, a organização da vida doméstica [...] Tornam-se então espaços contraditórios inseguros.

Vários estudos na área de gênero mostram que mesmo nos espaços domésticos, efetivando o papel de mães e esposas, ou mesmo as tarefas domésticas em relação à casa, esse espaço pode ser de poder para essas mulheres, espaço de estratégias de resistência e enfrentamento. A esse respeito, temos como referência Scott (1990) e Hita (2014). Scott

(1990, p. 39-46) faz sua análise através da categoria “matrifocalidade” que envolve uma rede de relações do grupo doméstico, na qual, apesar da presença masculina é favorecido o lado feminino. Nessa análise, a casa ocupa o lugar das estratégias de homens e mulheres.

A casa torna-se um recurso, uma parte do ambiente sobre o qual homem e a mulher formam estratégias de interação favoráveis a sua sobrevivência particular [...] as mulheres são representadas como ativamente controladoras em suas casas, enquanto os homens são representados como tendo suas casas sob controle.

Enquanto Hita (2014) trabalha com a categoria “matriarcalidade”, que não se resume à matrifocalidade e ao matriarcado, mas envolve ambas. A primeira se refere a quando a descendência se mantém na linhagem materna, e a segunda, quando a autoridade, a herança e a descendência têm como referência a mãe-avó. Através da casa, categoria central da análise da autora, estabelecem-se as relações sociais, nas quais o poder se concentra na figura da mãe-avó. O papel do homem como provedor é substituído pelo de homem protetor. Dessa forma, as duas perspectivas mostram que a casa pode ser um espaço de exercício do poder por parte das mulheres.

No que concerne à concepção de família, inferimos que as beneficiárias do PBF reproduzem, predominantemente, através das suas falas e práticas, as concepções de família que norteiam as políticas sociais, inclusive a assistência social, à medida que incorporam o entendimento tradicional de família, caracterizada como *locus* natural de proteção, formada por pai, mãe e filhos convivendo em harmonia.

Para Oliveira (2003, p. 78-79), a “família tradicional nem sempre foi idílica ou romântica como pintam seus defensores. Ao contrário, foi muitas vezes o cenário cruel da subserviência”. Mas isso não se estende a todas as famílias; enquanto instituição; não teria se mantido caso não “atendesse também às necessidades de proteção e afeto, de solidariedade”. Mas o fato é que “as famílias hoje, multifacetadas, mais provisórias, enfrentam o espinhoso problema das relações entre adultos, jovens, crianças e idosos”.

Nesse sentido, é preciso que o Estado atente para as mudanças na família, decorrentes das transformações societárias, modernização e inovação tecnológica, bem como para os novos arranjos de gênero. Segundo Connell e Pearse (2015, p. 177), esses fatores podem “alterar os padrões de gênero, mas as relações de gênero também têm tendências internas de transformação”. Dessa forma, é preciso que as políticas públicas vislumbrem essas mudanças no interior das famílias e nos arranjos de gênero, pois vêm adquirindo novas configurações e significados no interior das mesmas e na sociedade (GOLDANI, 1999; SARTI, 2015;

CONNELL; PEARSE, 2015).

No caso deste estudo, percebe-se que a maioria das beneficiárias participantes da pesquisa compõe famílias monoparentais, e tendo como pessoa de referência a mulher, seja por serem solteiras, separadas, divorciadas, ou por serem viúvas. Um dado que mostra que essas fazem parte dessa nova realidade, mas que exige um olhar do Estado e das instituições operadoras das políticas sociais para o enlace dessa questão com outros fatores, como o da pobreza feminina. Embora a pobreza tenha reflexos sobre homens e mulheres, incide de forma diferente em relação aos sexos. Para falar de pobreza junto às mulheres, é preciso o recorte de gênero, conforme nos alerta Castro (1999, p. 90) de que “a mulher da classe trabalhadora não se faz somente na relação capital e trabalho, ou no mercado”, mas também nas relações de gênero. Dessa maneira, compreender a situação de vulnerabilidade das mulheres é o “reconhecimento de que sistemas de subordinação se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero”, e que contribuem para a pobreza feminina.

A percepção da família nuclear e do homem provedor não está apenas nas políticas sociais, mas também no imaginário das beneficiárias, predominando o entendimento do homem como provedor e da mulher responsável pelo cuidado e tarefas domésticas o que, a nosso ver, relaciona-se com o fundamento familista que reforça desigualdades institucionalizadas pela divisão sexual do trabalho.

O entendimento sobre relações de gênero é expresso como algo do campo das relações pessoais, e não das relações sociais. Para as entrevistadas, as relações devem ser baseadas em respeito mútuo, porém, não tocam nas questões sociais e históricas que caracterizam a inferioridade social das mulheres no mercado de trabalho, na divisão das atividades doméstica, na falta de autonomia, dentre outros pontos. Expressam uma visão das relações de gênero com uma conotação patriarcal quando falam da educação e disciplina dos filhos.

Nesse sentido, é importante que se ressalte a importância de se pensar gênero numa perspectiva relacional, refletir sobre a construção de masculinidades e feminilidades no seio das relações sociais, posto que as relações de gênero são permeadas por relações de poder (SCOTT, 1990). Dessa forma, despertar essa reflexão através do PBF seria uma grande contribuição para as famílias beneficiárias.

Apesar de as beneficiárias sinalizarem como importante para a liberdade de fazer escolhas, a vaidade, a autonomia, a independência da mulher, ter uma profissão ou desenvolver alguma atividade profissional, o programa não tem promovido grandes avanços

nesse sentido, mesmo tendo a parceria com o PRONATEC. Na visão de Lavinias; Cobo e Vieira (2012, p. 51-52), o PBF não põe no trabalho a imprescindibilidade no processo de promoção de autonomia da mulher nas relações de gênero. Sendo o vínculo formal um fator de exclusão, é um medo externalizado por algumas das entrevistadas que passaram a trabalhar de carteira assinada e que receavam a perda do benefício.

Pelas abordagens feitas até aqui, destacamos que:

- Reconhece-se a importância do PBF para alívio das situações de extrema necessidade, e que a regularidade com que é pago o benefício possibilita uma certa segurança na aplicação do recurso, inclusive no acesso ao crédito;

- Com base neste estudo e em outras fontes, entende-se que a relação entre Estado e família é contraditória, posto que nem sempre a intervenção do Estado junto à família vem acompanhada de proteção pública, pois se baseia numa perspectiva familista. Nesse sentido, promove a privatização das famílias e da sua sobrevivência, delegando para as mesmas a responsabilidade pela proteção social de seus membros, por reconhecer a família como a instituição mais adequada para garantir proteção, segurança e bem-estar, eximindo, dessa forma, o Estado pela proteção dos cidadãos;

- O recorte de gênero deve estar presente na operacionalização do PBF e da política de assistência social, mas em uma perspectiva defendida pelas mulheres;

- É indispensável que as políticas sociais deem visibilidade às estruturas de poder que agem internamente nas famílias e que são reproduzidas nas ações estatais;

- É preciso que o desenho das políticas públicas considere as mudanças nas famílias e arranjos de gênero, bem como as novas configurações e demandas apresentadas;

- A promoção da autonomia das mulheres passa pelo acesso ao mercado de trabalho e a rendimentos compatíveis com suas competências e necessidades; pela divisão equitativa das tarefas domésticas e do cuidado; pela disponibilização de uma rede de proteção social com serviços de qualidade; pela ampliação da cidadania com acesso a outras políticas, direitos e benefícios, mas, sobretudo, pela construção de uma ordem societária igualitária.

Não existe autonomia sem liberdade, nem liberdade sem alternativas de escolha, o que requer igualdade de condições. Porém, na sociedade capitalista a igualdade, enquanto princípio fundante da democracia, restringe-se à escrita da lei. Para Amorim (2010, p. 97):

[...] a cidadania na sociedade capitalista sempre se limitou a um caráter formal da igualdade e da liberdade. [...] como podem ser livremente iguais os cidadãos que estão estruturalmente imersos em uma extrema

desigualdade, econômica e social, que dilacera necessidades capacidades e potencialidades da maioria da população?

De acordo com os fundamentos jurídicos da sociedade todos são iguais perante a lei. Um pressuposto que cria um paradoxo, pois a sociedade se constitui de classes sociais e se fundamenta numa ordem de gênero baseada no patriarcado e na heteronorma. Dessa forma, trata homens e mulheres de forma desigual e reprime quem não se enquadra em seus padrões normativos. O movimento feminista e os estudos de gênero têm provocado mudanças e proporcionado reflexões. Há avanços nas legislações, novas tecnologias vêm surgindo e impactando nas famílias e na sexualidade, e, ainda que de forma desigual, há uma ampliação da inserção da mulher em espaços que historicamente foram tidos como masculinos, e até mesmo políticas com recorte de gênero vêm sendo implementadas, porém, os desafios e os caminhos a serem trilhados na luta contra as desigualdades de gênero ainda são longos, mas é possível se provocar transformações.

Conforme Bezerra e Veloso (2015, p. 108), “para superar as desigualdades de gênero há que se realizar um intenso trabalho de crítica ao senso comum cristalizado”, bem como ter consciência de quem somos, ou seja, “isso corresponde a um processo de autoconhecimento, no qual a mulher se compreende como produto do processo histórico”. Assim, pensamos que o desenvolvimento de uma nova consciência por parte de homens e mulheres, com implicação na organização política, econômica e social (e mesmo doméstica), contribuirá para a construção e a difusão de uma nova cultura, de uma contra-hegemonia que promova mudanças efetivas nos padrões de gênero, alterando a vida e as respostas institucionais do Estado na forma de política públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, n. 95, 1996, p. 161-190.

AMORIM, Álvaro André. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. In: BOSCHETTI, *et al.* **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 86-105.

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Educação e Saúde**, v. 1 (2), 2003, p. 229-237.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 15-78.

ARENT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecendo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Avançando na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Convênio Cepal/SPM. Brasília: SPM, 2005.

BEHRING, Elaine Rosseti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 44-63.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicado no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, MDS/SNAS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social**. Versão preliminar. Brasília, jun. 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Versão preliminar. Brasília, jun. 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Orientações Técnicas. Brasília, 2009a.

_____. Comissão Intergestora Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Resolução CIT nº 07, de 10 de setembro de 2009, Brasília: MDS, 2009b.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.013**, de 19 de novembro de 2009c.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.435**, de 06 de julho de 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Volume 1. Brasília: MDS, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS/SNAS, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações sobre o PAIF: trabalho social com as famílias no PAIF**, v.2. Brasília: 2012c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: MDS, 2014.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM**. Brasília: 2015.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: Inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Seminário internacional mercado de trabalho e gênero: comparação Brasil-França**. São Paulo: USP/Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril 2007.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez Ricoldi; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira, *et al.* **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 15-34.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, Brasília, n.12, 2003, p.165-190.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Katálysis**, Florianópolis, v.13, n. 1, jan./jun. 2010, p. 20-28.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 4, ano IV, dez. 2005.

_____. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 86, jul. 2006, p. 139-155.

_____. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v.8, 2004, p. 149-155.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, mai./ago. 2010, p. 451-47.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Ane Grace. Geração de Renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 105, jan/mar. 2011, p. 131-145.

CASTRO, M. G. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. **I Conferência Estadual da Mulher**. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, p. 23-62.

CHRITINNE, Buci-Gluckmann. **Gramsci e o Estado**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CONNEL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 185-206.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015.

CONNEL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2013, p. 241-282.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, 1998, p. 127-140.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2002, p.171-188.

CYFER, Ingrid. Feminismo, Sexualidade e Justiça no debate entre Nancy Fraser e Judith Butler. In: **Sociedade Brasileira de Sociologia**. Curitiba - PR, Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia – XIV - Gt16, 2011.

DAGNINO, Evelina. Confluência Perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). **La cultura em las crises latinoamericana**. Buenos Aires: Claeso, 2004, p. 195-216.

BARBIERE, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

DRAIBE, Sonia Miriam. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. **Revista da USP**, São Paulo, n. 17, 1993, p. 86 - 101.

_____. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS; Vértice, 1989, p. 13 -59.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Política de Assistência Social: dilemas e desafios da intervenção profissional**. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article>>. Acesso em 14 de nov. de 2017.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (Org) **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 225 - 255.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *As três economias políticas do Welfare State*. São Paulo: Lua Nova, n. 24, 1995, p. 85 - 116.

_____. **Social Foundation of Postindustrial Economies**. Nova York: Oxford, 1999.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v.8, 2004, p. 127 - 142.

FERREIRA, Guilherme Gomes; SCHERER, Giovane; AGUINSKY, Beatriaz Gershenson. “Não tenho preconceito, desde que fique longe”: o discurso sobre gênero como construção social e a violência contra LGBT. In: GROSSI, Patrícia Krieger (org.). **Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 159 - 177.

FERREIRA, Lina Penati; MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres? **Anais do III Simpósio gênero e políticas públicas**. Londrina: maio 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2008.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. São Paulo: **Lua Nova**, 2007, p. 101 - 138.

_____. Da distribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução Júlio Assis Simões. **Cadernos de Campo**. São Paulo: n.14/15, 2006, p. 231 - 239.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívea Valença. Política social, famílias e gênero: temas em discussão. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, jul/dez. 2012, p. 111-126.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Família, violência contra as mulheres, gênero e proteção social: desenhando uma proposta de estudo. **Revista Tecnologia da Informação em Educação**. Aveiros: v. 5 (2), 2013.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívea Valença. **Família e Serviço Social: algumas reflexões para o debate**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/myces/userfiles/livros>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, Família e Gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Fundação Carlos Chagas, **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: n. 91, nov. 1994, p. 7- 22.

_____. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des) igualdades. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 497 - 513.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kotche. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. ANPOCS/CAPES, São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 17/18, 2001/2002, p. 139-156,

HIRATA, Helena; Kergoat, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira, *et al.* **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 15 - 34.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença (s): feminismo na reinvenção dos sujeitos. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 319 - 351.

_____. A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador - BA. Salvador: Edufba, 2014.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In: CHABAUD, Danielle *et al.* (orgs) **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 341 - 357.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IZQUIERDO, Maria de Jesus. Estructura y acción em la violência de gênero, “s.d.”. Disponível em < <https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/09/izquierdo-maricc81a-jesucc81s-estructura-y-accion-en-la-violencia-de-genero-izquierdo.pdf>.> Acesso em: 05. out. 2016.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. **Concepção de gestão de proteção social no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009, p. 57 - 88.

JAMIESON, Lynn; WAJCMAN, Judy. Anthony Giddens e a intimidade: a estruturação esquecida. In: CHABAUD, Danielle *et al.* (orgs) **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014, p.119 - 133.

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. **Les rapports sociaux de sexe, actuel Marx**. Paris: Presses Universitaires de France, n. 30, 2001, p. 85 - 100.

_____. Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.86, 2010, p. 92 - 103.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Aldorico Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMOUREUX, Diana. Hannah Arendt: agir o dado. In: CHABAUD, Danielle *et al.* (orgs) **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 537 - 551.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LAVINAS, Lena. A estrutura do financiamento da proteção social brasileira e as contas da proteção social. **Revista do MTB**, Mimeo, 2006.

LAVINAS, Lena; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impactos das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Población**, ano 6, n. 10, 2012. p. 31 - 56.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Brasília: CEAD-UNB, 2006.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. 2. ed. **Revista Atual**. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 4 -34.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres, 2014.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria; Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, set./dez. 2009, p. 901 - 908.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.) **Pesquisa qualitativa: um desafio instigante**. São Paulo: Veras. Editora, 1994. (Série Núcleo de Pesquisa, 1).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. 12. ed. v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maria Izilda S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros: percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita, *et al.* **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 83-114.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, v. 16, n.3, 2008, p. 809 - 840.

MENDES, Mary Alves. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. **VEREDAS FAVIP – Revista eletrônica de Ciências**. V. 1, n. 1, jan/jun. 2008, p. 41 - 55.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 4. ed. 1996

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs.). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Família, trabalho com família e serviço social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n.2, Londrina, jan./jun. 2010, 163 - 176.

_____. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 124, São Paulo, out./dez. 2015, 669 - 720

MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, 1998, p. 99 - 105.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Teoria e Pesquisa**. São Carlos/UFSC, jul./dez. 2005.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana E. (org). **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, v. 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p. 41 - 51.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Roco, 2003.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PASTORINI, Alejandra. Delimitando a questão social: o novo e o que permanece. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; M.C. de; LEAL, M.C. (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-42.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo:** Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. 2013, 307 f. Tese (Doutorado), UNB, Brasília, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINO, Nádía Perez. A teoria *queer* e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, v.28, jan./jun. 2007, p. 149 - 174.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque *et al.* (Orgs). **Diferenças, igualdades**. Sociedade em foco. São Paulo: Berlendis, 2009, p. 116 - 148.

PRECIADO, Paul. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril, 2011.

ROSANVALLON. Pierre. **A nova questão social**. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROAZZI, A. Lar-doce-lar: Rainha ou rei? A representação da participação masculina nas tarefas domésticas e a lógica de sua distribuição em casais de nível sócio-econômico baixo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 51(4), 1999, p. 7 - 39.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. 9.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALES, T. S. **O Estado, a pobreza e o Programa Bolsa Família**. Curitiba: Prismas, 2015.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos Santos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n.2, 2004, p. 35 – 50.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas *et al.* (Orgs). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994, p.11-27.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p.71 - 99.

SCOTT, R. Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: 1990, p. 38 – 47.

SENKEVICS. Adriano. Masculinidades múltiplas e hierarquizadas, 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com>>. Acesso em: 05. set. 2017.

SILVA, Maria Ozanira Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O Bolsa Família no Brasil: problematizando a transferência de renda condicionada focalizada em famílias pobres no contexto da América Latina. **Revista Políticas Públicas**. São Luis, 2012, p. 231-244.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. As condicionalidades no Bolsa Família: sua face conservadora e limites para a implementação da renda básica de cidadania no Brasil. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009, p. 41 - 49.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 79 - 88.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina de Oliveira, *et al.* **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 187 – 206.

SOTO, Silvia Gabriela Fernandez. Desarrollo y actualidad de la protección social em América latina. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, ago. 2015.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, 2006, p. 25 - 42.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n.1, jul./dez. 2010, p. 4 - 23.

_____. **A família da Política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2013, p. 25 - 42.

_____. Política Social Contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso *et al.* (orgs.) **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Sistema de Proteção Social Contemporâneos e a Política de Assistência Social: a reatualização do familismo. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

TERESINA. Plano Municipal de Assistência Social de Teresina, quadriênio 2014-2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho social do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez. n. 120, out./dez. 2014, p. 677-693.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber** – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 79 - 127.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

I - CUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA

- Pessoa (as) da família responsáveis por garantir as exigências do PBF
- Participação nas reuniões/palestras do PBF e do PAIF

II - EVENTUAIS MUDANÇAS OCASIONADAS PELO BENEFÍCIO

- Mudanças que o Programa provocou nas relações de gênero no âmbito da família
- Distribuição das tarefas domésticas por gênero (distribuição das atividades e tempo gasto)
- Poder de decisão e ação quanto:
 - Educação dos filhos
 - Atenção à Saúde dos familiares
 - Aplicação/gasto da renda da família (incluindo o benefício do PBF)

III - TRABALHO REMUNERADO EXTRADOMICÍLIO

- Relação entre a atividade de trabalho extra domicílio e as atribuições domésticas
- Relação entre a atividade de trabalho extra domicílio e as atribuições concernentes ao PBF

IV - CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

- Família (como concebe, atributos por gênero, rotinas, etc.)
- Gênero (relações com marido/companheiro, filho, pai, etc.)
- A provisão material por gênero (como concebe)
- Atividade profissional e autonomia da mulher

V - OUTRAS INFORMAÇÕES

Eventuais mudanças na vida pessoal e familiar em razão do acesso ao PBF

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1. Identificação

Nº do/a participante ou pseudônimo: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____

Estado civil:	Cor/Raça	Escolaridade:
<input type="checkbox"/> Solteiro/a	<input type="checkbox"/> Branca	<input type="checkbox"/> Analfabeta/Não assina o nome
<input type="checkbox"/> Casado/a	<input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> Analfabeta/Mas assina o nome
Com: Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Parda	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto
<input type="checkbox"/> União estável	<input type="checkbox"/> Amarela	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo
Com: Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Indígena	<input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto
<input type="checkbox"/> Outro: _____	<input type="checkbox"/> Outra	<input type="checkbox"/> Ensino médio completo
		<input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto
		<input type="checkbox"/> Ensino superior completo

2. Caracterização do benefício

Tipos de benefício/Valor total: _____

Básico

Variável

Variável vinculado: ao adolescente () à gestante à nutriz

Superação da extrema pobreza na infância

Há quanto tempo recebe o benefício:

Menos de 01 (um) ano

Mais de 01 (um) ano

3 . Caracterização familiar:**(Incluir titular do benefício)**

Nome	Data de Nasc.	Idade	Vínculo c/ titular	Situação ocupacional	Número de horas trabalhadas/ semanal	Renda	Qual a origem da renda? (trabalho formal, informal, benefício, etc)

Pessoa de referência da família: _____

